UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FCT - Câmpus de Presidente Prudente

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

PAULO ROBERTO TEIXEIRA KANASHIRO

MÁQUINA ALGORÍTMICA DE POLÍTICA DE AFETOS:
processos de subjetivação no contexto do neoliberalismo atual

Presidente Prudente
2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FCT - Câmpus de Presidente Prudente

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

PAULO ROBERTO TEIXEIRA KANASHIRO

MÁQUINA ALGORÍTMICA DE POLÍTICA DE AFETOS:
processos de subjetivação no contexto do neoliberalismo atual

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Presidente Prudente, para a obtenção do título de Doutor em Educação.
Orientador: Dr. Divino José da Silva
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento humano, diferenças e valores.

Presidente Prudente
2023

K16m

Kanashiro, Paulo Roberto Teixeira
Máquina algorítmica de política de afetos : processos de subjetivação no contexto do neoliberalismo atual / Paulo Roberto Teixeira Kanashiro. -- Presidente Prudente, 2024
159 p. : tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Divino José da Silva

1. Política de afetos. 2. Governamentalidade algorítmica. 3. Máquina. 4. Microfascismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: MÁQUINA ALGORÍTMICA DE POLÍTICA DE AFETOS: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO ATUAL

AUTOR: PAULO ROBERTO TEIXEIRA KANASHIRO
ORIENTADOR: DIVINO JOSÉ DA SILVA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em Educação, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. DIVINO JOSÉ DA SILVA (Participaçao Virtual)
Departamento de Educação / Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. PEDRO ANGELO PAGNI (Participaçao Virtual)
FFC / UNESP/Marília (SP)

Prof(a). Dr(a). ALEXANDRE FILORDI DE CARVALHO (Participaçao Virtual)
Departamento de Educação / Universidade Federal de Lavras

Prof(a). Dr(a). RAPHAEL GUAZZELLI VALERIO (Participaçao Virtual)
Departamento de Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação / Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação

Prof. Dr. ARI FERNANDO MAIA (Participaçao Virtual)
Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciencias de Bauru

Presidente Prudente, 12 de dezembro de 2023

gov.br Documento assinado digitalmente
DIVINO JOSE DA SILVA
Data: 15/12/2023 15:46:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Ao meu pai, Roberto, a minha mãe, Alzira, a minha esposa, Daniela, ao meu filho, Heitor, e a minha filha, Stella.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Divino José da Silva, pela confiança e pelo apoio constante durante os momentos desafiadores. Sua generosidade e sabedoria são inestimáveis. Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão pela oportunidade de trabalhar sob sua orientação.

Aos membros da banca, Professor Doutor Ari Fernando Maia e Professor Doutor Raphael Guazzelli Valerio, pela leitura rigorosa e preciosas indicações, Professor Doutor Alexandre Filordi de Carvalho, que desde o exame de qualificação do mestrado tem enriquecido a pesquisa com seus profundos conhecimentos teóricos, e Professor Doutor Pedro Angelo Pagni, pelo interesse e entusiasmo pelo tema, pela disponibilidade para discutir ideias, pelo apoio e provocações que marcaram profundamente este trabalho e minha jornada acadêmica. A todos, toda a minha admiração e reconhecimento.

Aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/UNESP de Presidente Prudente e aos funcionários e às funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação, pelo profissionalismo e disposição.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Filosofia (GEPEF), por proporcionar valiosos momentos de trocas, discussão e aprendizagem.

Ao meu pai, Roberto Takeo Kanashiro e a minha mãe, Alzira Teixeira Kanashiro, por todo o amor, apoio e sacrifício que dedicaram a mim ao longo dos anos. Suas renúncias não passaram despercebidas em minhas conquistas. A vocês, todo o meu amor e gratidão.

A minha esposa, Mônia Daniela Dotta Martins Kanashiro, por estar ao meu lado nesta jornada, sem hesitar em dispor de seu tempo e energia para me apoiar. Você inspira todos ao redor com sua força, determinação e dedicação.

Ao meu filho Heitor Dotta Martins Kanashiro e a minha filha Stella Dotta Martins Kanashiro, pelo apoio silencioso, carinho e compreensão, mesmo quando não pude lhes dedicar todo o tempo que gostaria. Vocês são minhas fontes de felicidade e inspiração.

À Unesp (Universidade Estadual Paulista), pela destacada e imprescindível atuação no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade.

RESUMO

O objetivo dessa tese é pensar o microfascismo no processo de produção da subjetividade no contexto do neoliberalismo atual. Discute a hipótese de que o agenciamento entre governamentalidade algorítmica e redes transnacionais de direita radical resultaram em uma máquina algorítmica de política de afetos, composta, além dos elementos heterogêneos das máquinas de políticas de afetos, de todo um ecossistema de plataformas de mídia digital que medeiam a experiência contemporânea com seus processos de datificação, perfilagem e microsegmentação. Argumenta que os designes, as arquiteturas e os procedimentos algorítmicos dessas plataformas permitem não só agir sobre os corpos para modelá-los e governá-los, mas capturar e modular desejos pré-subjetivos e pré-conscientes, identificar preconceitos e ressentimentos, saturar seus alvos de forma customizada, promover a duração e da intensidade de afetos tristes, reforçar crenças, comprometer a capacidade de compreensão, a vontade consciente e estimular a ação reflexa. A partir do conceito de máquina, de Felix Guattari, pensa humanos e máquinas técnicas dispostos no mesmo plano ontológico de existência, como partes, engrenagens de uma mesma máquina, envolvidos nos mesmos processos. Com isso, analisa como componentes pré-individuais, pré-verbais, pré-significativos da subjetividade se constituem como servos de máquinas sociais, econômicas ou semióticas, e como os processos de produção de percepções e afetos ainda no nível pré-subjetivo, pela sobrecodificação daqueles estratos, condicionam as suas manifestações no nível da subjetividade e modulam a produção desejante, numa forma de governo do inconsciente.

Palavras-chave: Política de afetos; governamentalidade algorítmica; máquina; microfascismo.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to think about microfascism in the process of producing subjectivity in the context of current neoliberalism. Discusses the hypothesis that the assemblage between algorithmic governmentality and radical right transnational networks resulted in an algorithmic machine of politics of affect, composed, in addition to the heterogeneous elements of machines of politics of affect, of an entire ecosystem of digital media platforms that mediate the contemporary experience with its datafication, profiling, and microsegmentation processes. It argues that the designs, architectures and algorithmic procedures of these platforms allow not only to act on bodies to shape and govern them, but to capture and modulate pre-subjective and pre-conscious desires, identify prejudices and resentments, saturate their targets in a customized way, promote the duration and intensity of sad affects, reinforce beliefs, compromise the capacity for understanding, conscious will and stimulate reflex action. Based on the concept of machine, by Felix Guattari, he thinks of humans and technical machines arranged on the same ontological plane of existence, as parts, cogs of the same machine, involved in the same processes. With this, it analyzes how pre-individual, pre-verbal, pre-significant components of subjectivity constitute themselves as servants of social, economic or semiotic machines, and how the processes of production of perceptions and affects still at the pre-subjective level, through overcoding of those strata, condition their manifestations at the level of subjectivity and modulate the desiring production, in a form of unconscious government.

Keywords: Politics of affections; algorithmic governmentality; machine; microfascism.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Annual Size of the Global Datasphere ..... p. 34
Gráfico 2 - Internet connectivity (bits per second) ..... p. 35

Figura 1 – Relações paradigmáticas e sintagmáticas ..... p. 53
Figura 2 – Metáfora e metonímia ..... p. 56

Quadro 1 – Estratos ..... p. 104
Quadro 2 – Conteúdo e expressão ..... p. 105
Quadro 3 – Código e território ..... p. 108

LISTA DE SIGLAS

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

bps: bits por segundo.

CEO: Chief Executive Officer.

CPMI: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

DCC: Departamento de Ciência da Computação.

DCMS: Department for Digital, Culture, Media & Sport.

DW: Deutsche Welle.

IBICT: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

IDC: International Data Corporation.

KDD: Knowledge Discovery in Databases.

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

LGBTQ: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Queer.

Mbps: Megabits por segundo.

O.C.E.A.N.: Openness, conscientiousness, extraversion, agreeableness, and neuroticism.

ONG: Organização não governamental.

PIB: Produto interno bruto.

PSYOP: Psychological operations.

PT: Partido dos Trabalhadores.

SCL Group: Strategic Communication Laboratories.

SSD: Solid-state drive.

TSMC: Taiwan Semiconductor Manufacturing Company.

UnB: Universidade de Brasília.

Uniban: Universidade Bandeirante de São Paulo.

UNESP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
1. BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE 17
1.1 DO PODER SOBERANO À BIOPOLÍTICA 18
1.2 DO PODER PASTORAL À GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL 20
1.3 GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA 32
1.3.1 Algoritmos e *Big Data*: definição e funcionamento 33
1.3.2 Vigilância e controle 41
1.3.3 Produção da subjetividade na governamentalidade algorítmica 44
2. MÁQUINAS 50
2.1 ESTRUTURALISMO E PSICANÁLISE 51
2.2 MÁQUINA *CONTRA* ESTRUTURA 57
2.3 *O ANTI-ÉDIPO* E AS MÁQUINAS DESEJANTES 62
2.3.1 Édipo na teoria freudiana 63
2.3.2 Édipo e o inconsciente em *O Anti-Édipo* 67
2.4 SUJEIÇÃO SOCIAL E SERVIDÃO MAQUÍNICA 78
2.5 MICROFÍSICA DO PODER E MICROPÓLÍTICA DO DESEJO 82
3. OVO DA SERPENTE 91
3.1 NOME DO RÉPTIL 95
3.1.1 Fascismo e máquinas desejantes 99
3.1.2 Microfascismo 103
3.2 ECLOSÃO 115
3.2.1 O caso Cambridge Analytica 118
3.2.2 O caso do Brasil a partir eleição de 2018 121
4. MÁQUINA ALGORÍTMICA DE POLÍTICA DE AFETOS 125
CONSIDERAÇÕES FINAIS 135
REFERÊNCIAS 143

INTRODUÇÃO

> *Junk* é o produto ideal... a mercadoria perfeita. O vendedor não precisa de lábia. O cliente se arrastará pelo meio do esgoto implorando uma chance de comprar... O vendedor de *junk* não vende seu produto ao consumidor; vende o consumidor ao seu produto (Burroughs, 2005, p. 247).

Embaladas pelos cantos do Escola sem Partido, mudanças na estrutura do Ensino Médio são implementadas a toque de caixa: um dispositivo que radicaliza a produção do *empresário de si*, o *homo oeconomicus* do neoliberalismo, como diria Foucault. Como criar formas de resistência a isso, no âmbito da ação docente? Como combater os discursos sobre a educação, a cultura, as humanidades[1] que, atualmente, mais do que recorrer a argumentos típicos da racionalidade neoliberal – nas palavras do economista brasileiro Claudio de Moura Castro, o papel da escola seria o de "[...] separar os diamantes dos cristais e do cascalho" (Castro *apud* Rosa, 2009) –, ataca tudo o que não participa de um certo moralismo com rótulos como "doutrinação ideológica" (Carvalho, 2016; Feffer, 2017; Pires, 2018; Schüler, 2018; O Globo, 2019), "marxismo cultural" (Haubert, 2019; Zanini 2019; Marin, 2019; Fioratti, 2020), "ideologia de gênero" (Matarazzo; Gonçalves, 2019; Cafardo; Mengue; Rocha, 2019; O Globo, 2019; Pinho; Martínez-Vargas, 2019), por meio dos quais condenam, de forma sumária, pesquisas, estudos, ensino, discussões de temas fundamentais para a compreensão de nós mesmos e do nosso tempo; rótulos que visam manipular paixões, estimular o ressentimento, fomentar o ódio?

Nas eleições de 2018, esses discursos se tornaram bandeiras de diversos candidatos, entre eles, de Jair Messias Bolsonaro, que venceu o pleito com uma campanha centrada nas redes sociais digitais. Ainda em 2014, seu filho "01", Flávio Bolsonaro, então deputado estadual do Rio de Janeiro, convidou Miguel Nagib, ex-integrante do Instituto Millenium e fundador do Escola sem Partido, para redigir um projeto de lei para proteger as escolas daquele estado contra essas práticas de "doutrinação" (Lima; Hypolito, 2020).

E nas ruas, nas redes sociais digitais cresce o ódio homofóbico, machista, racista, o ódio

---

[1] A opção por utilizar o termo *humanidades* para se referir a um conjunto de disciplinas teve como referência a obra *Sem fins lucrativos: porque a democracia precisa das humanidades*, de Martha Nussbaum (2015), um manifesto contra aquilo que a autora diagnostica como uma "crise silenciosa", um "câncer" que se expande e põe em risco as democracias: o sufocamento das humanidades e da arte por uma educação voltada para o desenvolvimento de competências relativas à ciência e à tecnologia. Para ela, o aumento do produto interno bruto per capita tem sido o principal critério de economistas desenvolvimentistas para avaliar a qualidade de vida geral de uma nação, desconsiderando a carência de saúde, educação e liberdade política; cabe a educação, neste contexto, desenvolver competências destinadas a elevar o PIB, silenciando aquelas que colaboram com o livre pensar.

contra o pouco de visibilidade e os poucos direitos conquistados a duras penas por minorias historicamente oprimidas, reprimidas, o ódio contra programas sociais, contra universidades, contra as ciências, contra a democracia (Coding Rights, 2018; Mesquita, 2019; Valente, 2019; Buarque; Cretton, 2019; Velasco, 2019; Dias, 2020; Santiago, 2021; Patriolino, 2022). Um novo conservadorismo pouco esclarecido parece imperar em nossa sociedade (Lima; Hypolito, 2019), acompanhado por um certo fanatismo religioso (Dutra, 2018; Arias, 2018) e pela radicalização de posições políticas (Meireles, 2018; Pires, 2019).

Em seu estudo sobre a ascensão do que chama de *civilizacionismo de extrema direita*, Blake Stewart (2020)[2] afirma que vivemos em um *interregno* – no sentido atribuído por Antonio Gramsci –, que coloca "[...] em questão a estabilidade e a coesão da chamada ordem internacional liberal" (Stewart, 2020, p. 1207, tradução nossa)[3]. Diante disso, diz ele, uma nova extrema direita estaria empreendendo esforços para a reestruturação da superestrutura ideológica que legitima o sistema capitalista e a supremacia dos Estados Unidos e de alguns países europeus, sem, no entanto, se opor ao modelo neoliberal.

O que se pretende, diz ele, é canalizar os sentimentos de insatisfação com o modelo político atual, buscando "[...] substituir o véu do cosmopolitismo cultural e do internacionalismo liberal (que eles costumam chamar de 'marxismo cultural') por uma celebração do chauvinismo ocidental e do chauvinismo jingoísmo explícito" (Stewart, 2020, p. 1213, tradução nossa)[4].

Segundo Stewart (2020), a produção de uma rede transnacional de extrema direita, uma *internacional nacionalista*, nos termos de Mammone (2017), ficou mais evidente com a cooperação entre atores ligados à campanha presidencial de Donald Trump, em 2016, e do Brexit, reveladas pelo caso da empresa Cambridge Analytica.

O caso ficou conhecido por meio de uma série de reportagens sobre a atuação da empresa no desenvolvimento de uma maquinaria inspirada em estratégias de guerras híbridas – operações psicológicas (PSYOP) –, combinando a mineração de grandes quantidades de dados com a produção de perfis psicológicos, a elaboração e direcionamento individualizado de marketing digital visando principalmente a gestão do ódio e do ressentimento, e sua utilização

---

[2] Mais que os conceitos por ele mobilizados – como *interregno* e *superestrutura ideológica* –, aqui interessa mais seu diagnóstico e as denúncias da existência de redes transnacionais de direita radical.

[3] No original "[...] the rise of far-right politics in North America and Europe has called into question the stability and cohesion of the so-called liberal international order" (Stewart, 2020, p. 1207).

[4] No original: "[...] who are currently on 'the longmarch through the institutions' and seek to replace the veil of cultural cosmopolitanism and liberal internationalism (which they often refer to as 'Cultural Marxism') with a celebration of jingoism and explicit western chauvinismo" (Stewart, 2020, p. 1213).

em países democráticos sob o título de marketing e propaganda (Cadwalladr; Grahm-Harrison, 2018; Cadwalladr; Grahm-Harrison, 2018; Rosenberg; Confessore, Cadwalladr, 2018).

Ainda que a empresa não tenha atuado oficialmente nas eleições no Brasil, Bolsonaro foi apoiado por figuras proeminentes da direita radical mundial, com destaque para Donald Trump, na época presidente dos Estados Unidos, e Steve Bannon, que foi vice-presidente da empresa Cambridge Analytics (Coding Rights, 2018; Passarinho, 2018; Machado, 2019; Cruz; Gomes, 2020; Olsen, 2020; Pires, 2020; Vilicic, 2020).

No início do percurso, a pesquisa tomou como objeto de análise os discursos que questionam a importância das humanidades na educação escolar no contexto do neoliberalismo contemporâneo e a radicalização do *empresário de si* nas mudanças promovidas no Ensino Médio. Observou-se, então, que, em tais discursos, o apelo aos afetos se tornou mais recorrente do que a racionalidade econômica, ao mesmo tempo em que as redes sociais digitais se consolidavam como campo privilegiado da ação política, com o uso de estratégias sofisticadas de ação desenvolvidas por uma rede transnacional de direita radical. O efeito produzido foi o crescimento de manifestações de ódio e intolerância a grupos sociais minoritários e às disciplinas e pesquisas que abordam criticamente preconceitos e desigualdades, manifestações que se intensificaram e ganharam organicidade na medida em que se aproximavam as eleições de 2018.

A produção da subjetividade no contexto das novas tecnologias digitais assumiu, então, relevância na pesquisa, em razão do modo como nossa experiência é mediada atualmente pelo ecossistema digital, com seus processos de coleta e tratamento de dados, produção de perfis e propaganda segmentada de forma automatizada. Segundo Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2015), isso constitui uma nova forma de *governamentalidade* – conceito criado por Michel Foucault (2008a) para analisar as tecnologias de governo na biopolítica –, nomeada por eles de *governamentalidade algorítmica*.

Por mais que o conceito de *governamentalidade algorítmica* permitisse a análise de aspectos dos processos de produção da subjetividade, o advento dos dispositivos tecnológicos parece coincidir com a adesão massiva a certas ideias que contornam processos de consciência e racionalidade, que tornam irrelevante mesmo argumentos factuais, como o negacionismo quanto à gravidade da pandemia de Covid-19 (Rathsan, 2021; Morel, 2021; Perini-Santos, 2022), os movimentos antivacinas (Maia, 2019; Pasternak, 2020; Dias, 2020), as teorias terraplanistas (Marineli, 2020), teorias da conspiração como a QAnon (Wendling, 2021) etc. O conceito de *governamentalidade algorítmica* é, então, problematizado, e se propõe um

deslocamento em direção a uma micropolítica das subjetividades, para enfatizar a questão da gestão dos afetos.

O conceito de *máquina*, de Felix Guattari, ao colocar humanos e máquinas técnicas dispostos no mesmo plano ontológico de existência, como partes, engrenagens de uma mesma máquina, envolvidos nos mesmos processos, se juntou aos outros conceitos já mobilizados para ajudar a pensar como componentes pré-individuais, pré-verbais, pré-significativos da subjetividade se constituem como servos de máquinas sociais, econômicas ou semióticas, e como os processos de produção de percepções e afetos ainda no nível pré-subjetivo, pela sobrecodificação daqueles estratos, condicionam as suas manifestações no nível da subjetividade e modulam a produção desejante, numa forma de governo do inconsciente.

Mais do que um fenômeno macropolítico, a pesquisa visa analisar o modo como o microfascismo se constitui nos processos de subjetivação no neoliberalismo e como ele é mobilizado por uma máquina algorítmica de política de afetos. Como argumenta Grégoire Chamayou (2020), os neoliberais invertem a questão levantada por Deleuze e Guattari, a partir de Espinosa; para os micropolíticos neoliberais, a questão é "[...] não mais *por que*, e sim *como fazer para que* os homens lutem por sua servidão como se se tratasse de sua salvação" (Chamayou, 2020, p. 381).

A hipótese que se discute é que o agenciamento entre governamentalidade algorítmica e redes transnacionais de direita radical resultaram em uma *máquina algorítmica de política de afetos*, capaz de reforçar o microfascismo no processo de produção da subjetividade no contexto do neoliberalismo atual.

O que se propõe nesta pesquisa é seguir as linhas, descrever as relações, acompanhar os múltiplos processos de produção da realidade presente, encontrar *conexões* de elementos *heterogêneos*, de "[...] cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 15-16). Não se pretende encontrar a unidade, o princípio, estruturas universais, mas *multiplicidades* que "[...] se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 17). Pensa o real como linhas que se cruzam, se modificam, se rompem, se conectam constantemente, "[...] linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 18). Considerando, portanto, a realidade como processos e múltiplas conexões em constante devir, a pesquisa visa mais a uma *cartografia* do que a um *decalque*.

> Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social (Deleuze; Guattari, 2000, p. 22).

Para Foucault (1995), a história do presente permite compreender os mecanismos utilizados para o exercício do poder e, assim, criar formas de resistência. Lançados permanentemente num jogo do qual não há possibilidade de fuga, estamos constantemente envolvidos por complexas relações de poder e saber, relações que atuam na constituição de nós mesmos e de nossas práticas.

Em *O que são as luzes?*, ao abordar a questão da Aufklärung levantada por Kant, Foucault (2008c) procura esclarecer o sentido daquilo que nomeia como *ontologia crítica de nós mesmos*. Não se trata de uma teoria, uma doutrina, um corpo de saberes acumulados, mas "[...] uma atitude, um *êthos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível" (Foucault, 2008c, p. 351). Essa ontologia se articula a uma atitude crítica que consiste em questionar, segundo Foucault (2000, p. 171-172): "'Como não ser governado desse modo, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não desse modo, não para isto, não por estas pessoas'".

Diagnosticar o presente, esse seria, segundo Foucault, o papel da Filosofia, ou seja, conhecer o que envolve a produção do que somos para propor um outro modo de viver, que resista às imposições de nosso tempo. Mas para isso é preciso decidir, assumir as consequências das próprias escolhas, algo cada vez mais difícil quando o governo da vida e a condução da conduta se dão por redes cada vez mais complexas e sofisticadas de dispositivos. É preciso uma atitude crítica, postura indócil, de desconfiança, que se interesse pela articulação entre poder, verdade e sujeito, entre os discursos de verdade e as formas de sujeição.

O objetivo geral é pensar o microfascismo no processo de produção da subjetividade no contexto do neoliberalismo atual, considerando como os agenciamentos possibilitados pelo ecossistema das plataformas de mídia digital podem favorecer a gestão do ressentimento e a incitação ao ódio.

Os *objetivos específicos* são: (1) analisar o conceito de *governamentalidade algorítmica*, de Antoinette Rouvroy, Thomas Berns e Dominique Depris. Para isso, irá (1.1) analisar aspectos fundamentais da arquitetura e do funcionamento do ecossistema digital na produção

da subjetividade, mais especificamente, os processos de coleta e de tratamento de dados obtidos nos rastros deixados na internet, a produção de perfis (*dataveillance*, *datamining* e *profiling*) e de *microtargeting*. Para contextualizar o conceito de *governamentalidade algorítmica*, irá (1.2) analisar os conceitos de *disciplina*, *biopolítica* e *governamentalidade* na obra de Michel Foucault; (2) analisar os conceitos *máquina*, *agenciamento* e *servidão maquínica*, na obra de Felix Guattari e nas que ele produziu em parceria com Gilles Deleuze; (2.1) analisar as possíveis articulações entre os conceitos de *agenciamento*, de Felix Guattari e Gilles Deleuze, e de *dispositivo*, de Michel Foucault; (3) descrever o contexto atual, considerando as plataformas de mídia digitais como palco do crescimento de discursos de ódio e de intolerância; (3.1) analisar o debate sobre a categoria adequada para pensar o fenômeno da intolerância e do autoritarismo atual, esclarecendo a opção pelo conceito de *microfascismo*, de Felix Guattari e Gilles Deleuze; (4) analisar o *ódio* e o *ressentimento* como afetos, a partir da leitura feita por Gilles Deleuze da *Ética* de Baruch Spinoza.

A tese está dividida em quatro capítulos: *biopolítica e governamentalidade*, *máquinas*, *ovo da serpente* e *máquina algorítmica de política de afetos*.

O capítulo *Biopolítica e governamentalidade* analisa a produção, na obra de Michel Foucault, dos conceitos de *disciplina*, *biopolítica* e *governamentalidade*, considerando as especificidades do *poder soberano* e da *biopolítica* e do *poder pastoral* e da *governamentalidade neoliberal*, para, depois, analisar o conceito de *governamentalidade algorítmica*, de Antoinette Rouvroy, Thomas Berns e Dominique Depris, na interseção entre o conceito de *governamentalidade*, de Foucault, e as tecnologias digitais do contexto atual.

O capítulo *Máquina* investiga o conceito de *máquina* na obra de Felix Guattari e naquelas que ele produziu com Gilles Deleuze, considerando-o a partir da crítica ao estruturalismo e à psicanálise, e os conceitos de *sujeição social e servidão maquínica*, que permitem pensar a condição humana para além dos papeis sociais, o humano como parte, engrenagem de uma máquina.

O capítulo *Ovo da serpente* busca descrever o momento atual, no qual parece coincidir a mediação da experiência contemporânea por dispositivos de tecnologia digital como a radicalização política, a intensificação do ressentimento e do ódio – o caso Cambridge Analytica e o caso do Brasil a partir das eleições de 2018 são tomados, aqui, como emblemáticos. O capítulo *O nome do réptil* é dedicado ao debate em torno do conceito mais adequado para nomear o fenômeno de ascensão da direita radical no mundo e, em especial, no Sul Global, justificando a opção, nesta pesquisa, pelo conceito de *microfascismo*.

O capítulo *Máquina algorítmica de política de afetos* argumenta que o agenciamento entre a *governamentalidade algorítmica* e as redes transnacionais de direita radical resultaram em uma máquina que potencializa o microfascismo no processo de produção da subjetividade no contexto do neoliberalismo atual.

BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE

> E essa própria "biopolítica" deve ser compreendida a partir de um tema desenvolvido desde o século XVII: a gestão das forças estatais (Foucault, 2008a, p. 494).

O conceito de biopolítica, de Michel Foucault, continua influenciando análises críticas das relações de poder, do governo e da sociedade contemporânea. Após a morte de Foucault, em 1984, diversas pesquisas foram desenvolvidas aplicando e adaptando o conceito a novos contextos, explorando as interações entre poder, tecnologia, biotecnologia e política global.

A biopolítica assume relevância nas pesquisas de Foucault (2005; 2008a; 2008b;1999) nos cursos *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), *Segurança, Território, População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), além das obras publicadas nesse período, com destaque para a *História da Sexualidade volume I: A vontade de saber* (1976). O conceito de biopolítica[5] é criado para entender a forma como o poder opera no controle das populações, particularmente na era moderna, quando o Estado assume um papel de regular a vida humana.

Este capítulo se propõe a analisar os conceitos de *biopolítica* e de *governamentalidade*, de Michel Foucault, procurando explorar o contexto e as razões de sua produção e pensar os limites que apresentam para a compreensão da nova realidade que se apresenta na atualidade, muito diferente do contexto a que se propunham analisar. As fontes de pesquisa foram os cursos *Em defesa da sociedade*, (1977-1978), *Segurança, Território, População* (1978-1979) *Nascimento da biopolítica* (1979-1980) e os textos *História da Sexualidade volume I, A vontade de saber* (1976), *Sujeito e poder*, *O que é a crítica? (crítica ou Aufklärung)* e *O que são as Luzes?*, além de alguns de seus comentadores, entre eles, Michel Senellart (1995), Peter Pál Pelbart (2000), André Duarte (2011), Alfredo Veiga-Neto (2011), Nilton Ken Ota (2017), Edgardo Castro (2019), Gilvanildo Oliveira Avelino (2019), Alexandre Filordi de Carvalho (2019), Pedro Angelo Pagni (2019).

Vários estudos recorrem a tais conceitos para pensar aspectos do tempo presente, por meio de modificações e torções. Porém, essa pesquisa irá se concentrar no conceito de *governamentalidade algorítmica*, criado por Antoinette Rouvroy, em parceria com Thomas Berns e Dominique Depris.

---

[5] Segundo Roberto Esposito (2010), quem primeiro adotou o termo *biopolítica* foi o sueco Rudolph Kjellen. Foucault o "[...] retoma sob a forma de simultânea reproposição e desconstrução crítica" (ESPOSITO, 2010, p. 33). Porém, "[...] a operação iniciada por Foucault em meados dos anos setenta manifesta uma complexidade e um radicalismo em nada comparáveis com as teorizações precedentes" (ESPOSITO, 2010, p. 44-45).

Porém, antes de analisar esse conceito, convém examinar, de forma breve, o percurso feito por Michel Foucault para produzir o conceito de *governamentalidade.*

1.1 DO PODER SOBERANO À BIOPOLÍTICA

> Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: a da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder. (Foucault, 2005, p. 292).

Nos cursos ministrados no Collège de France na década de 1970, Foucault abordou o surgimento, a partir do século XVII, de técnicas de poder cujo objetivo era investir nos corpos individuais para torná-los submissos, dóceis e produtivos, tema também central em *Vigiar e Punir*, publicado em fevereiro de 1975 (Bacelar, 2019). No ano seguinte, em *História da Sexualidade volume I, A vontade de saber,* sua análise dos dispositivos de produção da sexualidade aponta para a atuação de um poder que, tendo como alvo o sexo e a própria vida, visava a normalizar a conduta da espécie (Duarte, 2011). Assim, no curso de sua genealogia dos micropoderes disciplinares, com o aparecimento, por volta do fim de século XVIII e início do XIX, dessa nova forma de exercício do poder, voltada agora não para disciplinar e normalizar o corpo individual, mas para a administração da vida e do corpo da população por meio de políticas de Estado, Foucault (2003) passará a se dedicar ao estudo daquilo que chamou de "biopolítica das populações", inaugurando um outro campo de análise, além da "anátomo-política do corpo".

Com o surgimento da biopolítica, diz Foucault (2003, p. 130), "[...] o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte". Esse poder de gerir a vida, de estabelecer regulações da população, junto com as disciplinas do corpo "[...] constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida" (Foucault, 2003, p. 131).

Acontece, diz ele, que o biopoder, ao produzir e incentivar a vida de uma população impõe, ao mesmo tempo, o genocídio à outra, e isso por razões absolutamente novas, pois se este é "[...] o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população" (Foucault, 2003, p. 129). É uma espécie de racismo, um

racismo de Estado que se volta contra tudo aquilo que possa apresentar risco para a espécie, para o grupo, como mostram seus exemplos mais marcantes que são o nazismo e o stalinismo. Eles encaram o inimigo como alguém a ser eliminado, e não apenas vencido, pois para esses sistemas, "[...] a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura" (Foucault, 2005, p. 305).

A biopolítica, diz Foucault (2005, p. 292-293), "[...] lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder". A população como um problema, como objeto de estudo, de análise, de conhecimento e, ao mesmo tempo, como alvo de poder. Nas palavras de Foucault (2005, p. 293),

> [...] essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismos que tem certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global.

Temos, então, a partir da era clássica, o biopoder em duas modalidades, ou duas formas de funcionamento: a disciplina, cujo objeto são os corpos e a biopolítica, cujo objeto são as populações. A disciplina é a forma de biopoder nas instituições, como os quartéis, as fábricas e as escolas. Essa forma de poder intervém, por meio de mecanismos de vigilância e sanção, de técnicas de distribuição no espaço fechado, do controle do tempo, dos gestos, sobre o corpo individual no sentido de ampliar suas forças e torná-lo obediente, adaptável.

> Graças às técnicas de vigilância, a física do poder, o domínio sobre o corpo se efetua segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, a força, a violência, poder que é em aparência ainda menos "corporal" por ser mais sabiamente "físico" (Foucault, 1999, p.170-171)

Já a biopolítica investe sobre a população pelo controle das taxas de natalidade, das epidemias. População é entendida como um processo biológico e anônimo, quantificável por meio de estudos demográficos e das ciências estatísticas, processo em constante variação e mudança o que faz com que as formas de intervenção sejam também realizadas por medidas flexíveis.

Em *Nascimento da biopolítica*, mais do que buscar uma definição precisa e definitiva do conceito, Foucault (2008b) irá analisar as condições de possibilidade dessa *arte de governar*, ou seja, por meio da abordagem do liberalismo e, depois, do neoliberalismo, do

desenvolvimento das práticas e discursos que os constituem, propõe analisar a genealogia dessa tecnologia de governo.

1.2 DO PODER PASTORAL À GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

> Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica (Foucault, 2008b, p. 30).

Apresentados os conceitos de *biopoder* e *biopolítica*, faltava, agora, a Foucault, uma ferramenta para analisar as tecnologias de governo então empregadas. É nesse contexto que ele formula o conceito de *governamentalidade* (*gouvernamentalité*), apresentado na aula do dia 1 de fevereiro de 1978, do curso *Segurança, território, população*, ministrado por ele no Collège de France entre os anos de 1977 a 1978 (Duarte, 2011). No mesmo ano, uma transcrição daquela aula, traduzida por Pasquale Pasquino para o idioma italiano, foi publicada pela revista *Aut Aut*[6] (Ota, 2017, p. 61). Ainda que a primeira publicação do curso todo tenha ocorrido somente em 2004, na França, a partir da transcrição dos manuscritos utilizados por Foucault em suas conferências[7], nos anos 1990 o conceito de governamentalidade já havia se tornado tema de uma série de publicações, principalmente em razão da fundação da revista inglesa *Economy and Society*, vinculada ao programa de pesquisa *governmentality school*, especificamente a partir da publicação de agosto de 1993, organizada por Nikolas Rose, Thomas Osborne e Andrew Barry (Avelino, 2008). Desde então, o neologismo criado por Foucault se tornou "[...] uma espécie de máquina para produzir análises empíricas com um enquadre teórico. Era possível analisar qualquer coisa e usar a linguagem da governamentalidade" (Rose, 2010, p.303). No Brasil, o conceito de governamentalidade tem sido bastante utilizado, por exemplo, nas pesquisas em educação (Aquino, 2013 *apud* Kroetz; Ferrano, 2019).

A criação dessa nova ferramenta analítica provocou um deslocamento significativo nas pesquisas que Foucault vinha realizando sobre a "[...] relação entre poder soberano, território e dispositivos de segurança, a qual, a partir de então, se converteu numa discussão das relações entre Estado, economia política e os problemas da população" (Duarte, 2011, p. 57). Em uma

---

[6] Em 1979, com o título de *A governamentalidade*, último capítulo da coletânea *Microfísica do poder*, uma tradução para o idioma português produzida por Roberto Machado e Ângela Loureiro de Souza, foi publicada no Brasil. Em 1986, uma versão no idioma francês foi publicada pelo periódico *Actes* (Ota, 2017, p. 61).

[7] A versão completa de *Segurança, território, população* teve a edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana e foi publicada no Brasil em 2008, pela editora Martins Fontes, com a tradução de Eduardo Brandão (Bresolin; Valeirão, 2015, p. 218).

de suas falas na aula do dia 1 de fevereiro de 1978 fica clara a mudança nas preocupações que orientavam as suas pesquisas, diante dos resultados obtidos até então. Diz ele: "[...] se eu quisesse ter dado ao curso que iniciei este ano um título mais exato, certamente não teria escolhido 'segurança, território, população'. O que eu queria fazer agora, se quisesse mesmo, seria uma coisa que eu chamaria de história da 'governamentalidade'" (Foucault, 2008a, p. 143).

A introdução do conceito de governamentalidade permitiu a Foucault uma compreensão mais específica da noção de governo em relação àquela noção geral discutida por ele no curso *Os anormais*, ministrado entre 1974 a 1975 (Duarte, 2011); possibilitou manter inabalada a sua concepção de poder como micropoderes e, ao mesmo tempo, discutir o governo da conduta por meio da administração estatal, ou seja, como ação política, já que não precisou "[...] recorrer a qualquer conceito de Estado ou mesmo à 'instituição do governo' em seu sentido mais usual" (Duarte, 2011, p. 53); serviu de guia tanto para as pesquisas relativas à hermenêutica do sujeito, ao cuidado de si e à estética da existência como para as "[...] reflexões tardias sobre as novas formas de subjetivação no presente, enquanto criação de novas formas de relação, de sociabilidade e de amizade, entendidas como resistência aos poderes de controle e objetivação da liberdade dos sujeitos" (Duarte, 2011, p. 54); abriu uma nova perspectiva para se pensar a constituição da modernidade e do sujeito moderno, o que até então era feito pela oposição entre soberania e sociedade disciplinar, como em *Vigiar e punir*, e despertou o interesse em "[...] abordar também as práticas de governamento do mercantilismo, do cameralismo, do liberalismo clássico e do neoliberalismo" (Duarte, 2011, p. 56); inspirou, portanto, sua genealogia das práticas de governamento ocidentais em *Nascimento da biopolítica*, que retornou aos princípio da razão de Estado, no século XVI, até chegar ao neoliberalismo alemão e americano do século XX, discutindo, nesse percurso, a constituição do Estado moderno a partir da noção de governo, por meio da análise dos manuais da arte de governar, opção entendida como a mais adequada em relação aos tratados de filosofia política, já que seu objetivo era a compreensão do processo de avanço no governo da vida.

Em *Segurança, território, população*, Foucault (2008a) defende que, com a instituição dos "dispositivos de segurança", as técnicas de governamento romperam com a centralização que era característica da soberania e, uma vez que se dirige à população, possibilitou o desenvolvimento de "[...] técnicas de governamento aptas a lidar com os fenômenos variáveis da população – crescimento, mortes, casamentos, reprodução –, os quais se tornaram melhor conhecidos a partir de meados do século XVIII, com a constituição da ciência estatística" (Duarte, 2011, p. 59).

Para compreender melhor esse processo, decidiu por investigar as formas de governamento que se desenvolveram a partir do século XVI. Iniciou essa tarefa por um estudo do significado da noção de "governo", realizando uma busca nos dicionários históricos de língua francesa, onde encontrou uma variedade de significados do termo ao longo dos séculos XIII, XIV e XV – sentido físico, espacial, sentido material, sentido moral, sentido de relação entre pessoas –, todos relacionados ao governo de indivíduos ou grupos, sem nenhuma relação com o governo de um Estado, o que o levou a concluir que não se governa coisas, territórios, instituições, governa-se pessoas, indivíduos ou coletividades. É essa noção de governo como governo dos homens que o fará dirigir a sua atenção para o "poder pastoral", tema sobre o qual se dedicará nas aulas dos dias 8, 15 e 22 de fevereiro e 1 de março de 1978 e que lhe permitirá articular governamentalidade e dispositivos de poder.

Para Foucault (2008a), a compreensão segundo a qual os indivíduos são governáveis, ideia que decorre da metáfora do pastor e seu rebanho, era comum em tradições como a egípcia e, principalmente, a hebraica, porém, seria algo estranho ao modo de vida grego, ainda que a metáfora do pastor e do rebanho esteja presente nos textos homéricos, na tradição pitagórica – que identifica o *nomos* (lei) como derivação de *nomeus* (pastor) e conceda a Zeus o título de *Nomios* (deus-pastor) –, que no vocabulário político clássico haja divergência sobre o tema – como no caso das análises de Gruppe e Delatte, embate no qual Foucault (2008a) se posiciona a favor do primeiro –, e que na obra de Platão (*Críticas*, *Leis*, *República*), a metáfora do pastor apareça em vários momentos, mas, aqui, como crítica à ideia do pastorado[8]. A função do pastor nos textos gregos, todavia, jamais aparece como o elemento fundador da cidade ou mesmo como representante da arte política. Portanto, a origem da ideia de um governo dos homens deve ser buscada no Oriente pré-cristão e cristão, e "[...] sob duas formas: primeiramente, sob a forma da ideia e da organização de um poder de tipo pastoral, depois sob a forma da direção de consciência, da direção das almas" (Foucault, 2008a, p. 166).

Feitas essas distinções das práticas greco-romanas, o poder pastoral é então descrito como um poder cujo exercício se dá não sobre um território, mas sobre o rebanho, no sentido de dirigi-lo enquanto se locomove, que tem como principal objetivo conduzir o rebanho para a salvação, sendo, dessa forma, fundamentalmente, "[...] um poder benfazejo" (Foucault, 2008a, p. 169). Ainda que isso possa ser apontado como uma das características do poder em outros contextos, o poder pastoral é definido exclusivamente por ela; nesse aspecto, se aproxima do objetivo do poder soberano, mas no caso do poder pastoral, essa salvação estava basicamente

[8] Mais detalhes sobre essa análise são encontrados na "aula de 15 de fevereiro de 1978".

voltada para a subsistência. Resulta, dessa forma, de uma manifestação não de força, mas de zelo, e um zelo, em primeiro lugar, por cada ovelha de forma individual, o que poderia significar o sacrifício do próprio pastor. Assim Foucault (2008a, p. 173) sintetiza algumas das características da ideia de um poder pastoral:

> [...] é a idéia de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território. É um poder que guia para um objetivo e serve de intermediário rumo a esse objetivo. É, portanto, um poder finalizado, um poder finalizado sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo, superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano [...]. É, enfim, um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo.

O pastorado cristão reformulou noções fundamentais como os de obediência, de responsabilidade e de conhecimento, aperfeiçoando o funcionamento do poder pastoral e transformando-o "[...] em doutrina e posteriormente em prática política (Oliveira, 2019, p. 52). Trata-se, segundo Foucault (2008a), de um processo marcado por aperfeiçoamentos, transformações e disputas em torno de um dispositivo de poder que desenrolou por cerca de quinze séculos e cuja história nunca fora feita. Dessa forma, o pastorado, aos poucos, deu origem a toda uma arte de governar, de fazer as pessoas falarem de si mesmas, conduzindo tanto o indivíduo como a coletividade, algo bem diferente da sujeição a uma lei ou à soberania.

Com a "batalha da pastoralidade" (Foucault, 2008a, p. 198) – que se estendeu do século XIII ao século XVIII e teve seu ponto mais alto na Reforma e na Contrarreforma –, a busca por definir aqueles que deveriam ser os grandes responsáveis pelo governo dos homens, colocou em questão a maneira como se governava, porém, jamais questionou o próprio poder pastoral. A consequência foi a intensificação e a multiplicação dessas práticas, de modo que é "[...] precisamente a crise do poder pastoral, colocada pelas contraconduta religiosas, que altera as relações de poder desse dispositivo e engendram a multiplicação das artes de governo na modernidade, a partir de uma preocupação crescente sobre como governar" (Costa, 2018, p. 430). A série de revoltas, resistências e insurreições de conduta desde o século XV vão marcar um cenário de passagem da pastoral das almas ao governo político dos homens.

Com a multiplicação de contracondutas no interior do próprio pastorado, a reunião dos principados europeus pelo Império Cristão se tornou impraticável. Isso levou ao desenvolvimento de uma racionalidade política, uma arte de governar concebida, agora, em termos de regras imanentes à própria atividade de governo que tem como objeto a fortuna política, de caráter mundano e incerto. Assim, com o declínio do cristianismo, Foucault (2008a) irá indicar duas grandes transformações na forma como se governa, e que irá marcar a Europa nos séculos XVII e XVIII: o surgimento do sistema de Estado soberano, e a ascensão da

economia de mercado.

Se antes da Reforma o governo se pautava por uma racionalidade que recorria a um "fora", ou seja, a concepções transcendentes como as de justiça e salvação, com o surgimento dos Estados soberanos, que resultará das guerras religiosas, esse modelo entra em colapso. A rivalidade entre príncipes dá lugar à concorrência entre Estados, o que, segundo Foucault (2008a, p. 395) "[...] é sem dúvida uma das mutações mais essenciais nas formas, tanto da chamada vida política como da história do Ocidente". Isso vai fazer com que a "razão de Estado" se torne cada vez mais a forma dominante de racionalidade governamental, já que um Estado, para se defender e, a partir disso, buscar garantir a justiça e a salvação, deve desenvolver o seu poder, a sua "força", a qual está diretamente relacionada ao número de habitantes, à riqueza etc., o que o leva a supervisionar cada vez mais aspectos mais diversos da vida e resultará no surgimento de práticas disciplinares dentro de instituições, como os hospitais e os quartéis, já analisadas por Foucault na "anátomo-política do corpo".

A polícia, no sentido atribuído a ela no século XVII e início do século XVIII, consistia em um conjunto de meios que servia para ampliar as forças do Estado e, ao mesmo tempo, preservar a ordem interna, sendo a estatística sua ferramenta fundamental. Foucault (2008a) esclarece que nos séculos XV e XVI, *polícia* tinha ainda um outro sentido: uma sociedade sobre a qual se exercia uma autoridade pública, o conjunto de atos praticados no sentido do exercício dessa autoridade e o resultado do bom governo.

É a partir do século XVII que "[...] a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças" (Foucault, 2008a, 421). Sendo a polícia a arte de conhecer todas as potencialidades de um Estado para então desenvolver ao máximo suas forças, a estatística se apresenta como condição necessária para a polícia, assim como a polícia é a condição para a estatística, que consiste em um "[...] saber do Estado sobre o Estado, entendido corno saber de si do Estado, mas também saber dos outros Estados. E é nessa medida que a estatística vai se encontrar na articulação dos dois conjuntos tecnológicos" (Foucault, 2008a, p. 424).

Se a polícia assumiu características diferentes em cada Estado europeu, a estatística é um ponto comum em todos esses casos. Mais especificamente, o objetivo da polícia é, segundo Foucault (2008a, p. 432) "[...] o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado". Seus objetos são a quantidade de pessoas, as necessidades da vida e a saúde, e a polícia será "[...] o conjunto das intervenções e dos meios que garantem que viver, melhor

que viver, coexistir, será efetivamente útil à constituição, ao aumento das forças do Estado" (Foucault, 2008a, p. 438).

Edgardo Castro (2019), em um estudo sobre a polícia[9] na obra de Foucault, aponta que o dispositivo policial da razão de Estado possui limites e é atravessado por antinomias. Foucault, diz ele, relaciona o fracasso da polícia com o fracasso da política agrícola do mercantilismo, que acaba levando a uma nova forma de racionalidade: a racionalidade política liberal. O fato de que a artificialidade política da razão de Estado não dá conta de controlar a naturalidade própria das relações humanas, somado à exigência de uma racionalidade científica para o exercício do governo, à compreensão da população como um conjunto biológico e à necessidade de dispositivos de segurança, levou à fragmentação do dispositivo policial da razão de Estado, até então unitário, "[...] em quatro elementos: o exercício do governo segundo a economia, a gestão biopolítica da população, um direito público garantidor das liberdades e uma polícia reduzida a sua função repressiva e, podemos acrescentar, de auxiliar da justiça" (Castro, 2019, p. 200, tradução nossa). [10]

Se a polícia no Estado de soberania encontrava limites, como o direito e a lei, tais limites eram externos, diferente dos limites internos impostos pela governamentalidade econômica. A modernização da política, ressalta Castro (2019), estabelece uma tensão entre a racionalização do Estado com vistas à sua consolidação e, com a polícia, administração da vida dos indivíduos, uma "pastoralização do exercício da soberania", o que produz uma antinomia entre o Estado e os indivíduos; a essa "[...] integração da vida dos indivíduos à totalidade do Estado na Modernidade, Foucault fala de uma 'integração marginalista'" (Castro, 2019, p. 201, tradução nossa).[11]

Para Castro (2019), essas antinomias do dispositivo policial da razão de Estado

> [...] norteiam o interesse e a análise de Foucault sobre a questão. Sobretudo porque a racionalidade política que se concretiza com este dispositivo, para Foucault, continua a ser nossa. A tensão entre a totalidade do Estado e a vida dos indivíduos e da

[9] Castro (2019) considera que a noção de polícia constitui um importante elemento das análises realizadas por Foucault sobre as modernas formas de governo. Para Castro (2019, p. 204), as noções de "heterogeneidade funcional entre lei e norma" e "integração marginalista" respondem de forma mais adequada às críticas que são feitas ao pensador francês que não teria abordado de forma adequada a relação do Estado com a vida dos indivíduos e da população do que a ideia de estado de exceção, de Agamben, ou da imunidade de Esposito, pois permitem "[...] explicar las formas biopolíticas del poder cuando funcionan como poder de muerte y también como poder de vida, es decir, en esa dimensión positiva que resulta esencial para nuestro autor" ("[...] explicar as formas biopolíticas do poder quando funcionam como poder de morte e também como poder de vida, ou seja, nessa dimensão positiva que é essencial para nosso autor") (Castro, 2019, p. 204, tradução nossa).

[10] No original: "[...] en cuatro elementos: el ejercicio del gobierno según la economía, la gestión biopolítica de la población, un derecho público garante de las libertades y una policía reducida a su función represiva y, podemos agregar, de auxiliar de la justicia" (Castro, 2019, p. 200).

[11] No original: "[...] integración de la vida de los individuos a la totalidad del Estado en la Modernidad, Foucault habla de una "integración marginalista" (Castro, 2019, p. 201)

> população, entendida em termos de integração marginalista, e a heterogeneidade entre a lei e a norma ainda descrevem, para nosso autor, o funcionamento da soberania política (Castro, 2019, p. 203, tradução nossa).[12]

O conceito de governamentalidade é criado, então, por Foucault (2008a), no curso de sua genealogia das formas de governo que vai do governo das almas pelo poder pastoral ao governo político dos homens do Estado moderno. A razão de Estado é entendida, objetivamente, como aquilo que mantem a integridade da república e, subjetivamente, a arte de conhecer os meios de manutenção da tranquilidade da república, ou seja, com a razão de Estado se dão as técnicas de governo, entendido como governo do povo.

É com a criação da economia como nova forma de racionalidade governamental que o Estado deixa de regulamentar e passa, então, a gerir a população e estabelece novos objetivos para a razão de Estado. Nesse processo, a governamentalidade se volta para novos elementos que permitirão o surgimento do liberalismo.

A economia política tinha, então, como tarefa, segundo Foucault (2008a, p. 54), "[...] análise econômico-política, que integre o momento da produção, que integre o mercado mundial e que integre enfim os comportamentos econômicos da população, produtores e consumidores". Essa proposta de entender os comportamentos econômicos, de entender o que leva as pessoas a agirem de tal ou tal modo, o cálculo que realizam, esse novo saber irá fazer emergir a população como personagem político e possibilitar uma nova forma de poder em relação à imposição de regras imperativas, tornando essa forma de governo "[...] totalmente diferente do exercício de uma soberania sobre até mesmo o grão mais fino dos comportamentos individuais" (Foucault, 2008a, p. 87). É quando a população se constitui como sujeito-objeto da análise das riquezas, "[...] com todos os efeitos de subversão que isso pôde ter no campo da reflexão e da prática econômicas, então parou-se de fazer a análise das riquezas e abriu-se um novo domínio de saber, que é a economia política" (Foucault, 2008a, p. 87). A constituição da racionalidade liberal, diante do princípio do *laissez-faire*, na medida em que impõe limites ao governo, "[...] se constitui enquanto técnica de racionalização do exercício do poder sobre a população tendo como fim não a sua própria maximização, mas a exigência de governar a partir da sociedade e para a sociedade" (Duarte, 2011, p. 57).

Em *Nascimento da biopolítica*, Foucault (2008b) irá se dedicar à genealogia das práticas

---

[12] No original: "[...] guían el interés y los análisis de Foucault por la cuestión. Sobre todo, porque la racionalidad política que toma forma con este dispositivo, para Foucault, sigue siendo la nuestra. La tensión entre la totalidad del Estado y la vida de los individuos y la población, entendida en términos de integración marginalista, y la heterogeneidad entre la ley y la norma describen todavía, para nuestro autor, el funcionamiento de la soberanía política" (Castro, 2019, p. 203).

de governamento ocidentais desde o princípio da razão de Estado, no século XVI, até o neoliberalismo americano e alemão do século XX. Inicia, assim, a análise de outra forma de controle biopolítico, relacionado, agora, aos processos de governamentalização do indivíduo pela economia de mercado do neoliberalismo econômico da Escola de Chicago. Propõe inicialmente retornar à problemática ordoliberal e o que considera o equívoco econômico-ético da *Gesellschaftspolitik*: a generalização da forma "empresa" no campo social e, para amenizar o que há de frio nessa generalização, apresenta uma *Vitalpolitik*, o que resulta em uma sociedade a favor do mercado e, ao mesmo tempo, contra o mercado. Segundo Foucault (2008b), o ordoliberalismo alemão difere do neoliberalismo americano pois, ao analisar aspectos específicos do neoliberalismo americano, percebe nele um processo de generalização ilimitada da forma econômica do mercado, ou seja, a aplicação da grade econômica aos fenômenos não apenas econômicos, mas aos sociais. Propõe, então, evidenciar tais constatações por meio da teoria do capital humano e do programa da análise da criminalidade e da delinquência (Foucault, 2008b, p 302). Nesse sentido, afirma que:

> No neoliberalismo americano, trata-se de fato e sempre de generalizar a forma econômica do mercado. Trata-se de generalizá-la em todo o corpo social, e generalizá-la até mesmo em todo o sistema social que, de ordinário, não passa ou não é sancionado por trocas monetárias. Essa generalização de certo modo absoluta, essa generalização ilimitada da forma do mercado acarreta certo número de conseqüências ou comporta certo número de aspectos" (Foucault, 2008b, p. 334).

Para Foucault (2008b), portanto, o neoliberalismo americano não é uma opção econômica e política assim como era na França naquele momento ou na Alemanha do pós-guerra; como o liberalismo alemão em 1948, o liberalismo norte-americano se constituiu como princípio fundador e legitimador do Estado, mas enquanto na Europa no século XIX o debate político foi em torno da "[...] unidade da nação, ou sua independência, ou o Estado de direito, nos Estados Unidos foi o liberalismo" (Foucault, 2008b, p. 300). O neoliberalismo americano se apresenta como "[...] uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda. É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica" (Foucault, 2008b, p. 302).

Se na economia política clássica o trabalho ficou restrito ao fator tempo e nas análises de Marx permaneceu como trabalho abstrato, os neoliberais americanos, ao promover uma mudança epistemológica nas análises econômicas e considerar a economia política – aplicando a proposta feita por Robbins por volta de 1930, 1932 – como o estudo da maneira como os indivíduos fazem a alocação de recursos raros para fins alternativos, reintroduz o trabalho no

campo da análise econômica. Com isso, para Foucault (2008b) não é mais um "[...] mecanismo relacional entre coisas ou processos, do gênero capital, investimento, produção, em que, nesse momento, o trabalho se encontra de fato inserido somente a título de engrenagem" (Foucault, 2008b, p. 307) que será analisado, mas a racionalidade interna de um comportamento humano, sua posição entre o capital e a produção, uma "[...] conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha [...], em que e como as diferenças qualitativas de trabalho podem ter um efeito de tipo econômico" (Foucault, 2008b, p. 306-307), enfim, o trabalhador visto agora como sujeito econômico.

Segundo Foucault (2008b), para os neoliberais americanos como Schultz e Becker, o salário para o trabalhador é uma renda que, de acordo com Irving Fisher, resulta de um capital, que é, por sua vez, entendido exatamente como aquilo que pode ser uma fonte de renda futura. Esse capital é constituído pelo "[...] conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto do lado do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo [durante] o qual ela é utilizada" (Foucault, 2008b, p. 308). Tal concepção:

> Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo. Temos aqui, como vêem levado ao extremo, esse elemento que já lhes assinalei no neoliberalismo alemão e até certo ponto no neoliberalismo francês, a idéia de que a análise econômica deve encontrar como elemento de base dessas decifrações, não tanto o indivíduo, não tanto processos ou mecanismos, mas empresas. Uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresas: é isso que é, ao mesmo tempo, o princípio de decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia (Foucault, 2008b, p. 310).

Assim, a análise do trabalho e teoria do capital humano no neoliberalismo americano possibilitaram não apenas a incursão da análise econômica no interior do seu próprio campo por meia da crítica da análise do trabalho compreendido a partir do tempo, mas a abertura de possibilidade de a análise econômica se dedicar a campos até então considerados não-econômicos, relacionadas à racionalidade interna dos comportamentos humanos e que levou a uma redefinição do *homo oeconomicus* como empreendedor de si mesmo.

Além disso, o neoliberalismo apresenta uma nova relação com o governo se comparada ao do liberalismo clássico; enquanto este se pautava em um *deixar fazer*, ou seja, exigia liberdade para que os fenômenos de mercado funcionassem regidos por suas próprias regras, sem intervenção do Estado, em oposição ao Antigo Regime e ao mercantilismo, o neoliberalismo americano, que diferente dos países da Europa, não se apresentou como opositor aos exageros da administração do Estado, mas consistiu no seu princípio fundador, se

transforma em um *não deixar fazer*, em um tribunal das ações de governo.

A forma geral do mercado se torna um instrumento, ferramenta de discriminação no debate com a administração. Em outras palavras, no liberalismo clássico pedia-se ao governo que respeitasse a forma do mercado e se *deixasse fazer*. Aqui, transforma-se o *laissez-faire* em não deixar o governo fazer, em nome de uma lei do mercado que permitirá aferir e avaliar cada uma das suas atividades (Foucault, 2008b, p. 339).

Ou seja, no neoliberalismo, a forma econômica se constitui como princípio crítico das intervenções governamentais; numa inversão do *laissez-faire* do liberalismo clássico, a lógica do mercado se apresenta como a lógica da tomada de decisão, da orientação da ação e da avaliação das práticas governamentais, como uma espécie de tribunal a quem caberá julgar as ações do governo (Foucault, 2008b, p. 339). Além disso, o neoliberalismo, na medida em que envolveu a análise do não-econômico pelo econômico, possibilitou a emergência de dispositivos voltados para a produção de uma forma nova de subjetividade: o *homo oeconomicus*; não o homem da troca, como era no liberalismo clássico, mas um empresário cuja empresa é ele próprio e para quem a sobrevivência dependerá apenas de si, conforme a sua herança genética e os investimentos adequados que fizer nessa forma específica de capital, que é o capital humano (Foucault, 2008b, p. 310-311).

O aprimoramento e a conservação do capital humano, diz Pedro Angelo Pagni (2019), engloba cuidados médicos, psicológicos e pedagógicos a fim de atender às demandas econômicas em um movimento que quanto mais se investir "[...] em si mesmo, no que se entende como capital humano, mais se necessite continuar investindo, até o final da vida ou o esgarçamento das forças vitais, sendo esse um imperativo da existência que se apresenta a todos como um limiar entre a vida e a morte" (Pagni (2019, p. 29).

Dessa forma, as preocupações da economia já não se restringem à lógica dos processos de produção, voltando, agora, a sua atenção para os modos pelos quais os indivíduos-empresas produzem capital humano, o que envolve também pensar como políticas educacionais podem favorecer a produção de capital humano. Portanto, em sua radicalidade, o neoliberalismo americano generaliza a forma econômica do mercado em todo o corpo social e faz da grade econômica um método de análise, um princípio de inteligibilidade dos comportamentos individuais, permite decifrá-los, programá-los.

O neoliberalismo é uma arte, diz Alexandre Filordi de Carvalho (2020, p. 936), "[...] uma arte contemporânea de produzir e de governar subjetividades precárias". No *cada um por si* fomentado pela produção da concorrência no campo social e diante das constantes mudanças, "[...] a competência-máquina tem de ser extorquida diariamente sob uma insana demanda de

adaptação furtiva" (Carvalho, 2020, 944). Além disso, a deterioração da solidariedade social e a busca da sobrevivência impõe um "[...] adaptar-se ao precarizado para não ser classificado pelos processos identitários e perversos como parasita social" (Carvalho, p. 945). Nesse contexto, o projeto educacional é um projeto de "[...] precarização da juventude" (Carvalho, p. 951).

Com a emergência dos dispositivos de segurança tornada possível com a constituição da ciência estatística, a governamentalidade biopolítica pôde então se constituir, uma vez que as técnicas de governamento puderam se espraiar, rompendo com a centralização e a limitação que lhe impunha a soberania. Foi então que "[...] a família deixou de constituir o modelo ideal do bom governo, como no período medieval, para se transformar na instância e alvo do bom governamento da população" (Duarte, 2011, p. 59).

A governamentalidade, ou a arte de conduzir as condutas, enquanto governamentalidade de Estado, se refere a esse processo por meio do qual as técnicas do poder pastoral foram sendo adotadas pelo Estado, que se constituiu como Estado de polícia por meio da articulação de duas faces de um tipo específico de racionalidade: por um lado, uma face individualizante e, por outra, uma face totalizante. A noção de "governo" não consiste, para Foucault, apenas a "[...] instrumentalização da força de um Estado cada vez mais compacto, mas uma figura original do poder, articulando técnicas específicas de saber, de controle e de coerção. Uma certa racionalização, pois, historicamente definida, das relações de poder" (Senellart, 1995, p. 2).

A forma política de poder que surge com o Estado, embora pareça desconsiderar o indivíduo e dirigir-se para a totalidade, articula procedimentos de totalização e técnicas de individualização, pois integrou a tecnologia de poder pastoral que, apesar de ter perdido força no âmbito eclesiástico desde o século XVIII, fora dele foi amplificada e multiplicada. A constituição do Estado moderno, portanto, pode ser considerada "[...] como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral" (Foucault, 1995, p. 237).

Com isso, a salvação da alma deu lugar a uma multiplicidade de objetivos ligados à vida terrena e o poder pastoral passou a ser administrado tanto por instituições estatais, como a polícia, como por entes privados, como a medicina e a família; essa diversidade de objetivos e de agentes permitiu o desenvolvimento do saber ao mesmo tempo da população e do indivíduo. O século XVIII, portanto, foi quando um conjunto de instituições, de procedimentos, de formas de análises e reflexões, de cálculos e de táticas foram articuladas com o objetivo de exercer o poder sobre a população. Essa antiga tecnologia de poder que se impõe, intervindo somente quando necessário, buscando equilibrar a relação entre os indivíduos e o Estado que Foucault (2008a) dá o nome de "governamentalidade", entendida, em suas palavras, como

> [...] o conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que bastante complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de seguridade. Em segundo lugar, entendo por "governamentalidade" a tendência, a linha de força que no Ocidente não deixou de conduzir, desde há muito tempo, na direção da preeminência deste tipo de poder que podemos denominar como o "governo" sobre todos os outros, como a soberania, a disciplina, e que conduziu, por um lado, ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, creio que seria preciso entender por "governamentalidade" o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, tornado Estado administrativo nos séculos XV e XVI, encontrou-se pouco a pouco "governamentalizado" (Foucault, 2008a, p. 143-144).

Não se trata, como podemos observar, de um controle que se exerce diretamente sobre os indivíduos, sobre suas condutas, mas de algo que age sobre as condições de possibilidade de condutas realizadas por indivíduos livres. O conceito de governamentalidade permite analisar, ao mesmo tempo, como se dão os processos de subjetivação e de assujeitamento, ou seja, se apresenta como uma importante ferramenta para entendermos como somos conduzidos pelos outros e como conduzimos a nós mesmos, pois os efeitos de poder estão presentes não somente no primeiro caso, mas também no segundo.

O conceito de governamentalidade trata-se, como diz Duarte (2011, p. 55), de

> [...] instrumento heurístico para a investigação da racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais, funcionando, ademais, como recurso analítico para a discussão das práticas de governamento de tipo especificamente liberal. Foucault finalmente encontrara o caminho para discutir as políticas administrativas liberais em sua racionalidade própria, segundo o modelo genealógico das estratégias sem estrategista.

As relações de poder e a forma como estas se articulam com os modos de subjetivação foi, portanto, uma das principais preocupações de Foucault em *Segurança, território, população* e em *Nascimento da biopolítica*. O conceito de governamentalidade se apresentou como uma ferramenta fundamental para suas análises, pois com ela pôde analisar ao mesmo tempo e de forma articulada os processos de sujeição e subjetivação e abordar o neoliberalismo considerando-o mais que uma teoria econômica, mas como uma tecnologia de poder. Da anátomo-política do corpo à biopolítica das populações, Foucault demonstrou como saber, poder e subjetividade se entrelaçam, como o corpo individual é moldado para se tornar dócil e produtivo e a população é ajustada aos processos econômicos; identificou uma nova forma de exercício de poder, que se voltou para a vida, para a espécie, e como esse investimento na vida envolveu o surgimento de uma nova forma de racismo; demonstrou como as subjetividades são constituídas por discursos e práticas historicamente constituídas; e revelou como o neoliberalismo, como forma de racionalidade econômica, submete todos os campos da vida a

um cálculo econômico.

Nos últimos anos, novos métodos, dispositivos e tecnologias de poder surgiram, exigindo, também, a criação de novas ferramentas para analisá-los. Uma dessas ferramentas é o conceito de *governamentalidade algorítmica*, de Antoinette Rouvroy, Thomas Berns e Dominique Depris, e que será analisada a seguir.

1.3 GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA

O desenvolvimento e a popularização de dispositivos tecnológicos, como os computadores pessoais e os smartphones, combinados com o avanço da internet, não obstante as facilidades e o entusiasmo que têm provocado, muitos de seus efeitos começam a levantar desconfianças e temores. Interações, pesquisas, compras, geolocalização, transações bancárias, enfim, praticamente todas as nossas atividades podem, hoje, ser realizadas por meio desses dispositivos em rede, atividades que resultam em um volume imenso de dados brutos, descontextualizados e a-significantes, sobre os quais se realizam operações estatísticas com os mais variados objetivos, tornando possível prever fenômenos com precisão, inferir perfis, configurar possibilidades de forma antecipada, suprimir a capacidade de compreensão, a vontade consciente, estimular a ação reflexa (e não reflexiva) e, com isso, agir sobre ações, conduzir a conduta, constituindo, segundo Rouvroy e Berns (2015), uma nova forma de governamentalidade, nomeada por eles de *governamentalidade algorítmica*.

Ao falar sobre Nietzsche, Foucault (1979), em uma entrevista concedida a J.J. Brochier, no ano de 1975, diz: “O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Que os comentadores digam se se é ou não fiel, isto não tem o menor interesse” (Foucault, 1979, p.143).

Sobre a obra de Foucault, Felix Guattari (2007) diz algo parecido, ao defender que os conceitos, entendidos como ferramentas, não podem “[...] exceder os serviços que prestavam em campos delimitados, por ocasião de sequências históricas inevitavelmente limitadas” (Guattari, 2007, p. 33). Porém, em certos casos, tem-se que desvirtuar o seu uso, pois para se manter vivo o pensamento daqueles que já se foram, é preciso “[...] sua retomada e seu relançamento em ato, com os riscos e perigos daqueles que se expõem a isso, para reabrir seu questionamento, e para lhe trazer a carne de suas próprias incertezas (Guattari, 2007, p. 33).

Segundo Rouvroy (2016c), para pensar sobre temas relativos aos *Big Datas* e aos algoritmos, além da compreensão do tipo de racionalidade envolvida em uma diversidade de

procedimentos (mineração de dados, o aprendizado de máquina, a análise de redes sociais, a análise preditiva, o processo de *sensemaking* etc.), com aplicações e problemas específicos, é fundamental analisá-los considerando a interdependência de questões semióticas, epistêmicas, éticas e políticas.

Antes de analisarmos o conceito de governamentalidade algorítmica, é importante analisar outros conceitos que são de suma importância para entendermos as razões que levaram Antoinette Rouvroy, Thomas Berns e Dominique Depris a afirmarem que estamos hoje, em razão das novas tecnologias computacionais, diante de uma nova forma de governamentalidade. Trata-se dos conceitos de *Big Data* e de algoritmo. Inicialmente, então, procuraremos definir e descrever os assim chamados *algoritmos* e os *Big Datas*.

1.3.1 Algoritmos e *Big Data*: definição e funcionamento

Os algoritmos acompanham a humanidade em sua história, mas é com o surgimento das tecnologias digitais que sua utilização tem produzido impactos mais profundos (Striphas, 2015; Italiano, 2020). São entendidos como "[...] o conceito unificador para todas as atividades nas quais os cientistas da computação se envolvem" (Goldschlager; Lister *apud* Goffey, 2008, p. 15, tradução nossa)[13]. Portanto, nas mais diversas atividades desenvolvidas pelos cientistas da computação, seja ela estruturação, desenvolvimento e design de dados, computação gráfica, análise numérica gestão de banco de dados, computação gráfica etc., estas atividades envolvem o algoritmo. A função do algoritmo é a "[...] descrição do método pelo qual uma tarefa deve ser realizada" (Goldschlager; Lister *apud* Goffey, 2008, p. 15, tradução nossa) [14]. Não se confunde com as linguagens de programação ou com as máquinas nas quais funciona. Mais que apenas uma entidade teórica, diz Goffey (2008), os algoritmos têm uma existência real pois produzem efeitos materiais, eles produzem efeitos sobre as pessoas, daí poder-se falar que eles têm um papel social, cultural e político.

A história dos algoritmos bem como a variedade de definições que foram propostas é ampla e polêmica (Striphas, 2015). Porém, para o nosso estudo, importa saber que o algoritmo é um conjunto de instruções passo-a-passo; que esse conjunto de instruções tem como finalidade a execução de uma tarefa ou a resolução de um problema e que esse procedimento

[13] No original: "[...] concept for all the activities which computer scientists engage in" (Goldschlager; Lister *apud* Goffey, 2008, p. 15)
[14] No original: "[...] description of the method by which a task is to be accomplished" (Goldschlager; Lister *apud* Goffey, 2008, p. 15)

envolve a matemática e a manipulação de símbolos.

Funcionando de maneira articulada com os algoritmos estão os *Big Datas.* A criação do termo *Big Data* é atribuída a Roger Magoulas (Halevi; Moed, 2012; Souza; Cobos, 2020; Butts-Wilmsmeyer; Rapp; Guthrie, 2020), diretor de pesquisa de mercado da O'Reilly Media, uma companhia de mídia americana especializada em assuntos relacionados à informática, para designar "[...] uma ampla gama de grandes conjuntos de dados quase impossíveis de gerenciar e processar usando ferramentas tradicionais de gerenciamento de dados – devido ao seu tamanho, mas também à sua complexidade" (Halevi; Moed, 2012, p. 3, tradução nossa) [15]. Estão presentes, continuam Halevi e Moed (2012), nos mais variados campos das atividades humanas, como nas finanças, nos negócios, nas ciências biológicas, astronomia, oceanografia, engenharia etc. Associado, atualmente, às ciências da computação, o termo *Big Data* é aplicado, portanto, nos mais diversos campos do saber, sendo que as primeiras pesquisas datam da década de 1970 e se intensificaram a partir de 2008 (Ularu; Puican; Apostu; Velicanu, 2012; Halevi; Moed, 2012).

A definição de *Big Data*, segundo o MiKE 2.0[16], parte principalmente da noção de tamanho, ou seja, uma grande quantidade de dados; outros elementos importantes da definição que apresentam é a complexidade, a independência e a capacidade de interagir dos elementos. Consideram, ainda, a impossibilidade de tratá-los com técnicas de gerenciamento de dados padrão; isso porque as possibilidades de combinações são caracterizadas pela inconsistência e pela imprevisibilidade.

A IBM (International Business Machines Corporation) define os *Big Datas* considerando quatro elementos: volume (quantidade de dados), velocidade (tempo de processamento), variedade (tipos de dados) e veracidade (grau de confiança nas informações). O Gartner de TI Glosarry também define *Big Data* a partir dos elementos volume, velocidade e variedade, sem considerar, todavia, a veracidade; segundo essa definição, processar essa quantidade de dados exige técnicas inovadoras e econômicas (Ularu; Puican; Apostu; Velicanu, 2012).

Vamos analisar os três elementos comuns nas definições apresentadas que são: volume,

---

[15] No original: "[...] a wide range of large data sets almost impossible to manage and process using traditional data management tools—due to their size, but also their complexity" (Halevi; Moed, 2012, p. 3).

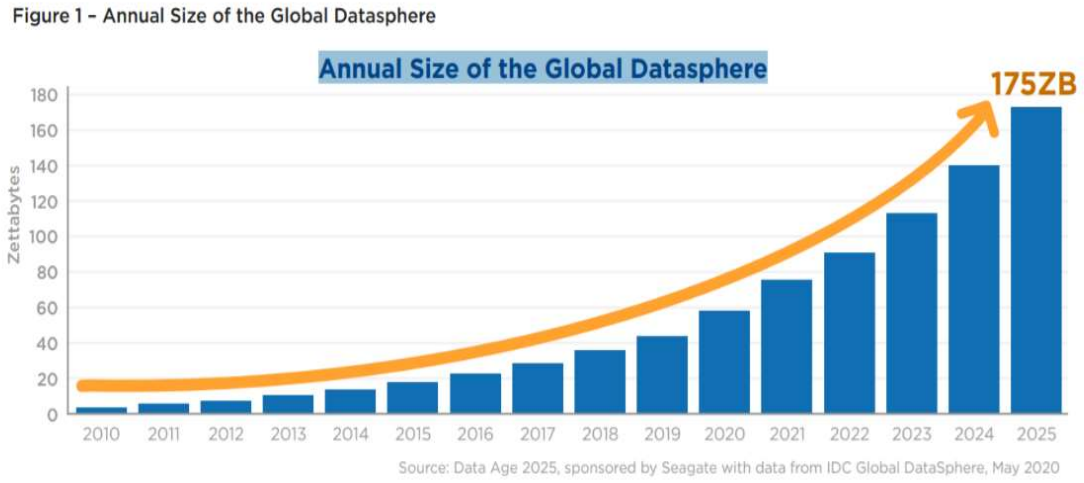
[16] "MIKE2.0, que significa Método para um Ambiente de Conhecimento Integrado, é uma metodologia de código aberto para Gerenciamento de Informações Corporativas que fornece uma estrutura para o desenvolvimento de informações. A Metodologia MIKE2.0 é parte da Estrutura de Metodologia Aberta geral".
No original: "MIKE2.0 which stands for Method for an Integrated Knowledge Environment, is an open source methodology for Enterprise Information Management that provides a framework for information development . The MIKE2.0 Methodology is part of the overall Open Methodology Framework".

variedade e velocidade.

Volume

Os resultados apresentados pelo *Data Age 2025: The Digitization of the World from Edge to Core*, um estudo realizado da International Data Corporation (IDC), com o patrocínio da Seagate, informam que o Global Datasphere, que em 2018 era de 33 *Zettabytes*[17], será de 175 *Zettabytes* em 2025. Só em 2020, mais de 59 *Zettabytes* de dados foram criados, capturados e consumidos no mundo todo. Nos próximos três anos, a quantidade de dado que serão criados irá superar a quantidade de dados criados ao longo dos últimos trinta anos, sendo que, nos próximos cinco anos, serão criados três vezes mais dados em relação aos cinco anos anteriores.

Gráfico 1 – Annual Size of the Global Datasphere



Fonte: The Digitization of the World, 2018, p.6

Os limites econômicos e tecnológicos, afirma Rouvroy (2016c), não são mais um grande obstáculo ao aumento dos processos de coleta, armazenamento e transmissão de dados: "[...] o que estamos vendo é um aumento exponencial na capacidade de processamento (Moore), armazenamento capacidade (Kryder) e capacidade de comunicação (Nielsen)" (Rouvroy,

[17] Para se ter uma ideia da grandeza de 1 zettabytes (ZB): um bit, abreviação de *binary digit* (dígito binário), é a unidade no código binário, que pode ser 0 ou 1; o conjunto de 8 bits formam um byte (B). 1024 bytes equivalem 1 kilobyte (KB), ou 1^{10} bytes; 1024 kilobytes equivalem a 1 megabyte (MB), ou 2^{20} bytes; 1024 megabytes equivalem a 1 gigabyte (GB), ou 3^{30} bytes; 1024 gigabytes equivalem a um terabyte (TB), ou 2^{40} bytes; 1024 terabytes equivalem a 1 petabyte (PB), ou 2^{50} bytes; 1024 petabytes equivalem a 1exabyte (EB), ou 2^{60} bytes; 1024 exabytes equivalem a 1 zettabyte (ZB), ou 2^{70} bytes, que é igual a 1.180.591.620.717.411.303.424 bytes (Hall; Tiropanis, 2011). Para ilustrar, se considerarmos que em uma mídia de DVD cabem 4,7 gigabytes, ou 5.046.586.572,80 bytes de dados, serão necessárias 233.938.644.207,67 mídias de DVDs para gravarmos 1 zettabyte. Se cada mídia de DVD tem uma espessura aproximada de 1,2 mm, teríamos 233.938,64 km de DVDs empilhados. A Lua fica, atualmente, a 384,400 km da Terra.

2016c, p. 5, tradução nossa).[18]

De fato, segundo Godfrey Cheng (2019), Chefe de Marketing Global da Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC), uma das maiores fabricantes de chips do mundo, a Lei de Moore[19], que resulta de observação histórica para previsão futura quanto ao número de transistores em um dispositivo semicondutor ou chip, tem se mostrado verdadeira nas últimas décadas e, apesar de algumas pessoas acharem que ela está perdendo a sua validade, a TSMC dispõe de vários caminhos para melhorias na densidade de um transistor como a pesquisa de outros materiais que não o silício e o empilhamento de transistores, que chamam de Monolithic 3D Integrated Circuits. Para Cheng (2019, tradução nossa)[20], "A Lei de Moore não morreu, existem muitos caminhos diferentes para continuar a aumentar a densidade".

Além da lei Moore, Rouvroy (2016c) refere-se, também, à lei de Kryder, segundo a qual, a cada treze meses, a capacidade de armazenamento em discos dobraria, e os novos dispositivos como, por exemplo, os SSDs comprovam tal tendência.

Conforme os dados atualizados e apresentados por Nielsen (2019), apesar de apresentar um crescimento 10% menor do que a Lei de Moore, a lei de largura de banda da Internet de Nielsen, segundo a qual o crescimento da velocidade de conexão de um usuário apresenta uma tendência de crescimento de 50% ao ano, continua válida. Os dados analisados desde 1984, quando a velocidade observada foi de 300 bps, atingiu 325 Mbps em 2019. As atualizações realizadas por Nielsen (2019) apresentaram as seguintes velocidades: 31 Mbps em 2010; 58 Mbps em 2013; 120 Mbps em 2014; 240 Mbps em 2016; 300 Mbps em 2018; 325 Mbps em 2019.

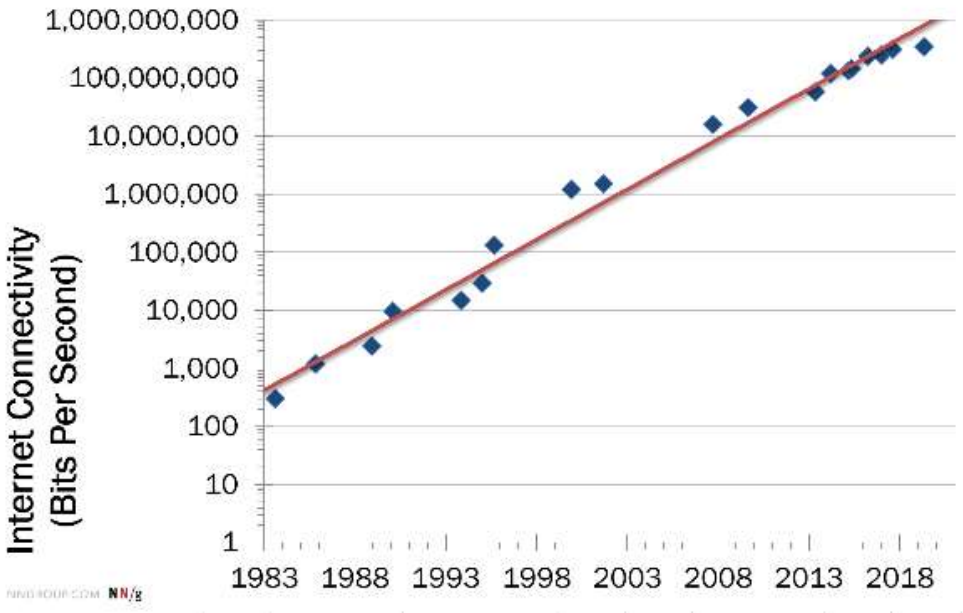
---

[18] No original: "[...] what we are seeing is an exponential increase in processing capacity (Moore), storage capacity (Kryder) and communication capacity (Nielsen) (Rouvroy, 2016, p. 5).

[19] Publicada em um artigo na revista Electronic Magazine no ano de 1965 pelo engenheiro estadunidense Gordon Earle Moore, a Lei de Moore estabelece que o número de transistores em um processador dobraria a cada ano. Dez anos depois, Moore revisou sua previsão: o número de transistores dobraria a cada 24 meses (Emídio, 2009).

[20] No original: "Moore's Law is not dead, there are many different paths to continue to increase density" (Cheng, 2019). Disponível em: https://www.tsmc.com/english/newsEvents/blog_article_20190814.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2020.

Gráfico 2 - *Internet connectivity (bits per second)*



Fonte: Nielsen's Law of Internet Bandwidth

Considerando que o eixo *y* tem uma escala logarítmica, o crescimento exponencial é auferido pela linha reta no diagrama, revelando um crescimento percentual constante. A partir desses dados, Nielsen (2019) afirma que, ainda que apresente "[...] pequenas variações, a Lei da Largura de Banda da Internet da Nielsen se manteve válida por um período de 36 anos. Isso não significa necessariamente que continuará a ser verdade nas próximas décadas, mas certamente é provável" (Nielsen, 2019, tradução nossa).[21]

Quando se refere ao *volume*, o que importa, diz Rouvroy (2019), é a quantidade dos dados, pouco importando a sua qualidade, porque o seu valor vem das possibilidades de correlações e, quanto mais dados, mais correlações são possíveis, fazendo com que, mesmo aqueles dados que pareçam em um primeiro momento insignificantes, ganham relevância nesse contexto. Quanto ao valor econômico desses dados, estimativas da Comissão Europeia indicam que, segundo Rouvroy (2016c, p. 6, tradução nossa)[22], "[...] o aumento de receita gerada a cada ano pelos dados pessoais dos cidadãos europeus tem o potencial para crescer para quase € 1 trilhão até 2020".

[21] No original: "With minor variations, Nielsen's Law of Internet Bandwidth has held true throughout a 36-year period. That doesn't necessarily mean that it will continue to be true for the next several decades, but it's certainly likely" (Nielsen, 2019). Disponível em: https://www.nngroup.com/articles/law-of-bandwidth/. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

[22] No original: "[...] the increased revenue generated each year by the personal data of European citizens has the potential to grow to nearly €1 trillion by 2020" (Rouvroy, 2016c, p. 6).

Variedade

Outra característica dos *Big Datas* é a variedade. Além da variedade de formatos, diz Rouvroy (2016c), há também a variedade de fontes desses dados, que podem, ainda, ser estruturados ou não estruturados. Os dados estruturados são facilmente categorizados, como a idade, renda, estado civil no caso de uma pesquisa de opinião, diferente de perguntas abertas, cujas respostas não são tão facilmente categorizáveis em razão da diversidade de respostas possíveis. Quanto aos formatos, podem ser textos, imagens, geolocalização etc. As fontes podem ser, por exemplo, instituições públicas, como registros de propriedades, dados de documentos pessoais, decisões judiciais etc. No Brasil, o governo federal aprovou, no mês de outubro de 2019, o decreto 10.046/2019[23], que cria o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. Outra fonte de dados são as empresas privadas, cujos exemplos mais significativos são o Facebook, a Amazon, o Google e a Apple.

Grande parte de nossas ações cotidianas são hoje fonte de dados. A compra de uma passagem na página de uma empresa aérea, de um produto em uma loja virtual, a geolocalização dos aparelhos celulares, pesquisas no Google, curtidas e postagens nas redes sociais digitais, transações bancárias, tudo isso deixa "pegadas digitais", rastros que serão coletados, armazenados e tratados com os mais variados objetivos. Aceitamos passivamente essa coleta de informações sensíveis seja por desconhecimento desses processos, seja para termos acesso a uma infinidade de facilidades que os dispositivos digitais oferecem. Por fim, diz Rouvroy (2016c, p. 8, tradução nossa) "[...] uma proporção crescente de dados digitais vem do que hoje é chamado de a *Internet das Coisas*: a rede de dispositivos 'inteligentes' capazes de se comunicar com uns aos outros e, portanto, a si mesmos para produzir enormes quantidades de dados".[24]

Esses dados, continua Rouvroy (2016c), podem ser obtidos diretamente por empresas como as citadas acima bem como por meio da compra por outras empresas. Não há qualquer controle ou conhecimento dos indivíduos sobre como esses dados são negociados, a natureza e a extensão das informações ou como e com que propósito serão utilizados.

Porém, acrescenta Rouvroy (2016c), se por um lado os custos envolvidos nos processos de coleta, transmissão e armazenamento de dados estão caindo, o seu processamento continua a ser um desafio com altos custos. Em seu estado bruto, pouco valor tem esses dados. É seu

---

[23] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm

[24] No original: "[...] an increasing proportion of digital data comes from what is now referred to as the Internet of Things: the networking of "smart" devices able to communicate with each other and therefore themselves to produce huge amounts of data".

tratamento, seu processamento, a identificação de padrões e sua validação que os tornam valiosos.

Velocidade

A velocidade com que esses dados são acumulados e processados em tempo real é a terceira importante característica dos *Big Datas*. Em artigo publicado na revista científica *Nature*, Arute, F., Arya, K., Babbush, R. et al (2019) relataram que

> [...] o uso de um processador com qubits supercondutores programáveis para criar estados quânticos em 53 qubits, correspondendo a um espaço de estado computacional de dimensão 2 53 (cerca de 10 16) As medições de experimentos repetidos mostram a distribuição de probabilidade resultante, que verificamos usando simulações clássicas. Nosso processador Sycamore leva cerca de 200 segundos para amostrar uma instância de um circuito quântico um milhão de vezes - nossos benchmarks atualmente indicam que a tarefa equivalente para um supercomputador clássico de última geração levaria aproximadamente 10.000 anos. Este aumento dramático na velocidade em comparação com todos os algoritmos clássicos conhecidos é uma realização experimental da supremacia quântica para esta tarefa computacional específica, anunciando um paradigma de computação muito antecipado (Arute; Arya; Babbush *et al*, 2019, tradução nossa)[25]

A velocidade que possibilita, segundo Rouvroy (2016c) que se detecte, classifique e avalie de forma preditiva o comportamento humano, não a partir de uma declaração de intenções ou da realização das primeiras etapas de uma certa empreitada, "[...] mas os processos que as precedem, muitas vezes em um estágio pré-consciente" (Rouvroy, 2016c, p. 9, tradução nossa).[26] Citando uma afirmação de Eric Schmidt, CEO do Google, segundo o qual em pouco tempo tudo o que veremos ou consumiremos terão sido de alguma forma medido por eles, Rouvroy (2016c) procura ilustrar a dimensão das questões que envolvem a utilização dos *Big Datas*. Não se trata, diz ela, de adequar produtos aos nossos desejos, mas de adequar nossos desejos às ofertas, de tal forma que "[...] talvez estejamos nos movendo de uma economia baseada em intenções para uma economia orientada pelo instinto" (Rouvroy, 2016c, p. 9, tradução nossa).[27]

> O termo *Big Data*, portanto, refere-se não apenas aos grandes volumes de dados digitais complexos, rapidamente acumulados, mas também a todas as novas técnicas

---

[25] No original: "[...] the use of a processor with programmable superconducting qubits2,3,4,5,6,7 to create quantum states on 53 qubits, corresponding to a computational state-space of dimension 253 (about 1016). Measurements from repeated experiments sample the resulting probability distribution, which we verify using classical simulations. Our Sycamore processor takes about 200 seconds to sample one instance of a quantum circuit a million times—our benchmarks currently indicate that the equivalent task for a state-of-the-art classical supercomputer would take approximately 10,000 years. This dramatic increase in speed compared to all known classical algorithms is an experimental realization of quantum supremacy for this specific computational task, heralding a much-anticipated computing paradigm" (Arute; Arya; Babbush *et al*, 2019).

[26] No original: "[...] but the processes preceding them, often at a pre-conscious stage" (Rouvroy, 2016c, p. 9).

[27] No original: "[...] we are perhaps moving from an intention-based economy to an instinct-driven economy" (Rouvroy, 2016c, p. 9)

> de software (mineração de dados, aprendizado de máquina, análise de redes sociais, análise preditiva, "*sense making*", processamento de linguagem natural, visualização etc.) sem o qual os dados não nos dizem nada, e que pressupõe, por sua vez, o uso de armazenamento imenso e capacidade de processamento (Rouvroy, 2016c, p. 10, tradução nossa).[28]

Nosso cotidiano é marcado cada vez mais por dispositivos conectados à internet. Dos computadores, smartphones, smart tvs, câmeras de segurança, caixas eletrônicos, máquinas de cartão de crédito, automóveis, enfim, diante dessa revolução tecnológica chamada de "Internet das Coisas" estamos cada vez mais reféns de uma lógica segundo a qual cada uma de nossas ações deve produzir dados que serão reunidos constituindo um volume imenso de dados a-significantes, mas que tratados, analisados, processados por algoritmos específicos, a partir de um processo de correlações estatísticas, são capazes de gerar informações valiosas para governos e empresas privadas.

Segundo Rouvroy (2016c), os processos de *Big Data* se dão por meio de uma racionalidade específica, isto é, as categorias são produzidas a partir do volume de dados, o oposto do que acontece com a estatística tradicional, onde as categorias são pré-estabelecidas. Os padrões são formados a partir da observação de correlações que se dão entre dados digitais, e não no mundo físico. Enquanto na estatística convencional as hipóteses ou categorias são colocadas no início do processo e orientam a coleta de dados, no universo dos *Big Datas*, primeiro se coletam os dados; as categorias ou hipóteses emergem dos dados, revestindo-se de uma "[...] aura de objetividade muito maior do que a das categorias estatísticas" (Rouvroy, 2016c, p. 11, tradução nossa).[29] Com isso, dá-se ideia de que o significado produzido por meio desse novo tipo de análise não são construídos, mas emergem naturalmente da realidade, que fala por si, de forma automática, não representado e independente de qualquer perspectiva ideológica.

> A ideologia do *Big Data* é a utopia do acesso imediato ao mundo, fora das restrições de linguagem. A digitalização do mundo oferece uma resposta radical à crise de "representatividade": não haveria mais nada para representar, e nada sobrou para desafiar, uma vez que os dados inerentemente "falam por si mesmos" (Rouvroy, 2016c, p. 12, tradução nossa).[30]

---

[28] No original: "The term Big Data therefore refers not only to the huge volumes of complex, rapidly accumulated digital data, but also to all the new software techniques (data mining, machine learning, social network analysis, predictive analytics, "sense making", natural language processing, visualisation, etc.) without which the data would tell us nothing, and which presuppose, in turn, the use of immense storage and processing capacity" (Rouvroy, 2016, p. 10).

[29] No original: "[...] aura of objectivity which is much greater than that of statistical categories" (Rouvroy, 2016c, p. 11).

[30] No original: "The Big Data ideology is the utopia of immediate access to the world, outside the constraints of language. The digitisation of the world offers a radical response to the crisis of 'representativeness': there would

Quanto aos critérios de validade na modelagem algorítmica, diz Rouvroy (2016c), são muito diferentes dos critérios de validação científica. Se os dados coletados aumentam exponencialmente a cada instante, as operações algorítmicas não podem ser replicadas. O que torna essas operações válidas ou não é a confiabilidade nos processos, que é tanto maior quanto mais automático ele for, quanto menos estiver presente a intervenção humana, considerada falível. É nesse ponto que se fala em "caixa-preta" dos *Big Datas*, diz Rouvroy (2016c), pois sabemos o que será submetido a esse processo e o seu resultado, mas não nos é possível conhecer os procedimentos em si, que foram aplicados.

Outra característica dos processos algorítmicos, é que as falhas ganham um outro significado. Diferente das estatísticas convencionais, nas quais se procura adotar procedimentos que limitem ao máximo a ocorrência de qualquer falha que comprometa os resultados da análise, nos processos algorítmicos as falhas não são propriamente falhas, ou melhor, não são entendidas como falhas, pois serão absorvidas pelo processo como novos dados, permitindo um aprimoramento constante. É o chamado aprendizado de máquina.

Além dos critérios de validade e da maneira como lidam com as falhas, o processamento estatístico dos *Big Datas* difere dos da estatística convencional no que se refere à coleta e ao armazenamento dos dados. Não há seleção ou eliminação daquilo que está distante da média: tudo é levando em consideração, mesmo os pontos mais distantes, fazendo com que o próprio conceito de média seja colocado em suspensão, ou seja, não se trata, como na estatística tradicional, de algo que se aplica a um conjunto numeroso de elementos, mas a indivíduos, na medida em que "[...] busca substituir a categorização por personalização ou individualização" (Rouvroy, 2016, p. 14, tradução nossa).[31]

1.3.2 Vigilância e controle

A produção de perfis depende de um volume imenso de dados e da possibilidade de correlacioná-los por meio de procedimentos estatísticos específicos. Portanto, envolve diversas etapas que vão da coleta de dados, de seu armazenamento e de um processo de mineração. Dito de outro modo, para a produção de perfis (*profiling*), é necessário, antes, a coleta de dados, possível graças a um processo de vigilância e monitoramento (*dataveillance*); esses dados que

---

no longer be anything to represent, and nothing left to challenge, since the data inherently 'speak for themselves'" (Rouvroy, 2016c, p. 12).

[31] No original: "[...] to replace categorisation by personalisation or individualisation" (Rouvroy, 2016, p. 14).

são coletados são armazenados em depósitos ou armazéns de dados (*datawarehouse*), onde podem ser acessados e minerados (*datamining*).

Com a proliferação de equipamentos com conexão à rede de Internet (Internet das Coisas), cada vez mais nossas ações podem ser capturadas e transformadas em dados. Pesquisas no Google, curtidas ou comentários no Facebook, uma compra com cartão de crédito, o uso da geolocalização dos aparelhos celulares, os filmes que assistimos na Netflix, as músicas que ouvimos no Spotify, as câmeras de vigilância conectadas à rede, tudo pode ser captado e digitalizado, nossos hábitos, gostos, preferências, amizades, contatos, com o nosso conhecimento ou não (Gomes, 2017). Em seu interessante estudo sobre Hacking e práticas de liberdade, Walter (2019) salienta que mesmo nossos hábitos de higiene bucal podem, hoje, ser capturados e convertidos em dados digitais com a escova de dente Kolibree.

A vigilância de dados, ou *data veillance*, recobre cada vez mais todas as dimensões da vida e do mundo e é quase impossível escapar, de modo que os serviços prestados por uma determinada plataforma se torna secundário em relação à coleta de dados. São as "plataformas-sensores", nas palavras de Walter (2019). Com o termo, diz, pretende assinalar que "[...] não é se determinada organização coleta dados de determinado tipo, mas que é uma tendência, cada vez mais presente, que qualquer ação na rede ou fora dela seja capturada e transcrita em forma de dado capaz de ser processado em computadores (Walter, 2019, p. 87). Para exemplificar, sugere o acesso ao site ClickClickCLick[32], que demonstra como todos os movimentos do mouse, a localização do cursor, o tempo entre um movimento e outro, são capturados.

Em *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*, Fernanda Bruno (2013, p. 25) afirma que, "[...] os atuais processos de vigilância só podem ser entendidos se levarmos em conta que as ações que os constituem são distribuídas por diferentes setores cujos interesses e perspectivas são múltiplos e não obedecem a nenhum princípio unificado". Para designar esse processo múltiplo e heterogêneo, propõe a noção de *vigilância distribuída*.

Não se trata apenas dos registros daquilo que escrevemos nos buscadores, das curtidas e comentários nas redes sociais, de cadastros on-line pois, conforme afirma Bruno (2016), em levantamento realizado em 2010, apenas nos sites Terra, UOL, Yahoo, Globo.com, YouTube foram encontrados 362 rastreadores de dados de usuários, como cookies, flash cookies e web beacons; no Orkut e no Facebook, o número foi de 295 rastreadores que, embora tenha como função precípua o marketing e a publicidade direcionada on-line, esses dados podem servir para os mais diversos fins. Para ilustrar isso, basta lembrarmos das revelações de Edward Snowden

[32] Disponível em: https://clickclickclick.click/. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

sobre como a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), utilizando o programa Prism podia acessar e vasculhar tranquilamente os servidores do Facebook, do Google, da Microsoft, do YouTube, do Yahoo, do Skype e da Apple (Greenwald; Macaskill, 2013).

Aqui é interessante ressaltar que Lazzarato (2017) defende que desde 1920, o conjunto de técnicas por meio das quais se dá a governamentalidade não permite mais que a entendamos como exclusivamente atrelada ao Estado, mas também a empresas privadas, que participam de forma significativa "[...] no governo não apenas dos indivíduos e dos seus comportamentos, mas também dos componentes pré-individuais, das modalidades de percepção e das maneiras de sentir, de ver, de pensar etc." (Lazzarato, 2017, p. 168).

A produção de dados em grande volume, velocidade e variedade, sua coleta e armazenamento de forma que possam ser facilmente acessados e compartilhados (*dataveillance*) não teriam muita importância se não fossem os processos de mineração de dados (*datamining*) e da produção de perfis (*profiling*).

Segundo Galvão e Marin (2009), a mineração de dados (*datamining*) é a mais importante etapa do processo de *descoberta de conhecimento em bases de dados* (KDD), que são a seleção, o pré-processamento, a transformação, a mineração e a avaliação e/ou interpretação. O processo de mineração de dados "[...] consiste na habilidade de identificar, nos dados, os padrões válidos, novos, potencialmente úteis e compreensíveis, envolvendo métodos estatísticos, ferramentas de visualização e técnicas de inteligência artificial" (Galvão; Marin, p. 688).

De acordo com Bruno (2013, p. 158), o "[...] conhecimento extraído pela mineração de dados não segue processos dedutivos ou baseados em hipóteses previamente formuladas, mas sim processos indutivos baseados em algoritmos que extraem padrões e regras de correlação entre elementos". Ou seja, busca-se nos dados correlações que revelem similaridades, afinidades ou vizinhanças. Isso permitirá diferenciar tipos de indivíduos ou de grupos, que corresponderão a perfis computacionais. A esse mecanismo de geração de perfis a partir de associações de elementos se dá o nome de *profiling*. De acordo com Bruno (2013, p. 161),

> [...] o perfil é um conjunto de traços que não concerne a um indivíduo específico, mas sim expressa relações entre indivíduos, sendo mais interpessoal do que intrapessoal. O seu principal objetivo não é produzir um saber sobre um indivíduo identificável, mas usar um conjunto de informações pessoais para agir sobre similares. O perfil atua, ainda, como categorização da conduta, visando à simulação de comportamentos futuros. Neste sentido, um perfil é uma categoria que corresponde à probabilidade de manifestação de um fator (comportamento, interesse, traço psicológico) num quadro de variáveis.

Ao contrário do que se poderia imaginar, ressalta Walter (2019), não são os perfis mais

rígidos, menos mutáveis, mais constantes que são os mais eficazes, mas justamente os mais maleáveis, os mais fluidos, aqueles que resultam da operação de algoritmos de aprendizado de máquinas ao agirem sobre os dados infra individuais. Eles permanecem se ajustando continuamente conforme o fluxo dos dados que produzimos e que são coletados, eles "[...] são capazes de acompanhar o movimento das ondas, exigindo-nos práticas de liberdade que, por vezes, não são mais aquelas que funcionavam diante do poder disciplinar" (Walter, 2019, p. 110).

1.3.3 Produção da subjetividade na governamentalidade algorítmica

A governamentalidade algorítmica, diz Rouvroy (2012), problematiza, ao mesmo tempo, o campo da epistemologia e semiótica, o campo do poder e o campo da subjetivação ou individuação. No primeiro, problematiza o tipo de conhecimento que resulta da ação dos algoritmos sobre os dados brutos e as possibilidades de críticas e ele. É como se uma certa *inteligência* fosse produzida automaticamente nesse processo, como se o *conhecimento*, imanente a essa massa de dados a-significantes, fosse descoberto pelos algoritmos, por meio da estatística e uma lógica puramente indutiva, suprimindo qualquer comprovação. Segundo Rouvroy (2012, n.p., tradução nossa).[33]

> Em vez de depender da validade de seus modelos "preditivos", é pelo critério de sua operacionalidade, de sua plasticidade, de sua contribuição para o processo de fluidificação da vida econômica e social (e, portanto, para o capitalismo), por sua não robustez e pela medida em que nos isenta, seres humanos, de qualquer esforço para interpretar e avaliar pessoas e eventos mundiais pela "inteligência" do "big data". Isso é racionalidade algorítmica.

Nesse novo contexto, segundo Rouvroy (2015), a pretensão de fazer com que os dados brutos falem por si, essa busca por uma objetividade absoluta e pela neutralização da incerteza, produz uma crise de representação, uma crise dos conceitos de prova, de evento, de crítica e, portanto, uma crise de regimes de verdade. Esses dados brutos, processados e classificados, são como que purificados; deles se remove tudo o que se referira ao seu contexto e suas relações com as singularidades, lhes suprimem todo significado, para que possam ser calculáveis.

A realidade é assim substituída por um conjunto de dados a-significantes que, conforme

---

[33] No original: "Plutôt qu'en fonction de la validité de ses modèles « prédictifs », c'est à l'aune de son opérationnalité, de sa plasticité, de sa contribution au processus de fluidification de la vie économique et sociale (et donc au capitalisme), de sa non-robustesse donc, et de la mesure dans laquelle elle nous dispense, nous, êtres humains, de tout effort d'interprétation et d'évaluation des personnes et des événements du monde que s'évalue l' « intelligence » des « big-data ». Telle est la rationalité algorithmique" (Rouvroy, 2012, sem paginação).

a quantidade e a velocidade, constituem aquilo que é conhecido como *Big Data*, cuja complexidade escapa ao nosso entendimento, enquanto relação de causalidades, exigindo uma outra forma de racionalidade, uma "[...] racionalidade pós-moderna puramente indutiva, que desiste da busca pelas causas dos fenômenos e simplesmente visa mais ou menos prever sua ocorrência" (Rouvroy; Stigler, 2015, p.116). É como se o conhecimento pudesse ser obtido diretamente do mundo, sem que seja necessário produzi-lo. A realidade digital que se apresenta como substituto da vida e do mundo parece de pouca importância para a nossa vida cotidiana, o que a torna ainda mais problemática, diante de seu caráter aparentemente inofensivo.

Na governamentalidade algorítmica, diz Rouvroy (2012), o poder parece se dirigir para *perfis* – modelagem genérica de caráter estatístico, virtual e impessoal –, e não mais para o indivíduo, para o sujeito, para as possibilidades de ação, e não mais para as ações propriamente. Com isso, compromete as capacidades de deliberar, de decidir. Não se trata, diz a autora, de incitar ou dissuadir, mas de agir sobre ambientes, de reconfigurá-los, para que certos comportamentos se tornem impensáveis ou impossíveis de serem realizados ou que certas ações se realizem; age por afetação, provocando movimentos reflexos, e não a reflexão. Trata-se de uma forma de governamento mais preditiva que preventiva, um aperfeiçoamento dos dispositivos de segurança teorizados por Michel Foucault.

Considerando apenas dados, que consistem em fragmentos infra-individuais, e em perfis, estruturas supra-individuais, a governamentalidade algorítmica, diz Rouvroy (2012), consiste em uma reelaboração no campo da subjetivação, cuja operacionalidade, nesses novos contornos, dispensam a aparência, o testemunho ou qualquer forma de representação biográfica e dissipam "[...] condições institucionais, espaciais, temporais e linguísticas de subjetivação em favor de uma regulação objetiva, operacional, de possíveis comportamentos" (Rouvroy, 2012, n.p.).

Em sua análise sobre a novidade da governamentalidade algorítmica em relação ao capitalismo e ao neoliberalismo, Rouvroy (2016b) afirma que a decodificação e desterritorialização próprias dos processos de produção de dados brutos convergem para a definição de capitalismo de Deleuze e Guattari, assim como a digitalização seria um exemplo do que Bernard Stiegler, Jacques Derrida e Sylvain Auroux chamam de "gramaticalização".

A autora associa ainda o que chama de "virada digital" (*tournant numérique*) ao processo de *gerencialização*, um processo no qual o quantificar passa a ser um projeto em si mesmo, com a vantagem de que, com a governamentalidade algorítmica, essa quantificação parece emergir da própria realidade digitalizada, constituída por fluxos de todos os tipos, fluxos de signos a-significantes que, por isso, desviam de qualquer forma de subjetivação por um lado

e, por outro, favorecem todo um processo de servidão maquínica e de domínio no nível molecular. Por isso, segundo Rouvroy, "[...] os dados digitalizados 'em estado bruto' são hoje a própria 'textura' do capitalismo (uma 'textura' absolutamente imaterial, abstrata)" (2016b, p. 31, tradução nossa).[34]

Os dados brutos, esses dados não tratados, destaca Rouvroy (2016b), não encontram um correspondente claro nas categorias criadas por Charles-Sanders Peirce, pois não há semelhança com o objeto de que são signos, portanto, não são ícones; não apresentam conexão física como o objeto, portanto, não são índices; também não resultam de uma convenção, portanto, não são símbolos. São signos a-significantes que parecem promover uma verdadeira emancipação dos significantes em relação aos significados, como se o mundo se expressasse de forma imediata e não fosse mais necessário traduzi-lo pela linguagem. É por meio dessa semiótica a-significante que se dá a servidão maquínica, conforme o entendimento de Lazzarato (2014). A realidade é convertida em entidades numéricas (zeros e uns) quando digitalizada. Com isso, é esvaziada de todo conteúdo significativo, é desvinculada de todo contexto.

Essa nova forma de governamentalidade, apesar de também se ocupar com a produção de subjetividades, o fará de forma fragmentada por meio de perfis do consumidor, do potencial criminoso, do empregado produtivo etc., distinguindo-se, dessa forma, das categorizações adotadas até então, mas "[...] operando automaticamente no nível subliminar dos dados infrapessoal" (Rouvroy, 2016c, p. 35, tradução nossa)[35]. Embora compartilhe características com as noções de biopoder e biopolítica, a governamentalidade algorítmica, diz Rouvroy (2016c), parece totalmente indiferente ao nascimento e à morte, ao envelhecimento e ao esgotamento dos recursos.

> Sua temporalidade é a do presente eterno: uma justaposição de "agoras" sucessivos. Portanto, não tem mais como objetivo governar "animais autobiográficos" (Derrida), "mortais" (Arendt), enfim, indivíduos na carne e no osso, capaz de sofrer e preso como sujeito de direitos e obrigações, pois eles seriam responsabilizados por suas ações e decisões (Rouvroy, 2016c, p. 34, tradução nossa).[36]

O que se governa, diz Rouvroy (2016c), são modelos preditivos constituídos a partir de dados. Esses modelos permitem descobrir potencialidades, oportunidades, acelerando os

---

[34] No original: "[...] les données numérisées « à l'état brut », sont aujourd'hui la « texture » même du capitalisme (une « texture » absolument immatérielle, abstraite)"

[35] No original: "[...] opérant de manière automatisée à l'échelle subliminale de la donnée infra-personnelle" (Rouvroy, 2016c, p. 35)

[36] No original: "Sa temporalité est celle de l'éternel présent: une juxtaposition de «maintenants » successifs. Elle ne vise donc plus du tout à gouverner des « animaux autobiographiques » (Derrida), des « mortels » (Arendt), bref, des individus en chair et en os, capables de pâtir et interpellés en tant qu'ils seraient sujets de droits et d'obligations, en tant qu'ils auraient à rendre compte de leurs actes et de leurs décisions" (Rouvroy, 2016c, p. 34).

processos de tomada de decisão por meio da automação. Dessa forma, a governamentalidade algorítmica se alimenta de dados brutos, que apesar de serem infra pessoais e a-significantes, podem ser quantificados. Em vez de mirar o comportamento, antes, se volta para configurar as possibilidades a partir de operações estatísticas preditivas.

Rouvroy (2012) levanta diversas questões que a governamentalidade algorítmica teria colocado para serem pensadas (questões semióticas e epistemológicas, questões relativas a novas formas de exercício do poder, questões relativas à subjetivação ou individuação, questões sobre os recursos podem ser mobilizados para crítica), cada qual se desmembrando em uma série de outras questões. Não é nosso intuito, neste momento, abordarmos e nos posicionarmos sobre todas elas, mas nos concentrarmos naquelas que se relacionam de forma mais íntima com o escopo deste estudo, isto é, com a questão relativa à produção da subjetividade.

O perfil algoritmo, diz Rouvroy (2017), individualizou as interações entre as pessoas e a burocracia, tanto pública como privada. Isso não significa que a singularidade esteja sendo respeitada. Substitui-se as categorizações e qualificações por perfis impessoais que dispensam qualquer aparência. Segundo Rouvroy (2017, n.p., tradução nossa) [37], "[...] o regime de otimização algorítmica não é um regime de verdade que obrigaria os sujeitos a falar com base em confissões, testemunhos, mas um regime de indistinção entre sinais digitais, a-significantes, mas calculável, e o mundo".

A governamentalidade algorítmica atua por antecipação, conforme esclarece Rouvroy (2017, n.p.), sobre as possibilidades de agir de uma ou outra forma, como oráculos, mas que aponta para perigos virtuais, riscos que não podem ser tomados nem verdadeiros nem falsos, funcionam como para imunizar o atual, como um sistema imunológico por meio do qual a realidade digital se protege contra "[...] qualquer heterogeneidade incalculável, contra qualquer pensamento externo que não possa ser assimilado, irredutível, não monetizado, não finalizado, desorganizado, soberano, ou seja, também contra o mundo" (Rouvroy, 2017, tradução nossa)[38]. Não se trata, dessa forma, de normalizar, mas neutralizaro poder dos sujeitos, sua capacidade de mentir, de relutar, de decidir, de planejar o impossível.

A governamentalidade algorítmica, afirmam Rouvroy e Berns (2015, p. 42), leva a "rarefação dos processos de subjetivação". Nesse sentido, Teles (2018) entende que estamos

---

[37] No original: "[…] le régime d'optimisation algorithmique n'est *pas* un régime de *vérité* qui obligerait les sujets à parler sur le mode de laconfession, du témoignage, de l'aveu, mais un régime d' *indistinction entre les signaux numériques,a-signifiants mais calculables, et le monde*" (Rouvroy, 2017, n.p.).

[38] O original: "[...] toute hétérogénéitéincalculable, contre toute pensée du dehors (4) inassimilable, irréductible, non monnayable,non finalisée, inorganisable, souveraine (5), c'est-à-dire, aussi, *contre le monde*" (Rouvroy, 2017, n.p.).

diante de um novo regime de produção da subjetividade com a junção da governamentalidade, tal como pensada por Foucault com as novas tecnologias digitais, em especial, com as máquinas autônomas. As relações entre o ser humano e a máquina, continua ele, é estruturada de forma instantânea, o que, junto com a coleta massiva de dados, faz com que a normatividade emane dos próprios dados enquanto circulam, "[...] bloqueando experiências sociais e políticas com a eliminação das esferas de debates e criação do comum" (Teles, 2018, p. 429).

Munidos dos dados obtidos a partir de nossas ações e relações on-line, as máquinas, continua Teles (2018), detectam e antecipam nossos desejos e interesses e a produção da subjetividade evolve cada vez mais as dimensões afetiva e existencial, tal como havia afirmado Guattari (1988) sobre a maneira como operam as máquinas tecnológicas de informação, isto é, no plano dos afetos, da sensibilidade e do inconsciente, e não apenas no campo da representação e da consciência. Nesse processo de entradas (inputs) e saídas (outputs), as subjetividades seriam anuladas, "[...] congelando sujeitos em suas bolhas discursivas, ideológicas e identitárias (Teles, 2018, p. 343).

Para Teles (2018), o próprio processo político se confunde com essa relação entre entradas e saídas, pois as práticas de governo resultam dos próprios dados, mediante os *datamining*.

> Como em um espremedor de frutas, extraem-se dados em situação bruta a seiva que interessam a determinada modelagem de comportamentos. Das massivas acumulações de dados começam a emergir saberes estatísticos oriundos das correlações de informações não selecionadas, não classificadas e não hierarquizadas, altamente heterogêneas. Com o máximo de automação, reduzindo a intervenção humana e dispensando o uso de hipóteses ou convenções prévias, esquiva-se das subjetividades e das normas discursivas. O funcionamento dos Big Data e dos datamining a partir de um sistema de relações não se submete a qualquer média e mantém autonomia diante das normas sociais (Teles, 2018, p. 434).

Um dos problemas que resultam disso, diz Teles (2028) é que todo esse processo se desenvolve alheio a qualquer debate ou confronto de ideias divergentes, resultando em bolhas que impedem o contato com o diferente, com o outro, e que levam a radicalização das opiniões cada vez mais dirigidas e tornando frágeis as experiências comuns, como defende, entre outros, Sustein (2009).

Quando mais se utilizam os dispositivos tecnológicos, afirma Teles (2018), mais precisos e eficazes são os modelos de comportamento criados por algoritmos, por meio dos quais se conduz a conduta sem que o indivíduo se aperceba. Não é a ação dos indivíduos, mas a propensão de realizá-las que são capturadas pelas máquinas a-significantes que rastreiam nossas ações on-line. Aqui é importante ressaltar o que disse Lazzarato (2017) ao tratar da maneira como Deleuze e Guattari entendem a máquina e a subjetividade, ou seja: "Que as

máquinas (e os signos, os objetos, os diagramas etc.) constituam focos de protoenunciação e de protossubjetivação significa que elas *surgem, tornam possível, solicitam, incitam, encorajam e impelem certas ações, pensamentos e afetos e favorecem outros*" (Lazzarato, 2017, p. 171).

Tudo se passa como se o próprio indivíduo estivesse agindo seguindo seu próprio desejo que, na verdade, foram identificados, mapeados, calculados e direcionados sem que, para isso, seja acionada qualquer subjetividade ou que esteja presente qualquer condição significante. Isso porque a predição se dá por processos estatísticos sobre dados que são, em seu estado puro, a-significantes e seus efeitos sobre os indivíduos se dão na forma de "resposta-reflexo". Ou seja, a "[...] velocidade do fluxo dispensa os sistemas semióticos e significantes sem se desfazer deles. Qualquer que seja o significado dos dados, o agenciamento das máquinas algorítmicas será acionado" (Teles, 2018, p. 441).

Não é o sujeito ou o indivíduo que é requisitado na governamentalidade algorítmica, mas perfis produzidos por meio de correlações entre dados identificados por procedimentos estatísticos realizados por algoritmos, perfis que se atualizam constantemente conforme novos dados são coletados. Nesse sentido, segundo Walter (2019), ao tratar da governamentalidade algorítmica,

> Nem mesmo o sujeito produzido no modo de governo neoliberal é interpelado pela governamentalidade algorítmica. Esta não o incita a ser empresário de si mesmo, a se autocontrolar, a avaliar-se continuamente. Antes, ela ignora a consciência e o pensamento, operando, por meios dos perfis, em indivíduos e grupos, no modo de alerta e de respostas reflexas. A governamentalidade algorítmica atua, portanto, em um "sujeito" supra-individual – constantemente reconfigurado – feito de traços digitais heterogêneos, impessoais e infra-individuais (Walter, 2019, p. 116).

Essas características da governamentalidade algorítmica se aproxima muito do conceito de "servidão maquínica", criados por Deleuze e Guattari e, a partir deles, por Maurizio Lazzarato, conceito que, segundo esses pensadores, no capitalismo, operam em conjunto com a *sujeição social*. Isso significa que não somos apenas requisitados como sujeitos dotados de uma consciência e com papéis estabelecidos, mas também como peças, engrenagens que se acoplam a outras peças e engrenagens, humanas e não-humanas, distinção essa que na servidão maquínica não faz a menor diferença.

Feitas essas considerações a respeito do conceito de *biopolítica*, *governamentalidade* e *governamentalidade algorítmica*, cabe agora analisar os conceitos de *máquina*, *máquina desejante*, *sujeição social*, *servidão maquínica* na obra de Felix Guattari e da que ele produziu em parceria com Gilles Deleuze.

2 MÁQUINAS

> Uma máquina de signos matemáticos pode tornar-se temporariamente superpoderosa face a um agenciamento (Guattari, 1988, p. 66).

Neste capítulo são analisados os conceitos de *máquina*, *máquinas desejantes*, *servidão maquínica* e *agenciamentos*. Primeiro aborda a distinção entre *máquina* e *estrutura*, distinção que Guattari (1976) realiza os primeiros movimentos em uma exposição feita na Escola Freudiana em Paris, no ano de 1969, e que foi publicada com o título *Máquina e estrutura* na obra *Psicanálise e transversalidade*. Depois, analisa a relação entre máquina e desejo, que irá resultar no conceito de *máquinas desejantes*, em *O anti-Édipo*. É a partir desse conceito que Deleuze e Guattari analisam as formas de repressão do desejo e o como isso se dá a partir do campo social, principalmente na sociedade capitalística. Por fim, trata dos conceitos de *sujeição social* e *servidão maquínica*. Nesse percurso, também será analisado o modo como o conceito de *agenciamento* se compõe com o conceito de *máquina*, especialmente em *Mil platôs.*

Inicialmente, é apresentado um breve panorama do desenvolvimento do estruturalismo, com a linguística de Ferdinand Saussure. Em seguida, é analisado o artigo *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasias*, de Roman Jakobson (1969), no qual a metáfora e a metonímia são pensadas como "[...] categoria de lei geral da linguagem" (Barbosa, 2020). São as ideias de Saussure e Jakobson que, segundo Jacques Lacan (1998), permitiram a ele intuir o inconsciente estruturado como linguagem.

Depois, será abordada a crítica feita por Guattari, tanto em seus textos solos, como nos que produziu em parceria com Deleuze, a essa tendência de tomar o estruturalismo como grade analítica capaz de desvendar os segredos dos mais diversos fenômenos sociais, psíquicos etc. A crítica ao estruturalismo é marcante no pensamento de Guattari e é a partir dela que ele cria o conceito de *máquina*; é a partir dela também que irá desenvolver a sua *semiótica*, com a qual busca compreender os diferentes *regimes de signos* em toda sua riqueza e complexidade.

O capítulo termina abordando algumas articulações possíveis entre *microfísica do poder* e *micropolítica do desejo* a partir dos conceitos de *dispositivo*, de Michel Foucault, e *agenciamento*, de Felix Guattari e Gilles Deleuze.

É a partir do conceito de *máquina* que se propõe o conceito de *máquina algorítmica de política de afetos*, uma máquina que, como veremos, tem como componentes elementos humanos e não humanos, humanos e máquinas técnicas, políticas, econômicas etc.

2.1 ESTRUTURALISMO E PSICANÁLISE

> Assim e que, se o sintoma pode ser lido, e por já estar inscrito, ele mesmo, num processo de escrita. Como formação particular do inconsciente, ele não é uma significação, mas a relação desta com uma estrutura significante que o determina. Se nos permitissem o trocadilho, diríamos que o que está em jogo e sempre a concordância do sujeito com o verbo (Lacan, 1998b, p. 446).

Ferdinand Saussure, linguista e filósofo suíço, teve papel fundamental no desenvolvimento da Linguística como uma ciência autônoma. Suas ideias se tornaram mais conhecidas três anos após a sua morte, com a publicação, por seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Ridinger, no ano de 1916, de um compilado das anotações dos alunos do curso sobre Linguística na Universidade de Genebra, que ele ministrou nos anos de 1906 a 1910. Segundo Antonio Vicente Pietroforte (2010), embora Saussure não possa ser considerado o criador da Linguística, foi ele quem primeiro definiu um objeto de estudo para ela.

A linguagem, diz Margarida Petter (2010), é para Saussure "[...] 'heteróclita e multifacetada', pois abrange vários domínios; é, ao mesmo tempo, física, fisiológica e psíquica; pertence ao domínio individual e social" (Petter, 2010, p.14). Isso faz com que ela se torne de interesse de diversos campos do saber. Não será, então, a linguagem que Saussure irá definir como o objeto de estudo da Linguística, mas uma parte da linguagem: a *língua*.

Para Saussure (2006, p. 16-17):

> [...] é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito.

Caracterizada pela exterioridade em relação ao indivíduo, a língua deve ser "[...] considerada em si mesma, e por si mesma" (Saussure *apud* Petter, 2010, p. 14). Ainda, de acordo com Petter (2010), diferente dos estudos diacrônicos, como os realizados por Frans Bopp, que o levou a intuir a protolíngua indo-europeia, Saussure propõe a estudar a língua de forma sincrônica.

O objeto da Linguística, então, é definido como "[...] 'um sistema de signos' – um conjunto de unidades que se relacionam organizadamente dentro de um todo. É 'a parte social da linguagem', exterior ao indivíduo; não podendo ser modificada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade" (Petter, 2010, p. 14).

Um *signo*, segundo Saussure (2006), é a união de um *significante* e um *significado*. O

signo não pertence ao domínio do real, ou seja, não se confunde com coisas e sons, "[...] une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica" (Saussure, 2006, p. 80). Portanto, o significante não se refere ao som material, ao fenômeno físico, mas aquilo que se manifesta no plano psíquico a partir do que é percebido pelos sentidos.

Para Saussure, o que existe em uma língua são diferenças, sendo "[...] preciso considerar o signo não mais em sua composição, mas em seus contornos, dados por suas relações com outros signos" (Fiorin, 2010, p. 58). Daí a importância da noção de *valor*, por meio da qual "[...] dá-se uma definição negativa de signo: um signo é o que os outros não são" (Fiorin, 2010, p. 58).

Dessa forma, a língua será "[...] considerada uma estrutura constituída por uma rede de elementos, em que cada elemento tem um valor funcional determinado" (Petter, 2010, p. 14). É essa abordagem segundo a qual cada elemento só pode ser compreendido em relação aos outros elementos, com seus princípios teóricos e metodológicos, e que está na base daquilo que ficará conhecido como *estruturalismo.*

Saussure (2006) estabelece ainda dois princípios primordiais dos signos linguísticos: a *arbitrariedade* e a *linearidade*. O primeiro princípio parte do entendimento de que não há nenhuma determinação na relação entre significante e significado, sendo esta absolutamente arbitrária. Todavia, isso não quer dizer que o falante possa decidir tal relação a partir de sua própria vontade, mas "[...] que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade" (Saussure, 2006, p. 83).

O segundo princípio, o da linearidade, decorre do fato de que, nas palavras de Saussure (2006, p. 84): "O significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) *representa uma extensão*, e b) *essa extensão é mensurável numa só dimensão*: é uma linha". Se na fala essa linearidade se dá no tempo, na escrita ela se dá no espaço (Fiorin, 2010, p. 65). A linearidade fica evidente quando representamos os signos linguísticos "[...] pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos" (Saussure, 2006, p. 84).

Em razão dessa linearidade, explica Pietroforte (2010, p. 88), "[...] há a impossibilidade de que os signos linguísticos ocorram simultaneamente na cadeia da fala. Assim, enunciados um após o outro, eles formam um alinhamento que os distribui em relações de combinação entre, no mínimo, dois elementos". Essas relações de combinação são chamadas por Saussure de relações *sintagmáticas* (Pietroforte, 2010).

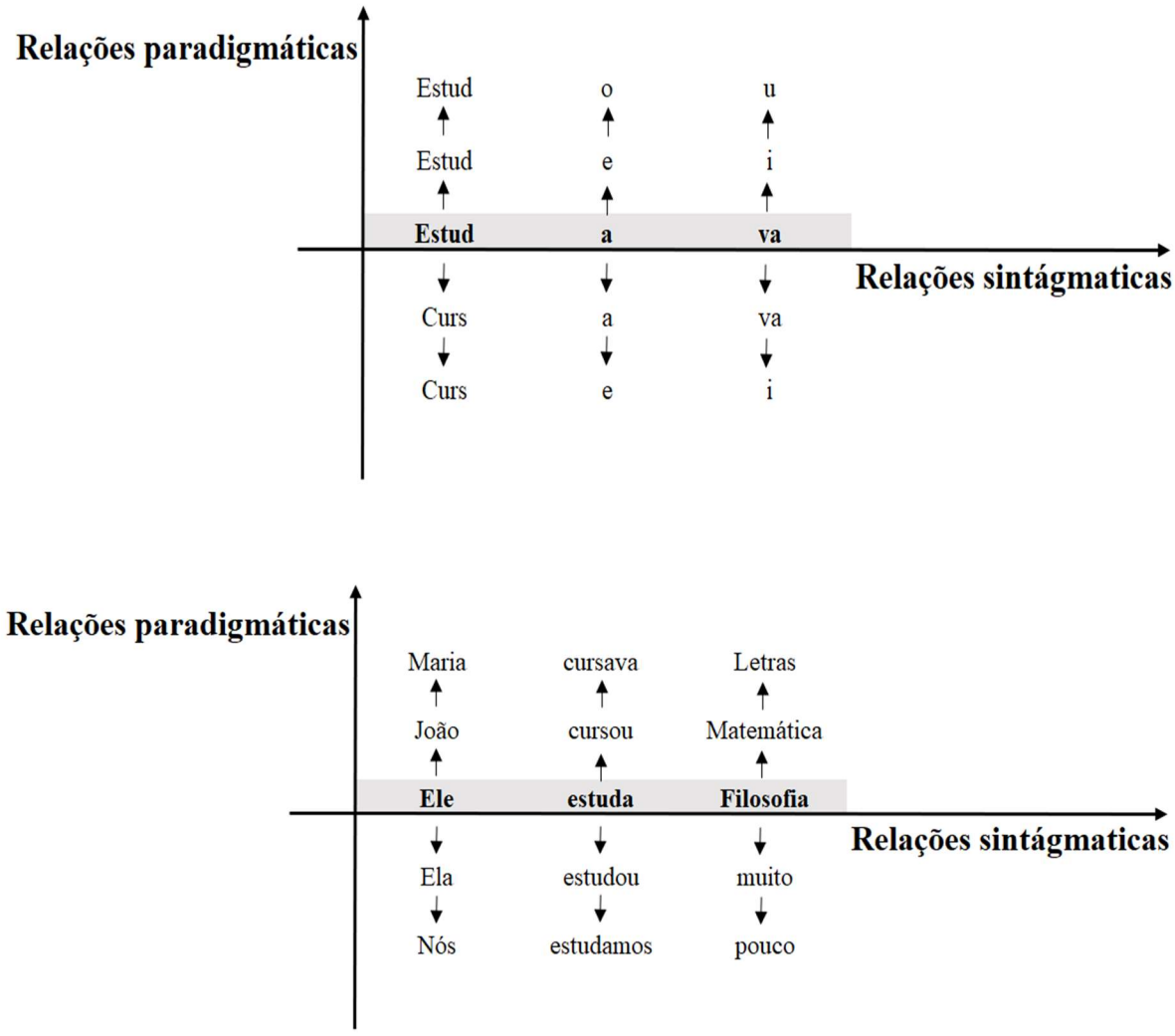
Além das relações sintagmáticas, Saussure se refere também às relações *associativas* – que serão chamadas, posteriormente, de *paradigmáticas*, por Louis Hjelmslev (1975) –, ou seja,

"[...] relações baseadas na seleção dos elementos que são combinados" (Saussure *apud* Pietroforte, 2010, p. 88). Tais relações podem se dar "[...] por meio de seu *significado*, com seus antônimos e sinônimos; por meio de seu *significante*, com imagens acústicas semelhantes; e por meio de outros signos, em processos morfológicos comuns" (Pietroforte, 2010, p. 88).

A relação sintagmática, diz Saussure (2006, p. 143), "[...] existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presente numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual". A primeira estabelece uma concatenação linear entre os elementos que formam as palavras e as sentenças, enquanto a segunda envolve a seleção de signos entre outros signos com significados semelhantes: sintaxe e semântica, respectivamente.

Teríamos então:

Figura 1 – Relações paradigmáticas e sintagmáticas



Fonte: elaborado pelo autor a partir de Pietroforte (2010)

É importante ressaltar, diz Pietroforte (2010), que tais relações se dão no domínio da língua entre os elementos que formam o seu sistema, e não no da fala, que "[...] realiza as relações de combinação determinadas por esse sistema" (Pietroforte, 2010, p. 89). A *fala* é o ato individual por meio do qual o sujeito falante, com seus mecanismos psicofísicos, combina os códigos da língua para se expressão. Língua e fala estão, para Saussure (2006, p. 27), "[...] estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes".

Apesar da interdependência entre língua e fala, pois uma não seria possível sem a outra, como objetos diferentes, seria necessário o desenvolvimento de duas linguísticas distintas: uma da fala e outra da língua. Para Saussure (2006), porém, não há problema em "[...] conservar o nome de Lingüística para cada uma dessas disciplinas e falar de uma Lingüística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a Lingüística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua" (Saussure, 2006, p. 28).

Para Saussure, diz Petter (2010), a Linguística seria uma parte da Semiologia – que Pierce havia chamado de Semiótica –, isto é, a ciência geral que estuda os mais diversos sistemas de signos. À Linguística caberia se dedicar a um sistema sígnico específico: as línguas naturais.

O pensador russo Roman Jakobson foi profundamente influenciado pelas ideias de Saussure. Apontou os limites nos estudos do mestre genebrino e reforçou a importância da colaboração dos linguistas com os estudos dos distúrbios da linguagem. O que nos interessa neste momento, porém, é o seu artigo de 1956 intitulado *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasias* (Jakobson, 1969), em razão de seu impacto na obra de Jacques Lacan. Sobretudo, serão analisados aspectos que permitiram a Lacan relacionar o estruturalismo à psicanálise freudiana, a saber, a análise dos distúrbios de *similaridade* e de *contiguidade*.

Segundo Jakobson (1969), a *combinação* e a *seleção* são os arranjos envolvidos em todo signo linguístico e "[...] saber qual das duas operações é principalmente afetada se revela ser de primordial importância para a descrição, análise e classificação das diferentes formas de afasia" (Jakobson, 1969, p. 41). A partir de suas análises sobre a retórica e a estilística, o linguista afirma que, funcionando segundo os mecanismos de combinação e formação de contexto[39], *o eixo sintagmático* seria o responsável pela formação da *metonímia*, havendo uma relação de

[39] A noção de *contexto* é tomada de Charles Sanders Peirce, para quem o signo é interpretado a partir de referências a um código e a um contexto, envolvendo, então, uma relação interna e outra externa, respectivamente.

contiguidade entre as duas expressões. Já o *eixo paradigmático*, com seu mecanismo de seleção, seria o responsável pela formação da *metáfora*, quando uma palavra substitui outra com significado semelhante, sendo tal substituição pautada pelo princípio da similaridade.

Diz, ainda, Jakobson (1969, p. 61):

> A competição entre os dois procedimentos, metonímico e metafórico, se torna manifesta em todo processo simbólico, quer seja subjetivo, quer social. Eis por que numa investigação da estrutura dos sonhos, a questão decisiva é saber se os símbolos e as seqüências temporais usadas se baseiam na contigüidade ("transferência" metonímica e "condensação" sinedóquica de Freud) ou na similaridade ("identificação" e "simbolismo" freudianos).

Essas considerações de Jakobson irão inspirar o psicanalista Jacques Lacan a intuir essa estrutura da cadeia significante nos mecanismos do inconsciente. Para Lacan (1998), a ideia de que o inconsciente é estruturado como linguagem estaria presente nos próprios textos freudianos, pois já neles o inconsciente é apresentado como "[...] uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena, escreve ele) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma" (Lacan, 1998, p. 813).

Para Lacan *apud* Lapouge (1966, p. 2, tradução nossa[40]):

> Leia seus três primeiros grandes livros *A interpretação dos sonhos*, *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Sim, leia-os, peça aos seus leitores que os abram a qualquer página, e eles inevitavelmente cairão no manuseio das palavras, nas equivalências verbais que vão o mais longe possível no sentido materialmente linguístico, isto é, no trocadilho [...]. Embora na época raramente fosse reconhecido, a razão é clara: Freud estava à frente da linguística. Você sabe que Saussure começou seu trabalho depois de Freud. Este é um ponto crucial: toda a obra de Freud deve ser decifrada através de uma grade linguística que foi inventada somente depois dele.

A linguagem como instrumento de tradução estaria, então, presente desde *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900. Nela, Freud (2019) explicita que sua "[...] teoria não se baseia na apreciação do conteúdo onírico manifesto; mas sim, diz respeito ao conteúdo de pensamento que descobrimos por trás do sonho, mediante o trabalho interpretativo" (Freud, 2019, p.168). Isso porque os elementos, para serem introduzidos nos sonhos, "[...] *têm de escapar à censura da resistência*" (Freud, 2019, p. 350).

Para Freud (2019), os processos de *condensação* e de *deslocamento* são "[...] os dois mestres artesãos a cuja atividade podemos atribuir essencialmente a forma do sonho" (Freud,

---

[40] Lisez ses trois premiers grands livres la *Science des rêves*, la *Psychologie de la vie quotidienne*, *Le Mot d'esprit*. Oui, lisez-les, demandez à vos lecteurs de les ouvrir à n'importe quel page, et ils tomberont inévitablement sur le maniement des mots, sur des équivalences verbales allant aussi loin que possible dans le sens matériellement linguistique, c'est à dire jusqu'au calembour [...]. Si, à l'époque, elle a été rarement reconnue, la raison en est claire : Freud devançait la linguistique. Vous savez que Saussure a commencé son oeuvre après Freud. C'est là un point capital: toute l'oeuvre de Freud est à déchiffrer à travers une grille linguistique qui n'a été inventé qu'après lui.

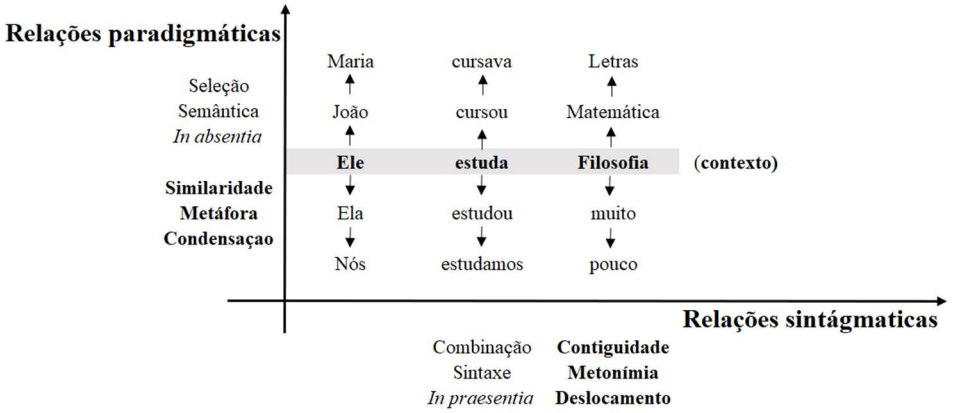
2019, p. 350). Em *O chiste e sua relação com o inconsciente*, de 1905, tais conceitos são trazidos por Freud (2017) para analisar o processo de formação do chiste. Nas palavras de Freud (2017, p. 236) "[...] a natureza e o efeito do chiste estão ligados a certas formas de expressão, a recursos técnicos, entre os quais os mais evidentes são os diversos modos da condensação, deslocamento e representação indireta". Assim, para o fundador da psicanálise, seja nos sonhos, no chiste, mas também nos enunciados do sintoma neurótico, nos atos falhos, os processos de condensação e deslocamento são fundamentais para a interpretação dos processos inconscientes.

Em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, Lacan (1998) parte daquilo que foi postulado por Jakobson (1969), a saber: que tanto a metáfora quanto a metonímia estão situadas na cadeia significante: enquanto na metáfora um significante é substituído por outro significante, na metonímia, um significante é conectado a outro significante. Em Lacan (1998), a condensação referida por Freud é pensada em relação à metáfora, enquanto o deslocamento é pensado em relação à metonímia. Diz Lacan (1998, p. 515):

> A *Verdichtung*, condensação, é a estrutura de superposição dos significantes em que ganha campo a metáfora, e cujo nome, por condensar em si mesmo a *Dichtung*, indica a conaturalidade desse mecanismo com a poesia, a ponto de envolver a função propriamente tradicional desta.
>
> A *Verschiebung* ou deslocamento é, mais próxima do termo alemão, o transporte da significação que a metonímia demonstra e que, desde seu aparecimento em Freud, e apresentado como o meio mais adequado do inconsciente para despistar a censura.

Teríamos, então, por um lado, atrelado ao eixo paradigmático, os conceitos de metáfora, similaridade e condensação, e os processos de seleção de caráter semântico *in absentia*, e, por outro lado, no eixo sintagmático, os conceitos de contiguidade, metonímia e deslocamento, e os processos de combinação, de sintaxe *in praesentia*.

Figura 3: Metáfora e metonímia/condensação e deslocamento



Fonte: elaborado pelo autor.

A contribuição de Lacan, segundo ele mesmo, teria sido afirmar, a partir das linguísticas de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson, que "[...] o termo crucial é o significante" (Lacan, 1998, p. 813). Porém, se para Saussure (2006) todo signo linguístico é constituído por dois níveis, sendo um superior, o significado, e outro inferior, o significante, Lacan (1998) inverte esta disposição e eleva o significante ao primeiro nível, de modo que, para o psicanalista francês, o "[...] significante só tem sentido por sua relação com outro significante" (Lacan, 1998, p. 235).

Como veremos, Guattari irá se contrapor a essa tese, pois para ele, "[...] as lutas do desejo não podem ser circunscritas exclusivamente ao terreno do significante (nem mesmo no caso de uma 'pura' neurose significante, como a neurose obsessiva), pois elas sempre transbordam e inundam o terreno do somático, do social, do econômico etc." (Guattari, 2017, p. 416, tradução nossa) .[41]

2.2 MÁQUINA *CONTRA* ESTRUTURA

> "O inconsciente está estruturado como uma linguagem", diz Lacan. É claro! Mas quem o estruturou assim? Bem, a família, a escola, o regimento, o cinema e, em alguns casos especiais, psiquiatria e psicanálise (Guattari, 2017, p. 416, tradução nossa).[42]

Em *Máquina e estrutura*, exposição feita na Escola Freudiana em Paris no ano de 1969, Guattari (1976) já se distanciava do estruturalismo com a introdução do conceito de *máquina*. Em sua obra *Gilles Deleuze & Felix Guattari: biografia cruzada*, François Dosse (2010) afirma que aquela exposição poderia ter até mesmo como título "Máquina contra a estrutura" (Dosse, 2010, p. 189). Isso porque, na busca de compreender os arranjos e elementos dados no mundo sensível em toda a sua complexidade e singularidade, Guattari (1976) pretende, com o conceito de máquina, abordar a subjetividade, o inconsciente e, em especial, o desejo como coextensivo ao campo social, além de elaborar um esquema de análise que busca compreender a singularidade e especificidade dos objetos estudados, procurando, dessa forma, superar as explicações universalizantes, que ignoram a complexidade do mundo. Diz Guattari (2013, p.

---

[41] No original: "[...] las luchas del deseo no pueden quedar circunscritas exclusivamente al terreno del significante (ni siquiera en el caso de que se diera una «pura» neurosis significante, como la neurosis obsesiva), porque siempre se desbordan e inundan el terreno de lo somático, lo social, lo económico, etc." (Guattari, 2017, p. 416).

[42] "El inconsciente está estructurado como un lenguaje", nos dice Lacan. ¡Claro! Pero ¿quién lo ha estructurado así? Pues la familia, la escuela, el regimiento, el cine y, en algunos casos especiales, la psiquiatría y el psicoanálisis" (Guattari, 2017, p. 416).

165, tradução nossa):[43]

> Há então duas atitudes, duas políticas possíveis quanto à forma; uma posição formalista que parte de formas transcendentes, universais, recortadas da história e que vêm "encarnar" em substâncias semiológicas, e uma posição que parte de formações de poder e agenciamentos de enunciação que extraem componentes semióticos e máquinas abstratas dos processos maquínicos como a história propõe.

O que Guattari parece questionar, em primeiro lugar, é a generalização do estruturalismo saussuriano que observava em seu tempo, como se com o estruturalismo houvesse sido descoberta a chave de compreensão dos mais diversos fenômenos, seja eles linguísticos, antropológicos ou psíquicos; como se o estruturalismo fosse uma lente que permitiria observar o universal subjacente a todos esses fenômenos.

A consequência dessa perspectiva, na psicanálise, seria a manutenção do desejo aprisionado ao triângulo edipiano, alheio às implicações sociais, restando a ela exercer uma função normalizadora dentro das formações de poder capitalistas, como denunciado em *O anti-Édipo*. Além disso, acabava por endossar "[...] um certo tipo de estratificação de poderes que garante aos escribas seu status, seu conforto material e sua segurança imaginária" (Guattari, 2013, p. 165, tradução nossa).[44]

Antes do conceito de máquina, em um relatório apresentado no Congresso Internacional de Psicodrama, no ano de 1964, Guattari (1976) havia desenvolvido a noção de *transversalidade*, que já indicava seu apego pela transdisciplinaridade e a aversão às lógicas verticais e horizontais de organizar tanto o serviço nos hospitais como as relações entre os pacientes. A transversalidade estaria, assim, entre a verticalidade e a horizontalidade da estrutura. Na publicação de *Psicanálise e transversalidade*, no ano de 1972, Deleuze (1976) escreveu no prefácio: "Às vezes acontece que o ativista político e o psicanalista se encontram na mesma pessoa e que, em vez de permanecerem separados, não param de se combinar, penetrar, comunicar, tomar um pelo outro" (Deleuze, 1976**,** p. 9, tradução nossa). [45]

Se o conceito de máquina se opõe ao de estrutura, a compreensão de estrutura da qual parte Guattari (1976) é uma interpretação da definição apresentada por Deleuze em *Diferença*

---

[43] No original: "Hay entonces dos actitudes, dos políticas posibles respecto de la forma; una posición formalista que parte de formas trascendentes, universales, cortadas de la historia y que llegan a «encarnarse» en sustancias semiológicas, y una posición que parte de formaciones de poder y de agenciamientos de enunciación que extraen componentes semióticas y máquinas abstractas a partir de los procesos maquínicos tales como los propone la historia" (Guattari, 2013, p. 165).

[44] No original: "[...] cierto tipo de estratificación de poderes que garantiza a los escribas su estatus, su confort material y su seguridad imaginaria" (GUATTARI, p. 165).

[45] No original: "Ocurre a veces que el militante político y el psicoanalista se dan en la misma persona, y que, em vez de permanecer separados, no cesan de combinarse, penetrarse, momunicarse, de tomarse el uno por el outro". (DELEUZE, 1976, p.9)

e repetição, com as três condições mínimas de uma estrutura, das quais Guattari (1976) conserva apenas duas, conforme indicação em nota de rodapé, a saber: a presença de duas séries heterogêneas (significante e significado) e a dependência dos termos que as constituem das relações que mantêm entre si. Isso faria com que a estrutura repetisse sempre os mesmos significados já predeterminados, negando qualquer singularidade. Por outro lado, diz Guattari (1976), a máquina produz diferença. É processo de *produção* da máquina em oposição à *antiprodução* da estrutura.

O conceito de máquina não deve ser confundido com o de máquinas técnicas, mas se propõe a oferecer elementos para esclarecer o modo como o inconsciente e o desejo funcionam, se articulam, tanto no âmbito interno como no campo social em que estão inscritos. Aqui já temos um primeiro aspecto que torna o conceito de máquina mais adequado do que a ideia de estrutura, nas análises de Deleuze e Guattari: a estrutura é entendida tão somente enquanto relações que se dão no seu interior, enquanto a máquina se abre ao ambiente exterior e mantém relações com os componentes sociais. A imanência da máquina, assim, se opõe à transcendência da estrutura.

Se a máquina não é compreendida como um campo da técnica, para Guattari (2006), "[...] é a problemática das técnicas que está na dependência das questões colocadas pelas máquinas e não o inverso" (Guattari, 2006, p.45). Diante disso, Guattari (2006) propõe "[...] discernir limiares de intensidade ontológica que nos permitem apreender o maquinismo como um todo em seus avatares técnicos, sociais, semióticos, axiológicos" (Guattari, 2006, p. 45). Ao se analisar os tipos de máquina, a questão que deve ser colocada, segundo Guattari (2006, p. 45) é a sua "[...] consciência enunciativa específica".

Ainda que a máquina não se refira a máquina técnica, isto é, o dispositivo material criado pelas mãos humanas, esta auxilia na aproximação do conceito de máquina tal como propõe Guattari (2006). Para pensar o processo de individuação da máquina técnica, ou seja, de sua gênese, Guattari (2006) propõe analisar tal processo a partir de duas dimensões: uma sincrônica e outra diacrônica, ou, de uma ontogenia e uma filogenia, respectivamente. A primeira, a ontogenia, pensa a máquina a partir de sua abertura a um exterior, a um espaço, um ambiente que a produz e a condiciona, enquanto a segunda, a filogenia, a análise do processo de individuação parte de sua linhagem, das sucessivas gerações de uma máquina. Se tomarmos um violão como exemplo, para além de sua materialidade, ele é produzido na interface com a mão que o toca, o estilo musical, os outros instrumentos, a voz que canta, o caráter mercadológico ou não da música, enfim, com outras máquinas técnicas, diagramáticas, semióticas, sociais etc., mas também de uma gênese histórica que remonta, talvez, ao monocórdio da antiguidade.

O conceito de máquina permite, assim, pensar uma multiplicidade de componentes heterogêneos atravessados transversalmente por máquinas abstratas que dará ou não a eles "[...] uma existência, uma eficiência, uma potência de auto-afirmação ontológica" (Guattari, 2006, p. 46). Diz Guattari (2006, p. 51):

> É preciso considerar que existe uma essência maquínica que irá se encarnar em uma máquina técnica, mas igualmente no meio social, cognitivo, ligado a essa máquina – os conjuntos sociais são também máquinas, o corpo é máquina, há máquinas científicas, teóricas, informacionais. A máquina abstrata atravessa todos esses componentes heterogêneos, mas sobretudo ela os heterogeneíza fora de qualquer traço unificador e segundo um princípio de irreversibilidade, de singularidade e de necessidade.

Por fim, é importante tratar dos conceitos que Guattari (2006) se apropria de Umberto Maturana e Francisco Varela (1995). Trata-se dos conceitos de *máquinas alopoiéticas* e *máquinas autopoiéticas*. A diferença entre elas, apontada por Maturana e Varela, era que somente as segundas seriam capazes de produzir a si mesmas, enquanto as primeiras só produziriam algo diferente delas. Relacionaram, então, as primeiras às máquinas sociais e técnicas e as segundas aos seres vivos.

Para Guattari (2006), esse foi o equívoco que cometeram, pois, para ele, não há propriamente uma separação ontológica entre elas, ou entre seres vivos e máquinas. Na maneira como Guattari (2006) as entende, elas estão relacionadas de tal forma que se modificam mutuamente. As máquinas alopoiéticas penetram de tal forma no grupo das máquinas autopoiéticas que, da mesma forma que são transformadas por essas, também as transformam. Com isso, Guattari (2006) procura demonstrar que o humano é uma máquina, integrado a outras máquinas, sejam elas humanas, técnicas ou sociais.

São, portanto, nos agenciamentos que os produzem e aos quais eles pertencem, que se dão os objetos técnicos, sendo a máquina o resultado de certos agenciamentos, de condições específicas, que produzem e organizam um tipo de realidade. E aqui encontramos alguns elementos para pensarmos a pragmática de Guattari: a máquina não é constituída por universais que permitem compreendê-la, mas são os agenciamentos que permitem compreender a máquina.

Em sua obra *A geração superficial: o que a internet está fazendo com nossos cérebros*, Nicholas Carr (2011), ao descrever sua experiência com a internet, evoca o diagnóstico de McLuhan para alertar que além de fornecer o material para o pensamento, os meios moldam a maneira como pensamos. Após elogiar as inúmeras facilidades trazidas pela internet, reconhece que a sua capacidade de concentração e de contemplação já não são mais as mesmas. Referindo-se a Karp, afirma que o modo de pensar linear e focado está dando lugar a uma busca frenética

por informações “[...] em surtos curtos, desconexos, frequentemente superpostos — quanto mais rapidamente, melhor” (CARR, 2011, sem paginação).

> O computador, comecei a sentir, era mais do que apenas uma ferramenta que fazia o que eu lhe dizia para fazer. Era uma máquina, que, de um jeito sutil mas incontestável, exercia uma influência sobre mim. Quanto mais eu o usava, mais alterava o modo como eu trabalhava. No começo, eu achava impossível editar qualquer coisa na tela. Imprimia um documento, marcava-o com um lápis e digitava as revisões na versão digital. Então eu o imprimia novamente e fazia uma outra passada com o lápis. Às vezes eu refazia o ciclo uma dúzia de vezes por dia. Mas em determinado momento — e abruptamente — a minha rotina de editar mudou. Descobri que não conseguia mais escrever ou revisar qualquer coisa no papel. Sentia-me perdido sem a tecla Delete, a barra de rolar, sem as funções recortar e colar, sem o comando desfazer. Eu tinha que editar tudo na tela. Eu próprio havia me tornado um processador de texto (CARR, 2011, sem paginação).

Depois, diz Carr (2011), veio a internet, a internet 2.0 e a possibilidade de produção e divulgação de conteúdo e ele foi aderindo a todas a essas novidades, quando em 2007 notou a influência de tudo isso sobre ele. Além do tempo que passava em frente ao computador e das mudanças de hábitos provocadas pelos serviços fornecidos na web, notou que a sua capacidade de concentrar a atenção havia diminuído e, por outro lado, uma necessidade enorme de consumir informações mais e mais e, da mesma forma como o Word da Microsoft o transformou em “[...] um processador de texto de carne e osso, a internet, eu sentia, havia me transformado em algo como uma máquina de processamento de dados de alta velocidade, um HAL humano” (CARR, 2011, sem paginação).

Após descrever todo um percurso dos estudos sobre a neuroplasticidade, Carr (2011) informa que os resultados das pesquisas mais recentes revelam que a maneira como pensamos, sentimos e agimos não é totalmente determinada pelas experiências que tivemos na infância, mas, assim como já havia apontado Nietzsche sobre a sua experiência com a bola de escrever, tanto o nosso modo de vida como os instrumentos que utilizamos nos modifica, e isso, tanto em um sentido positivo de nosso cérebro ser capaz de produzir circuitos novos pelo exercício, como em um sentido negativo, de atrofia de circuitos pela negligência.

Assim, diz Carr (2011), os instrumentos que utilizamos modificam não apenas nossos hábitos. Como exemplo, o mapa, continua ele, não servem apenas para armazenar informações ou transmiti-las, mas também foi responsável pelo desenvolvimento do pensamento abstrato; também o relógio, uma vez que “[...] tenha redefinido o tempo como uma série de unidades de igual duração, nossas mentes começaram a enfatizar o trabalho mental da divisão e mensuração” (CARR, 2011, sem paginação).

Continuando a narrativa sobre como a relação com as novas tecnologias digitais nos afetam, Carr (2011) relata as experiências que Small e mais dois colegas realizaram em 2008.

Nessa pesquisa, observaram que o córtex dorsolateral pré-frontal eram ativados de forma mais intensa naqueles que usavam a internet com frequência em relação àqueles que não a utilizavam. Mas bastaram uma hora de pesquisa na internet durante cinco dias para que a mesma região do cérebro tenha sido ativada nos que não eram usuários habituais. Na medida que as pesquisas avançaram, descobriram que, embora essa região do cérebro, relacionada, por exemplo, com a tomada de decisão, tenha apresentado intensa atividade, a parte do cérebro relacionada a concentração, que são exigidas na leitura profunda, como a de livros, apresentaram atividades reduzidas, diminuindo, assim, a nossa capacidade de estabelecermos conexões mentais ricas.

A obra de Nicholas Carr é riquíssima de exemplos e citamos apenas uns poucos, mas o suficiente para ilustrar como nossa relação com os equipamentos tecnológicos alteram muito mais que os nossos hábitos. Não se trata apenas do tempo que dedicamos a eles, mas dos efeitos que produzem em nossa constituição física e fisiológica, neural, em nosso "funcionamento".

A máquina é, para Guattari (2006), o resultado de agenciamentos que produzem e organizam tipos de realidades. Portanto, os objetos técnicos se dão nos agenciamentos que os produzem, são os agenciamentos que permitem compreender a máquina e seus elementos.

Junto com a psicanálise, o capitalismo será alvo de críticas contundentes na obra que Guattari escreveu em conjunto com Gilles Deleuze, publicada nos anos seguintes a maio de 1968: *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Nela, Deleuze e Guattari (2004) realizam uma análise crítica das sociedades capitalistas e das categorias psicanalíticas visando a uma clínica capaz de libertar o desejo de sua condição alienada e reificada e possibilitar novas formas de subjetividade.

Portanto, trata-se, inicialmente, de reformular o conceito de desejo e do inconsciente, pois a psicanálise produz, nesse plano, o que o capitalismo produz no plano social. Dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 123): "[...] em vez de ser a repressão social que tem que ser compreendida a partir de um recalcamento familiar extensível à civilização, este último é que tem que ser compreendido em função de uma repressão inerente a uma dada forma de produção social". Uma abordagem bem diferente do inconsciente e do inconsciente e do desejo daquelas analisadas até aqui.

2.3 *O ANTI-ÉDIPO* E AS MÁQUINAS DESEJANTES

> O desejo faz constantemente a ligação de fluxos contínuos e de objectos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados. O desejo faz correr, corre e corta

(Deleuze; Guattari, 2004, p. 11).

O objetivo nesta seção é produzir um panorama da análise crítica da psicanálise realizada por Deleuze a Guattari. Irá se concentrar em dois textos, a saber: no IV ensaio de *Totem e tabu*, de Sigmund Freud (2012), intitulado *O retorno do totemismo na infância*, e no *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, de Deleuze e Guattari (2004), no qual será dedicada a atenção na crítica à condição de Édipo como elemento fundamental na estrutura psíquica humana, no inconsciente expressivo e no desejo como falta. De forma complementar, também irá recorrer a textos de estudiosos e comentadores dos autores citados, bem como a obra *As estruturas elementares do parentesco*, de Claude Lévi-Strauss (1982). Com isso, busca-se uma compreensão dos pontos criticados por Deleuze e Guattari.

2.3.1 Édipo na teoria freudiana

Os primeiros registros da associação feita por Freud entre os sentimentos incestuosos inconscientes e a personagem central da tragédia de Sófocles foram nas cartas enviadas a seu amigo e importante interlocutor, o médico cirurgião Wilhelm Fliess, como, por exemplo, o relato do sonho com Hella, menina a qual Freud (*apud* Masson, 1986) associa a sua filha Mathilde, no *rascunho N*, que acompanha a *carta 64*, datada em 31 de maio de 1897, e quando torna sua intuição mais explícita, na *carta 71* de 15 de outubro do mesmo ano, ao afirmar que todas as pessoas foram, "[...] um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada uma recua, horrorizada, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalcamento que separa seu estado infantil do estado atual" (Freud *apud* Masson, 1986, p. 273).

Ainda de modo não muito exaustivo, o tema será abordado na obra considerada o marco inaugural da psicanálise, *A interpretação dos sonhos*, de 1900, quando Freud (2019) relaciona o sonho com a morte de parentes com o mito grego; depois, em 1905, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, quando Freud (1996) trata do direcionamento da escolha do objeto de amor e a permanência, na criança, da fantasia em relação aos desejos inerentes à sexualidade infantil que não podem ser realizados; em 1910 aparece o termo "complexo de Édipo", em *Um tipo especial de escolha de objeto de escolha pelos homens*, artigo no qual Freud (1996b) apresenta o triângulo edipiano; nos anos de 1912-1913, em *Totem e tabu*, o tema ganha uma dimensão sociológica e cultural; nos anos de 1915-1916, nas *Conferências introdutórias sobre*

psicanálise, é determinada a idade dos 3 aos 6 anos como o período edipiano; em 1923, a teorização de Édipo ganha consistência em *Id e eu*; em *Psicologia de grupo e análise do ego* são apresentados os tipos de ligação com os objetos, que podem ser, segundo Freud (2011), de identificação ou eleição; desde 1925, o complexo de Édipo nas meninas é tematizado, sendo que em 1931 é publicado o artigo *Sexualidade feminina.*

De acordo com Moreira (2004), esse processo de teorização sobre Édipo "[...] realiza-se ao longo da obra freudiana num processo tortuoso que, em alguns momentos, parece enquadrar-se numa lógica linear e, em outros, aparece na figura do *aprèscoup*, da posterioridade (*Nachträglichkeit*)" (Moreira, 2004, p. 2019). Ainda, de acordo com a autora, é com a articulação entre os conceitos pulsão de morte e castração que o Édipo assumirá a condição de status fundamental na teoria psicanalítica freudiana.

O Édipo da teoria psicanalítica é, portanto, o resultado da combinação entre o que Freud observou nos processos de autoanálise, da interpretação dos sonhos, do comportamento das crianças e suas relações afetivas com os genitores, mas também do modo como as histórias que envolvem o incesto na literatura universal atraem a curiosidade humana, como *Hamlet*, de Shakespeare, e *Os irmãos Karamazov*, de Dostoiévski, além das pesquisas dos etnólogos e antropólogos, e a constatação, nos costumes de diferentes povos, dos mesmos tabus, das mesmas proibições relativas ao incesto, o que leva o fundador da psicanálise a intuir que a própria civilização é resultado da repressão violenta dessas inclinações incestuosas.

O estudo irá se concentrar, em especial, ao quarto ensaio da obra *Totem e* tabu, na qual Freud (2012) apresenta a sua hipótese da origem e da universalidade do tabu edípico. Ressalta-se que é exatamente a ideia de uma estrutura universalmente observada no psiquismo que será um dos alvos das mais duras críticas de Deleuze e Guattari em *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*.

Totem e tabu consagra a importância dada por Freud tanto à história pessoal de cada indivíduo como à relação do indivíduo com a espécie, pois para a psicanálise freudiana, a ontogênese recapitula a filogênese. De acordo com David-Ménard (2015), Freud parte da leitura de neurobiologistas, em especial, da lei da recapitulação de Ernst Haeckel, discípulo de Darwin, segundo a qual "[...] o desenvolvimento de um ser vivo repassa por certos momentos-chave da evolução, a qual teve por resultado a transformação das espécies" (David-Ménard, 2015, p. 105). Assim, a evolução no plano individual (ontogenia) repetiria, ou recapitularia, todo um processo de evolução da espécie (filogenia), de acordo com as leis da hereditariedade e de sua capacidade de adaptação.

Mezan (2005) nos lembra que o livro foi escrito como uma resposta a *Símbolos e*

transformações da libido, de Jung, "[...] a fim de mostrar que, nos antípodas do que pretende seu discípulo, não é a mitologia que explica a sexualidade, mas o contrário" (MEZAN, 2005, p. 317-318). Ou seja, mais do que aplicar a biologia evolucionária – muito influente na época – à psicanálise, o que Freud (2012) pretende, em *Totem e tabu*, é usar a psicanálise para jogar luz na história da espécie humana. De acordo com Mezan (2005, p. 360):

> Na obra freudiana, *Totem e tabu* representa o ponto de convergência de todo um período de investigações: são retomados elementos da neurose obsessiva (a ambivalência e os tabus), da psicose (projeção e narcisismo), da fobia (o sentido paterno do animal totêmico); as questões propostas têm como horizonte a função do pai, onipotente nessa temática; e o resultado do trabalho consiste em ancorar o complexo de Édipo não apenas nas fantasias dos neuróticos, mas no ponto de origem da civilização, fundando assim de modo mais amplo e seguro a afirmação de sua universalidade.

Assim, as análises do processo civilizatório se juntam à clínica individual nos estudos freudianos, ou seja, o sofrimento psíquico só poderia ser compreendido quando pensado considerando o próprio processo de constituição da civilização, pois este consiste exatamente na repressão violenta dos impulsos desejantes, na interdição das pulsões da libido; por outro lado, as descobertas da psicanálise permitiriam compreender melhor a gênese do processo civilizatório.

Já no início da obra, Freud (2012) faz referência a povos que, naquela época, ainda viviam de modo muito próximo ao homem primitivo, ou seja, descritos como "selvagem" ou "semi-selvagem" – visão que era então comum na antropologia. Em seguida, ele chama a atenção para os povos aborígenes australianos, que mesmo nessa condição, estabeleciam proibições rigorosas ao incesto, de modo que estas proibições apareciam como sendo o fator socializador preponderante. Nas palavras do fundador da psicanálise:

> Tanto por razões externas como internas, escolherei para essa comparação as tribos que foram descritas, pelos etnógrafos, como as mais atrasadas e miseráveis, as dos aborígenes do mais novo continente, a Austrália, que também em sua fauna conservou muito de arcaico e já desaparecido em outras partes (Freud, 2012, p. 11).

Diz Freud (2012, p. 12): "No lugar das instituições sociais religiosas que não têm, acha-se entre os australianos o sistema do totemismo". O totem, em geral, um animal, um vegetal, ou até mesmo um fenômeno da natureza, incorpora o antepassado capaz de protegê-los, mas também os punir, no caso de desrespeito às suas obrigações sagradas, sendo as principais delas o não matar e não se alimentar do animal totêmico e a exogamia, cuja inobservância será "[...] vingada energicamente por toda a tribo, como se fosse questão de afastar um perigo que ameaça toda a comunidade ou uma culpa que a oprime" (Freud, 2012, p. 13). É importante salientar que o parentesco entre esses povos australianos, como diz Freud (2012, p. 15), "[...] não indicam

necessariamente consanguinidade entre eles, como em nossa linguagem; indicam laços sociais, não físicos". Em síntese, diz Freud (2012, p. 109):

> Se buscarmos uma caracterização do totemismo original, penetrando por tudo que seria desenvolvimento ou abrandamento posterior, obteremos os seguintes traços essenciais: *Originalmente os totens eram apenas animais, eram tidos como os ancestrais dos diferentes clãs. O totem transmitia-se apenas pela linha materna; era proibido matar o totem* (ou comê-lo, o que é o mesmo para o homem primitivo); *era proibido aos membros do totem manter relações sexuais entre si*.

Após uma ampla discussão com autores de diferentes campos, Freud (2012) apresenta suas considerações sobre o tema:

> Se o animal totêmico é o pai, o teor dos dois principais mandamentos do totemismo — os dois preceitos que constituem seu núcleo, não matar o totem e não ter relações sexuais com uma mulher do totem — coincide com o dos dois crimes de Édipo, que matou o pai e tomou a mãe por esposa, e com os dois desejos primordiais da criança, desejos cuja repressão insuficiente ou cujo redespertar forma o núcleo de talvez todas as psiconeuroses (Freud, 2012, p. 132).

Dito isso, Freud (2012), a partir dos relatos de W. Robertson Smith sobre a *refeição totêmica*, irá lançar a sua famosa tese do assassinato do pai da horda primitiva. Relacionando a compreensão psicanalítica do banquete totêmico com as ideias lançadas por Darwin quanto à horda primeva, a intuição freudiana irá produzir a hipótese de os irmãos oprimidos pelo pai violento, que se apossa com exclusividade de todas as fêmeas do bando, se unirem para matá-lo e devorá-lo, satisfazendo seu ódio e identificando-se a ele; porém, a culpa pelo ato praticado faz com que o pai morto se torne ainda mais forte, fazendo com que aquelas proibições que antes vinham de um outro exterior sejam internalizadas, e como nenhum deles poderia assumir o lugar que até então pertencia ao pai, "[...] renunciavam simultaneamente às mulheres que desejavam, pelas quais haviam, antes de tudo, eliminado o pai" (Freud, 2012, p. 142). Para concluir, Freud (2012) afirma que "[...] no complexo de Édipo reúnem-se os começos da religião, moralidade, sociedade e arte, em plena concordância com a verificação psicanalítica de que esse complexo forma o núcleo de todas as neuroses, até onde elas foram acessíveis ao nosso entendimento" (Freud, 2012, p. 153)

De acordo com Mezan (2005), Freud não pretendia que a psicanálise fosse reduzida a uma especialização terapêutica, permitindo que seu movimento se espraiasse sobre a cultura, revelando os processos inconscientes nos mais diversos âmbitos da atividade humana, levando-o a questionar sobre a gênese dos valores morais e sua internalização por meio do processo de socialização, os fundamentos na religião e, por conseguinte, também a sua gênese. Nas palavras de Mezan (2005, p. 165): "Da sintomatologia das neuroses à origem da moral, da religião e da literatura, o campo da psicanálise 'aplicada' se amplia, exigindo então uma concepção

antropológica global, necessidade à qual vem responder *Totem e tabu*". É esta obra que irá abrir o caminho para as investigações sociológicas de Freud, como *Psicologia coletiva e análise do ego* e *O mal-estar na cultura*.

A hipótese do complexo de Édipo, ainda que elaborada de forma mais consistente tardiamente, sempre esteve presente no pensamento de Freud. É ele que estruturaria a libido e é pela sua travessia que aprenderíamos a desejar. É essa persistência no triângulo edipiano, a centralidade excessiva na noção de família, a universalização da família nuclear, esse familismo como engendrador da sociedade e da cultura, que enquadra todas as suas manifestações, tanto a arte, como a religião e a moral como herdeiras de Édipo, essa invenção da psicanálise que ela tenta impor a tudo e a todos, é a isso que Deleuze e Guattari (2010) irão direcionar muitas de suas críticas em *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia.*

2.3.2 Édipo e o inconsciente em *O Anti-Édipo*

Em *O Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari (2004) afirmam que o Édipo é a metafísica da psicanálise. Ao invés de determinar o local dos pais na produção desejante, a psicanálise faz exatamente o contrário: submete o desejo a essa lei; em vez de tomar Édipo como um delírio do pai, incrusta-o de forma inelutável nos filhos, mesmo reconhecendo que é o pai déspota que os condena. Para eles, Édipo tem a ver com poder, com dominação, e não com uma estrutura originária da psique humana. A proposta de uma crítica materialista visa denunciar seus paralogismos, permitindo encontrar um inconsciente transcendental.

Afinal, o social tem primazia sobre a família ou é a família que constitui a sociedade? Se para Freud, como vimos, é a família que constitui a sociedade, para Deleuze e Guattari (2004) o que ocorre é o oposto: "Ou não seria Édipo uma exigência ou uma consequência da reprodução social, enquanto esta pretende domesticar uma matéria e uma forma genealógicas que lhe escapam por todos os lados?" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 18-19).

A resposta, para eles, diferente do que pretende demonstrar Freud (2004) em *Totem e tabu*, é que não é Édipo que cria a sociedade, ele é produto da sociedade, um produto de um determinado momento, que surge em razão de determinadas configurações dos fluxos desejantes. Portanto, a primazia é do social, é a sociedade que tem como compromisso central de ser um mecanismo de controle do desejo, é ela que tem como problema central "[...] codificar os fluxos do desejo, inscrevê-los, registrá-los, fazer que nenhum fluxo corra sem ser rolhado, canalizado, regulado" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 37).

É, então, a repressão social (territorial, despótica, produtiva) que engendra formas de controle dos desejos e, nessa perspectiva, Édipo nem cria a sociedade e a cultura, como também não é uma estrutura psíquica transcendental. Ele nasce do isolamento da família nuclear e, portanto, é algo típico da sociedade capitalista, que atribui à família a função de produzir indivíduos neuróticos, submissos, produtivos. O que Freud teria diagnosticado não seria uma estrutura universal da psique humana, mas a estrutura da psique do indivíduo burguês.

Recorrendo à obra *Estruturas elementares do parentesco*, de Claude Lévi-Strauss (1982), Deleuze e Guattari (2004) defendem que a sociedade começa como um sistema de trocas. Para o antropólogo, se não há sociedade que não regulamente as relações sexuais, já que todas produzem códigos matrimoniais, estes, porém, resultam da necessidade de se estabelecer alianças entre os grupos. Tal afirmação resulta de uma análise que tem como ponto de partida a distinção entre natureza e cultura e um esforço no sentido de explorar a passagem da natureza para a cultura, o que se daria com o estabelecimento de regras onde a natureza se absteve de estabelecer. Nas palavras de Lévi-Strauss (1982, p. 47): "[...] tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo quanto está ligado a uma norma pertence à cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular".

Para Lévi-Strauss (1982), o tabu do incesto é sim o nascimento da cultura, mas não no sentido freudiano de culpa, do assassinato do déspota, do ódio e depois arrependimento, o que leva a interdição das fêmeas do bando e dá origem à exogamia, que mesmo sendo universalmente observável, trata-se de uma lei social, cultural, tais regras mudam de cultura para cultura. Nas palavras do antropólogo francês:

> Porque a proibição do incesto apresenta, sem o menor equívoco e indissoluvelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem uma regra, mas uma regra que, única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade (Lévi-Strauss, 1982, p. 47).

Lévi-Strauss (1982) não restringe o incesto a proibição do casamento com parentes próximos; o incesto é qualquer relação proibida em uma sociedade, ainda que não haja relação de parentesco. O sentido do termo é então alargado e vinculado a todos os códigos matrimoniais, que estabelecem quais fêmeas podem ser desposadas e quais não podem. O incesto, para Lévi-Strauss (1982), é a fronteira entre natureza e cultura. Mas diferente do que pensava Freud, não se trata de interdições relativas ao parentesco, pois entre egípcios, incas, havaianos etc., a relação entre irmãos era não somente tolerada, mas muitas vezes estimulada, principalmente entre reis e grupos de status elevado, não tendo qualquer relação com consanguinidade. Portanto, Lévi-Strauss (1982) já pensa o tabu do incesto fora do familismo e

do triângulo edipiano.

A hipótese de Lévi-Strauss (1982) é que o que está na base é a necessidade de se estabelecer alianças, de se ligar a outros grupos para superar as dificuldades naturais e de se fortalecer; isso que leva a proibição das relações endógamas, ou seja, a regulamentação do matrimônio é que inaugura a proibição do incesto e a cultura. Diz Lévi-Strauss (1982, p. 107): "Existe uma transição contínua da guerra às trocas e das trocas aos intercasamentos. E a troca das noivas é apenas o termo de um processo ininterrupto de dons recíprocos, que realiza a passagem da hostilidade à aliança, da angústia à confiança, do medo à amizade".

Diferentemente do que defende a psicanálise, para quem o incesto é a maior inclinação da libido e suscetível das maiores punições, para Lévi-Strauss (1982) há sempre uma reciprocidade: as fêmeas de um grupo são cedidas sob a condição de que o grupo que as cedeu receba também, as fêmeas do outro grupo.

Na mesma linha, Deleuze e Guattari (2004) também refutarão Édipo como uma lei psicológica para pensá-lo como uma prática social baseada na troca, que num primeiro momento era a troca de mulheres e crianças. O que há, para Deleuze e Guattari (2004) é a centralidade do social estabelecendo regras para disciplinar as relações do desejo, para viabilizar a sociedade como relação de trocas, primeiro, familiares, depois de alimentos. Para eles, o incesto é até mesmo impossível:

> Mas o que é que queremos dizer com isto, que o incesto é impossível? Não será possível dormir com a irmã ou a mãe? E como é que se pode renunciar ao batido argumento que afirma que tal tem de ser possível visto que é proibido? O problema não está, de facto, aqui. A possibilidade do incesto exigiria não só as pessoas como também os nomes, filho, irmã, mãe, irmão, pai. Ora, no acto do incesto podemos distinguir as pessoas mas elas perdem o seu nome na medida em que estes nomes são inseparáveis da proibição que interdita a sua ligação; ou então subsistem os nomes, que apenas designam estados intensivos pré-pessoais, que, até podem "estender-se" a outras pessoas, como quando se chama mamã à mulher legítima, ou irmã à esposa. É neste sentido que dizemos que se está sempre aquém ou além. (Deleuze; Guattari, 2004 p. 167)

Se em Freud a libido tem uma tendência a relações incestuosas e a interdição dessa tendência seria a causa de todas as neuroses, para Deleuze e Guattari (2004) não pode haver incesto antes de todo um sistema linguístico, antes do estabelecimento de noções relacionais, de todo um código parental estruturado que defina o que é mãe, pai etc. O código surge exatamente para definir o que é permitido e proibido, para interditar fêmeas. Por isso que o incesto é impossível, a não ser como transgressão.

O problema, dizem Deleuze e Guattari (2004), é que Freud, ao edipianizar o desejo, coloca também a exigência da castração, responsável por interromper o complexo de Édipo no menino e estabelece o desejo lícito, subordinando, dessa forma, o desejo a uma força

ameaçadora externa. Como a edipianização, a castração é introjetada no inconsciente, produzindo uma reafirmação constante do predomínio da autoridade social sobre o indivíduo, de uma autoridade que o oprime, mas que depende, ao mesmo tempo, de uma aceitação, uma subordinação. Aí estaria a razão de nossa submissão e docilidade: é o autoritarismo social que engendra édipo. Daí a servidão voluntária: ingressamos nesse universo simbólico pela submissão. Não se trada de negar Édipo, dizem eles:

> O que negamos é que sejam produções do inconsciente. Mais, a castração e a edipianização produzem uma ilusão fundamental que nos faz crer que a produção desejante real depende das altas formações que a integram, que a submetem a leis transcendentes e a obrigam a servir uma produção social e cultural superior: aparece então uma espécie de "descolagem" do campo social em relação à produção de desejo, em nome da qual todas as resignações estão antecipadamente justificadas. (Deleuze; Guattari, 2004, p. 77).

É daí que concluem que é preciso esquizofrenizar a psicanálise, ou seja, remover todo o teor majoritariamente neurótico, para torná-la esquizofrênica e, assim, liberar o fluxo do desejo; se o neurótico renuncia às pulsões do *id* com vista a uma adaptação, o psicótico sacrifica a realidade externa em nome das pulsões do *id*. A sociedade e a família precisam codificar o desejo para servir aos interesses sociais e econômicos, e, nessa axiomática social, o louco aparece como um transgressor desse sistema de normas que visam a controlar a produção desejante.

Todo desejo é revolucionário, dizem Deleuze e Guattari (2004). Não que o desejo queira a revolução. Ele é, em si mesmo, revolucionário. É a partir disso que afirma que se uma forma social edipianizada é paranoica, uma sociedade esquizofrênica é libertadora do jugo de Édipo. Se a psicanálise visa normatizar, a esquizoanálise respeita a singularidade dos fluxos desejantes.

O complexo de Édipo é, então, refutado como universal e afirmado como restrito a uma estrutura social, ou seja, ao capitalismo e a família nuclear burguesa. É importante ressaltar que Deleuze e Guattari não entendem por capitalismo o sistema moderno, sendo este o coroamento de todo um processo; sua gênese se encontraria nas trocas matrimoniais de crianças, de mulheres, nas sociedades ditas primitivas.

Com isso, Deleuze e Guattari (2004) rompem de modo decisivo com duas teses freudianas: se para Freud o inconsciente seria expressivo, representante da pulsão, dos afetos, para Deleuze e Guattari o inconsciente é produtivo, ele cria a realidade, faz advir o novo, é criativo, ligado ao devir; a realidade é sempre produtividade. Atrelado à noção de plano de imanência, o inconsciente, diferente do que havia teorizado Freud, é coextensivo ao campo sócio-histórico, entendido como constituído por fluxos livres, não codificados e, portanto, desvinculado de qualquer elemento organizador, seja ele o sujeito ou o desejo.

Ao invés de causa, Édipo é apresentado como resultado, o efeito do modo como o capitalismo organiza a produção social e desejante; sua relação com o inconsciente é de repressão e não de produção, que possível apenas às máquinas desejantes. O inconsciente, na psicanálise, é, portanto, meramente expressivo, representativo, incapaz de captar a produção incessante, e tomado por um funcionamento mecânico, quando é maquínico.

> A grande descoberta da psicanálise foi a da produção desejante, a das produções do inconsciente. Mas, com o Édipo, essa descoberta foi rapidamente ocultada por um novo idealismo: substituiu-se um inconsciente como fábrica por um teatro antigo; substituíram-se as unidades de produção inconsciente pela representação; substituiu-se um inconsciente produtivo por um inconsciente expressivo (o mito, a tragédia, o sonho...). (Deleuze; Guattari, 2004, p.28).

A concepção produtiva do inconsciente colide frontalmente com a concepção do desejo como falta. Em vez de pensar o desejo como falta, como negatividade, Deleuze e Guattari (2004) o pensam como positividade, plenitude. “Nada falta ao desejo, não lhe falta o seu objeto”, dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 31), para logo em seguida afirmar: “Não é o desejo que se apoia nas necessidades, mas, ao contrário, são as necessidades que derivam do desejo: são contraprodutos no real que o desejo produz” (Deleuze; Guattari, 2004, p. 31).

Para Freud (2019), o desejo é derivado das necessidades biológicas, da experiência das faltas. É por isso que ele entende o sonho como a realização disfarçada de um desejo que foi suprimido ou reprimido, a realização de desejos inconscientes que se satisfaz pela alucinação, pela fantasia, uma satisfação, portanto, alucinatória do desejo, de modo substitutivo. Daí o fato de ele ter sempre um conteúdo manifesto, ou seja, o sonho tal como se apresenta para aquele que o sonhou, e um conteúdo latente, um conjunto de significados obtidos pela análise.

Para Deleuze e Guattari (2004), existe em Freud um triplo erro na concepção de desejo: “[...] a falta, a lei e o Significante” (Deleuze; Guattari, 2004, p. 116). Ao conceber o desejo como falta, Freud marcará a sexualidade pelo negativo e o próprio prazer como experiência da falta. O desejo tomado como lei é organizado segundo a lei de Édipo, funcionando como uma estrutura transcendental, pertence a toda a subjetividade humana, organizadora de todo desejo. Por fim, pensar o desejo como um significante oriundo do inconsciente, cujo sentido escaparia do consciente, impede de pensá-lo como produtividade que atravessa consciente e inconsciente.

A maneira como Deleuze e Guattari (2004) pensam o desejo é como um querer pleno, pois o que se quer não é o que não se tem, mas plenitude, positividade, àquilo que nos torna o que somos. Além do mais, haveria uma incongruência na concepção freudiana de desejo como descarga: como o desejo pode ser, ao mesmo tempo, um princípio psicológico relacionado a um alívio de uma tensão de energia ao mesmo tempo em que é negatividade? O prazer como

descarga só existe no plano dos efeitos, enquanto o princípio se dá no plano das causas.

Assim, se quisermos produzir uma concepção revolucionária do desejo, dizem Deleuze e Guattari (2004), devemos romper com a psicanálise, que, para eles, é marcada pelo conservadorismo de seu fundador, muito mais preocupado em manter as estruturas das sociedades do que transformá-la, já que aprisionado no familismo e no complexo de Édipo.

Para os pensadores franceses, o que a psicanálise fez foi completar o que iniciou a psiquiatria do século XIX, tal como já havia denunciado Michel Foucault em *História da Loucura na Idade Clássica*, ou seja, "[...] em vez de participar de um empreendimento de efectiva libertação, a psicanálise participa na obra mais geral da repressão burguesa, aquela que consistiu em manter a humanidade europeia sob o jugo do papá-mamã, *e acabar de vez com esse problema*" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 52).

A psicanálise é vista como um sistema ideológico que visa perpetuar as estruturas da sociedade capitalista. Retirada de seu contexto próprio e tematizada em suas relações com a economia, Deleuze e Guattari (2004) revelam como ilusório todo o caráter revolucionário que aparentava ter em razão de sua influência nos movimentos de liberação sexual e movimento hippie, por exemplo. O que procuram demostrar é que a psicanálise é sim um dispositivo de controle, de caráter conservador, com sua concepção normativa da função sexual que categoriza como patológico, como perversões, tudo o que desvia de sua noção de normalidade e que conduz a um conservadorismo, que vincula sexualidade apenas à reprodução.

Se em Freud temos a primazia da família sobre o social, para Deleuze e Guattari a primazia é do social, pois é a sociedade que tem como compromisso central de ser um mecanismo de controle do desejo, que codificar os fluxos do desejo, sendo Édipo não uma estrutura universal da psique humana, mas a estrutura da psique do indivíduo burguês, que tem a função de codificar o desejo para servir aos interesses sociais e econômicos.

O inconsciente, de acordo com Deleuze e Guattari (2004) não é expressivo; ele cria a realidade e é coextensivo ao campo sócio-histórico. O desejo é desvinculado de qualquer elemento organizador.

O inconsciente é produtivo, maquínico, como o desejo, a quem nada falta. É por isso que Deleuze e Guattari (2004) dedicam boa parte de *O anti-Édipo* na análise das sínteses passivas do inconsciente, pois é na sua compreensão que se dá o processo de individuação, a atualização do virtual.

O primeiro capítulo de *O Anti-Édipo* é dedicado às máquinas desejantes. Logo no parágrafo inicial eles afirmam que tudo é máquina, "[...] e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com as suas ligações e conexões" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 7). Máquinas técnicas,

máquinas mecânicas, máquinas sociais, máquina corpo, máquinas desejantes etc., cada uma delas individuada em relação a um espaço e um tempo, máquinas abertas a seu exterior e à sua história, sempre conectadas ao seu ambiente, acopladas a outras máquinas.

O uso da expressão *tudo é* indica que tal proposição é de caráter ontológico, ou seja, o ser é entendido como uno, não havendo diferenças de natureza entre as partes: tudo é o mesmo. Máquinas é o que esse tudo é, seja ele uma máquina técnica, um humano ou a natureza; ou, máquinas técnicas, humano e natureza são produtos de máquinas. Nas palavras de Deleuze e Guattari (2004, p. 8): "Já não há nem homem nem natureza, mas unicamente um processo que os produz um no outro, e liga as máquinas. Há por todo o lado máquinas produtoras ou desejantes, máquinas esquizofrénicas, toda a vida genérica: eu e não-eu, exterior e interior, já nada querem dizer".

E não há algo ou alguém que opere as máquinas, não há um *fora*, um sujeito anterior que as criaram ou que determine seu funcionamento: o *antes* é a própria atividade. São as máquinas que criam máquinas que, por sua vez, criarão outras máquinas. Então, também, não há um objeto das máquinas. Máquinas se conectam, produzem fluxos, que serão cortados por outras máquinas que produzirá novos fluxos que serão cortados por outras máquinas. O que há é processo, movimento, fluxo, devir.

Máquinas se conectam a outras máquinas e formam novas máquinas. O fluxo de energia química lançado no sistema nervoso é cortado pelo músculo, que produz um fluxo de energia mecânica, o movimento do dedo que toca as cordas de uma guitarra e as faz vibrar e produzir um fluxo de ondas nas cordas, fluxo que os captadores cortam e produzem um fluxo de correntes elétricas, correntes que serão cortadas pelos autofalantes, que produzirão um fluxo de ondas sonoras, fluxo esse que chegará aos ouvidos, e por ele será cortado, dando continuidade ao processo. Ou seja, "[...] há sempre uma máquina produtora de um fluxo e uma outra que se lhe une, realizando um corte, uma extracção de fluxos" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 11).

O desejo também é pensado como máquina, como maquinação, como conexão de máquinas. O desejo, portanto, não é entendido como uma substância, uma coisa, mas como processo e, como máquina, não há um sujeito e um objeto do desejo, já que não há sujeito antes das máquinas, não havendo, também, metas ou finalidades, mas movimento, produção.

A máquina desejante produz produção, corta e produz mais fluxos, corta e conecta ações e paixões, "[...] são máquinas binárias, de regra binária ou regime associativo; uma máquina está sempre ligada a outra. A síntese produtiva, a produção de produção, tem uma forma conectiva: 'e', 'e depois'..." (Deleuze; Guattari, 2004, p. 11). E a produção nunca se esgota no consumo, pois toda produção é consumo e todo consumo é produção. Produção só produz

produção, processo esse que revela a imanência da produção, seja ela natural, humana, psíquica, social, industrial. Trata-se sempre de produção desejante, ainda que experienciadas empiricamente de modos diferentes, em razão da diferença de uso ou regime (Deleuze; Guattari, 2004).

Na síntese conectiva, ou síntese de produção, não há um fim ou uma finalidade, mas movimento infinito, fluxos que são cortados, e só na medida que são cortados se dão a conhecer. Corte não como descontinuidade, mas como fusão entre corte e conexão em movimento contínuo. Toda máquina, dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 39) [...] está, em primeiro lugar, em relação com um fluxo material contínuo (*hylê*) que ela corta. Funciona como uma máquina de cortar presunto: os cortes fazem extracções do fluxo associativo". O *hylê* seria a ideia que fazemos de uma continuidade entre um fluxo material que se associam aos nossos órgãos sensoriais e, como resultado de cortes são sempre, portanto, fragmentários e fragmentados.

A síntese conectiva é esse fluxo que é cortado e a repetição desse corte envolve maior consistência e tende a repetição. Deleuze e Guattari (2004) chama a esse fragmento do *hylê* produzido por meio das sínteses conectivas de *objetos parciais*, tomando a expressão de Melanie Klein. Porém, consideram que Klein "[...] julga-os do ponto de vista do consumo, e não de uma produção real" (Deleuze; Guattari, 2004, p.47). Trata-se, segundo eles, de uma concepção idealista do objeto parcial e propõe pensá-los como uma parte que não remete a um todo. Nosso inconsciente é assim povoado por objetos parciais – fragmentos do *hylê*, o qual não temos acesso senão por meio desses fragmentos – nunca totalizáveis, que constituem as peças, as engrenagens de funcionamento das máquinas desejantes.

Por isso, os objetos parciais não são, para Deleuze e Guattari (2004, p. 48), "[...] representantes das personagens familiares, nem suportes de relações familiares; são peças das máquinas desejantes, remetem para um processo e relações de produção irredutíveis e primeiros em relação ao que se deixa registar na figura do Édipo". Os desejos, com isso, são, antes de qualquer coisa, processos conectivos.

Se trata, portanto, de um processo de produção imanente no qual produção e produto mantêm identidade de natureza. Esse processo de produção produz também uma superfície na qual será inscrita todo o processo produtivo, onde o corte-fluxo é registrado, formando um *código*, "[...] inseparável, não só do seu registo e da sua transmissão nas diferentes regiões do corpo, como também do registro de cada uma das regiões nas suas relações com as outras (Deleuze; Guattari, 2004, p. 41).

É aqui que, em *O Anti-Édipo*, ganha relevância o conceito de *corpo sem órgãos*, tomado de Antonin Artaud, e que será pensado, como veremos, por uma outra perspectiva em *Mil*

Platôs. O corpo sem órgãos é a superfície vazia, sem partes ou funções, sem profundidade ou diferenciação, "[...] o corpo pleno sem órgãos é anti-produção; mas é ainda uma característica da síntese conectiva ou produtiva acoplar a produção à anti-produção a um elemento de anti-produção" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 14).

A conexão de máquinas desejantes produz o corpo sem órgãos, que é a superfície onde se dá tais conexões. É por isso que o corpo sem órgãos não tem intensidade, é por isso que é improdutivo, consistindo na superfície de registro dos processos de produção do desejo. "E é mesmo isto o que a máquina paranóica significa, a acção violenta das máquinas desejantes sobre o corpo sem órgãos e a reacção repulsiva do corpo sem órgãos que as sente globalmente como um aparelho de perseguição (Deleuze; Guattari, 2004, p. 14). Se o nomadismo do esquizofrênico persegue as máquinas desejantes, o paranoico as repele.

Isso sobre o qual se dá as sínteses conectivas é o "[...] corpo sem órgãos, o improdutivo, o inconsumível, serve de superfície para o registro de qualquer processo de produção do desejo, de modo que as máquinas desejantes parecem emanar dele no movimento objectivo aparente em que se relacionam com ele" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 16). O corpo sem órgãos não é um conceito, mas uma prática. Antes de sermos um organismo formado por olhos, ouvidos, nariz, boca, mãos, somos aquilo que é afetado, que sente e que experimenta. Isso fica mais claro em *Mil Platôs*:

> De todo modo você tem um (ou vários), não porque ele pré-exista ou seja dado inteiramente feito – se bem que sob certos aspectos ele pré-exista – mas de todo modo você faz um, não pode desejar sem fazê-lo – e ele espera por você, é um exercício, uma experimentação inevitável, já feita no momento em que você a empreende, não ainda efetuada se você não a começou. Não é tranqüilizador, porque você pode falhar. Ou às vezes pode ser aterrorizante, conduzi-lo à morte. Ele é não-desejo, mas também desejo (Deleuze; Guattari, 1996, p. 10).

É ele o reino das sínteses disjuntivas de registro. Os objetos parciais se distribuem sobre o corpo sem órgãos e essas distribuições formam *cadeias* que unem os objetos parciais ao corpo sem órgãos. É esse processo, o das sínteses disjuntivas inclusivas que canalizam e codificam os fluxos, formando blocos, *tijolos* disjuntivos. Como as sínteses disjuntivas aqui são inclusivas, tudo é possível. Assim, dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 41), "[os] registos, as informações e as transmissões formam todo um quadriculado de disjunções, de um tipo diferente do das conexões precedentes".

O corpo sem órgãos é isso no qual se dão as conexões. Então, os elementos das máquinas desejantes são órgãos que cortam e produzem produção e antiprodução, é a superfície onde a produção de produção ou antiprodução é registrada. No corpo sem órgãos o operador é o "ou". Ele produz uma síntese disjuntiva, que pode ser inclusiva, mas também pode ser exclusiva. É

nas sínteses disjuntivas de registro que as sínteses conectivas de produção são ocultadas. Dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 18):

> A síntese disjuntiva de registro oculta, portanto, as sínteses conectivas de produção. O processo como processo de produção prolonga-se num método como método de inscrição. Ou antes, se chamarmos *libido* ao 'trabalho' conectivo da produção desejante, devemos dizer que uma parte dessa energia se transforma em energia de inscrição disjuntiva (*Numen*). Transformação energética. Mas porque chamar divina, ou Numen, à nova forma de energia apesar de todos os equívocos levantados por um problema do inconsciente que só na aparência é religioso? O corpo sem órgãos não é Deus, antes pelo contrário. Mas a energia que o percorre é divina, quando ele atrai a si toda a produção e lhe serve de superfície encantada miraculante, inscrevendo-a em todas as suas disjunções.

Para Deleuze e Guattari (2004, p. 15) "[...] o socius como corpo pleno forma uma superfície onde toda a produção se registra e parece emanar da superfície de registro". Ou seja, no corpo sem órgãos é registrada a produção do desejo, onde o processo é codificado, onde emerge a significação, o que dá a impressão de que as máquinas desejantes brotem do corpo sem órgãos. É nisso que consiste a atuação das máquinas miraculantes, esse milagre, essa ilusão do improdutivo ser o produtor.

Na sociedade capitalística, o capital é o corpo sem órgão, o improdutivo no qual a produção do trabalho – o trabalho como máquina produtiva – é registrada, codificada, fazendo com que o valor do trabalho e da produção sejam determinados pelo capital. Recorrendo ao conceito de mais-valia relativa de Marx, segundo o qual os lucros podem ser ampliados com o aumento da produtividade, Deleuze e Guattari (2004) ilustram como parece ser o capital e não o trabalho que produz o capital. O capital aparece como produtivo em si mesmo, como por milagre, ocultando os processos reais de produção.

No processo de registro, nas sínteses disjuntivas, Édipo age exatamente como o capital, ao substituir o processo de produção pela representação e pela expressão. Se Freud, dizem Deleuze e Guattari (2004), enfocou, pela primeira vez, o caráter produtivo e do inconsciente, ao introduzir Édipo como mecanismo universal da psique, a psicanálise acaba por substituir "[...] o inconsciente como fábrica por um teatro antigo; substituíram-se as unidades de produção inconsciente pela representação; substituiu-se um inconsciente produtivo por um inconsciente expressivo (o mito, a tragédia, o sonho ...)" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 28). Como expressão, apresenta um significado separado do processo real e oposto à produção.

Nessa forma de registro, o operador lógico *ou* é utilizado em sua forma *exclusiva*. Dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 79): "O que é característico do registo edipiano é a introdução de uma utilização exclusiva, limitativa, negativa, da síntese disjuntiva". Tal utilização é oposta ao *ou* em sua forma *inclusiva*, quando "[...] a disjunção não se fecha sobre os seus termos, mas

pelo contrário, é ilimitativa" (Deleuze; Guattari, p. 80). Enquanto no primeiro caso se é homem ou mulher, no sentido de um ou outro, no segundo se pode ser homem ou mulher, os dois ao mesmo tempo.

Além da síntese conectiva de produção de produção, da síntese disjuntiva inclusiva de registro, há a síntese conjuntiva de consumo – importante ressaltar que não se trata de processos sucessivos, mas concomitantes, já que toda produção já é consumo. O sujeito é o resultado desse processo, que emerge como uma peça não integrada, mas ao lado das máquinas desejantes, como um *resto*, um *resíduo* (Deleuze; Guattari, 2004). O processo de subjetivação é o consumo desses resíduos.

A maneira como somos afetados, como sentimos, depende, então, de todo esse processo, mas não como um *eu* pessoal, individual, uma identidade, mas como consumo de intensidades. Nas palavras de Deleuze e Guattari (2004, p. 93):

> Tal como não há um eu no centro, também no contorno não há pessoas. Apenas uma série de singularidades na rede disjuntiva, ou de estados intensivos no tecido conjuntivo, e um sujeito transposicional por todo o círculo, passando por todos os estados, vencendo uns como se fossem inimigos, apreciando outros como seus aliados, recolhendo em todo o lado o fraudulento prémio das suas transformações.

É por isso que na dissolução do *eu* que o desejo se torna verdadeiramente produtivo, liberto das máquinas desejantes molares, repressivas. É nesse sentido que "[o] desejo é esse conjunto de *sínteses passivas* que maquinam os objectos parciais, os fluxos e os corpos, e que funciona como unidades de produção" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 31).

Se a proposta de Immanuel Kant era, com sua filosofia transcendental, buscar os critérios imanentes ao conhecimento e assim denunciar a metafísica e suas conexões necessárias e causas últimas, para Deleuze e Guattari (2004, p. 78):

> [...] a psicanálise também tem a sua metafísica, isto é, o Édipo. E que uma revolução, agora materialista, tem que passar pela crítica do Édipo, denunciando o uso ilegítimo das sínteses do inconsciente que a psicanálise edipiana faz, de modo a encontrar um inconsciente transcendental definido pela imanência dos seus critérios, e uma prática correspondente como esquizo-análise"

Dessa forma, para Deleuze e Guattari (2004) a psicanálise reintroduz a transcendência com Édipo. Portanto, assim como dizia Kant, os pensadores franceses se colocam como tarefa identificar os paralogismos que produzem essa reintrodução. O primeiro deles é o *paralogismo da extrapolação*, que, conforme dito anteriormente sobre Melanie Klein, supõe uma totalidade, um *Todo* do qual os objetos parciais seriam extraídos. É daí que resultaria a ideia de que algo falta ao desejo, a formação do triângulo edípico – nas pessoas do pai, da mãe e do eu falta o Todo –, fazendo da Lei o modo de preenchimento da falta, além de distanciar o desejo do campo

social. O segundo paralogismo é o *paralogismo do double-bind*, um duplo impasse, que faz com que a síntese disjuntiva inclusiva passe a ser exclusiva, aprisionando o desejo em uma escolha excludente, ela mesmo excludente: ser excludente ou cair na indeterminação.

É esse duplo impasse que leva à reprodução de Édipo: o *eu* se vê no impasse de se determinar como homem *ou* como mulher em relação ao pai *ou* à mãe, ao mesmo tempo na disjunção pai *e* filho, levando-o a interiorizar a disjunção exclusiva sob o risco de cair na indeterminação. A disjunção exclusiva se torna *estrutura*, um sistema fechado de oposições. O terceiro paralogismo é o *paralogismo da aplicação*, quando o sujeito se produz pelo triângulo edípico e não mais pela reconciliação entre as máquinas e o corpo sem órgãos. O quarto é o *paralogismo do deslocamento*, quando a lei culpabiliza o inconsciente por uma ficção, atribuindo a existência de um desejo fictício, ou seja, se o incesto é proibido é porque o próprio desejo é incestuoso. Por fim, o *paralogismo do depois*, que considera os fatores atuais como aquilo que sucede o complexo de Édipo, como a estrutura original da própria da estrutura psíquica.

2.4 SUJEIÇÃO SOCIAL E SERVIDÃO MAQUÍNICA

Em *7000 A.C. – Aparelho de captura*, Deleuze e Guattari (1997), distinguem dois modos pelos quais se dão a produção da subjetividade na sociedade capitalística: *servidão social* e *servidão maquínica*:

> Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e a direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito que se reporta a um objeto tornado exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário..., ele é sujeitado à máquina, e não mais submetido *pela* máquina (Deleuze; Guattari, 1997, p. 156).

A servidão maquínica, dizem Deleuze e Guattari (1997), não se confunde com a escravidão privada ou a servidão feudal; nelas há sujeição. Na servidão maquínica, humanos e não-humanos se reúnem sem distinção de natureza como peças de uma megamáquina, segundo designação de Lewis Mumford, ao se referir aos impérios arcaicos. Essa máquina a que humanos e não-humanos estão dispostos como engrenagens também não se confunde com as máquinas técnicas, em relação às quais os homens aparecem como usuários sujeitados. Na servidão maquínica não se usa a máquina; nela, humanos e máquinas técnicas se comunicam uns com os outros.

Para Guattari (2006), ao assistirmos televisão, existimos em uma espécie de cruzamento:

> 1. de uma fascinação perceptiva pelo foco luminoso do aparelho que confina ao hipnotismo; 2. de uma relação de captura com o conteúdo narrativo da emissão, associada a uma vigilância lateral acerca dos acontecimentos circundantes (a água que ferve no fogo, um grito de criança, o telefone...); 3. de um mundo de fantasmas que habitam meu devaneio... meu sentimento de identidade é assim assediado por diferentes direções (Guattari, 2006, p. 28).

A servidão maquínica envolve semiótica a-significante. Com o conceito de agenciamento, novas possibilidades de investigação se abriram para Guattari, em especial para sua semiótica. O conceito de máquina abstrata também terá grande importância, pois permite compreender como os agenciamentos atuam, pela dupla articulação entre conteúdo e expressão, na produção de substâncias imprimindo uma forma à matéria. A máquina abstrata conecta estados de signos e estados de coisas, por isso é diagramática, sendo o diagrama pensado antes como ação do que como representação. Dizem Deleuze e Guattari (1997, p. 100):

> Uma máquina abstrata em si não é mais física ou corpórea do que semiótica, ela é diagramática (ignora ainda mais a distinção do artificial e do natural). Opera por matéria, e não por substância; por função, e não por forma. As substâncias, as formas, são de expressão "ou" de conteúdo. Mas as funções não estão já formadas "semioticamente", e as matérias não estão ainda "fisicamente" formadas. A máquina abstrata é a pura Função-Matéria — o diagrama, independentemente das formas e das substâncias, das expressões e dos conteúdos que irá repartir.

Muitas das características do diagrama haviam sido tratadas por Michel Foucault em sua análise do *panóptico*, um tipo de arquitetura prisional pensada por Jeremy Bentham. Para Foucault, panóptico é o diagrama das sociedades disciplinares. De acordo com Deleuze e Guattari (1997 [MP2], p. 99), os "[...] agenciamentos coletivos (escola, exército, fábrica, asilo, prisão etc.) consistem apenas em graus ou singularidades em um 'diagrama' abstrato, que comporta unicamente por sua conta matéria e função (multiplicidade humana qualquer a ser controlada)".

As máquinas abstratas se inscrevem em um plano de imanência. O plano de imanência estaria para as máquinas abstratas e diagramas assim como o corpo sem órgãos estaria para as máquinas desejantes. Mas, afinal, questionam Deleuze e Guattari (1997b [MP5], p. 223): é "[...] o plano de consistência que constitui os corpos sem órgãos, ou são os corpos sem órgãos que compõem o plano? O corpo sem órgãos e o Plano são a mesma coisa? De qualquer maneira, o que compõe e o composto têm a mesma potência". De acordo com Guattari (2013 [LF], p.196, tradução nossa)[46],

[46] No original: "La máquina abstracta «materializa», si se puede decir así, una triple posibilidad:
- o bien su propia disociación y el retorno a la «anarquía» de los índices maquínicos;
- o bien una estratificación relativamente desterritorializada por petrificación bajo forma de abstracción mediante la puesta en juego de uma semiología significativa;

> A máquina abstrata "materializa", se assim podemos dizer, uma tripla possibilidade:
> - ou a sua própria dissociação e o regresso à "anarquia" dos índices maquínicos;
> - ou uma estratificação relativamente desterritorializada pela petrificação sob a forma de abstração através da colocação em jogo de uma semiologia significativa;
> - ou uma desestratificação ativa, pelo efeito da diagramação e da colocação em circulação de partículas-sinais a-significantes.

Daí a importância da cartografia: ela será a ferramenta adequada para traçar as diversas conexões maquínicas e as transições entre diferentes regimes de signos, pois o diagrama se materializa no conjunto das conexões possíveis. A cartografia permite, mais do que decifrar o inconsciente, colocar novamente o desejo em movimento em busca de novas conexões.

São, portanto, conceitos como corpo sem órgãos, máquinas abstratas, diagramas e plano de consistência que tornarão possível a Guattari desenvolver toda uma semiótica que mergulha no campo onda forma, substância, distinção entre plano de conteúdo e de expressão ainda inexistem, um campo de multiplicidades de intensidades, de mundos possíveis.

Como lembra Maurizio Lazzarato (2014), Felix Guattari já havia alertado que a crise instaurada nos anos de 1970 era não apenas uma crise política, mas de subjetividade. Isso porque o capitalismo opera por uma correspondência entre a economia política e a economia subjetiva, por meio da articulação de vários fluxos com a produção da subjetividade. O neoliberalismo falhou nessa tarefa de modo que a "[...] a crise sistêmica e a crise de produção de subjetividade estão estritamente interligadas" (Lazzarato, 2014, p.14).

Para explicar como se dá a produção da subjetividade no capitalismo, Lazzarato (2014) recorre aos conceitos de "sujeição social" e de "servidão maquínica", de Deleuze e Guattari. Se a primeira investe sobre a subjetividade, trabalhando no plano da consciência, da representação e dos comportamentos, a segunda opera uma dessubjetivação, "[...] agindo sobre os níveis pré-individual e supraindividual" (Lazzarato, 2014, p.17). Em sua compreensão, Judith Butler, Slajov Žižek, Rancière e Baudiou negligenciam essa última. A servidão maquínica mobiliza, segundo Lazzarato (2014), semióticas a-significantes e não representativas, e nela,

> [...] o indivíduo não é mais instituído como um 'sujeito individuado', um 'sujeito econômico' (capital humano, empresário de si) ou mesmo um 'cidadão'", mas como "uma parte componente do agenciamento 'empresa', do agenciamento 'sistema financeiro', do agenciamento mídia, do agenciamento 'Estado de bem-estar social' e de seus 'equipamentos coletivos' (escolas, hospitais, museus, teatros, televisão, internet etc.) (Lazzarato, 2014, p. 28).

Servidão é um conceito da cibernética e da ciência da automação que Deleuze e Guattari se apropriam para designar um tipo de governo que se dá por meio do controle e regulação dos

---

- o bien una desestratificación activa, por efecto de diagramatización y puesta en circulación de signos-partículas a-significantes" (Guattari (2013, p.196).

elementos que constituem uma máquina, seja ela social ou técnica (Lazzarato, 2014).

Se na sujeição, afirma Lazzarato (2014), somos sujeitos e utilizamos as máquinas técnicas para os mais variados fins, como para nos comunicar com outros sujeitos, máquinas como um smartphone, se somos humanos que fazemos uso de equipamentos não humanos, prevalecendo a clássica separação entre sujeito e objeto, na servidão essas distinções humano e não humano, sujeito e objeto desaparecem; não usamos as máquinas técnicas, mas compomos com elas de modo que não somos mais indivíduos, mas dividuais, partes "[...] meras partes recorrentes e intercambiáveis de um processo de produção, comunicação, consumo etc. que os excede" (Lazzarato, 2014, p. 29). E continua

> Não mais agimos ou *fazemos uso* de algo, se por agir e usar entendermos funções do sujeito. Em lugar disso, constituímos entradas e saídas, *inputs* ou *outputs*, *pontos de conjunção ou disjunção* nos processos econômicos, sociais ou computacionais geridos e governados pela servidão (Lazzarato, 2014, p. 29).

Se ao recorrermos aos serviços "gratuitos" do Google, ao aderirmos às redes sociais digitais como o Facebook e o WhatsApp, ao nos tornarmos clientes da Netflix ou do Spotify, aceitando, na maioria dos casos, de forma tácita, os termos do contrato de uso, no papel de consumidores, de usuários, enfim, como sujeitos individuados, dotados de uma consciência, estamos no campo da sujeição. No campo da servidão, junto às máquinas somos meras partes de um agenciamento. A conexão se dá entre divíduos. É a sensação, atenção, a memória que são requisitadas para as mais variadas formas de agenciamento, de tal forma que não há mais um "eu", uma totalidade a qual pertençam.

Na servidão, as relações entre signos, diz Lazzarato (2014), não se dão mais de forma intersubjetivas. Essa economia indica "[...] um mundo maquinicêntrico no qual se fala, se comunica e se age 'assistido' por todos os tipos de máquinas mecânicas, termodinâmicas, cibernéticas e de computação" (Lazzarato, 2014, p. 31). Na servidão maquínica,

> "Objetos", máquinas, protocolos, diagramas, gráficos e software perdem sua "objetividade" e se tornam capazes de constituir vetores de "protossubjetivação" ou focos de 'protoenunciação'. Que máquinas, objetos (e signos) procedem desse modo, significa que eles sugerem, capacitam, solicitam, incitam, encorajam e impedem certas ações, pensamentos e afetos ou promovem outros (Lazzarato, 2014, p. 32).

Ao se referir aos bancos de dados do Google e do Facebook, Lazzarato (2014) afirma que esses dados sobre nossos hábitos, preferências, comportamentos etc., dados concernentes aos dividuais dos quais inferem perfis, revelam esses como interruptores de fluxos de dados que entram (*input*) e saem (*output*) das máquinas. Se o poder pastoral é exercido sobre indivíduos, a governamentalidade dos dividuais vai além daquilo que se dá no campo das representações e da consciência, mas recai também sobre desejos e crenças, age no nível pré-

pessoal e suprapessoal, na percepção, nos afetos.

Além disso, diz Lazzarato (2014), se a sujeição social envolve semióticas significantes, a servidão maquínica, por sua vez, envolve semióticas a-significantes. Se as primeiras operam no plano da consciência, da linguagem, a segunda dispensa o sujeito como referente e, portanto, a consciência e a representação. As semióticas a-significantes não agem sobre sujeitos, mas sobre coisas, conectando os dividuais diretamente na máquina.

Se as semióticas a-significantes, afirma Lazzarato (2014), dependem em certa medida das semiologias significantes, seu funcionamento permanece totalmente alheio a estas. São fluxos que agem sobre as coisas independentemente de qualquer significado. Além disso, os signos a-significantes não se referem a outros signos, mas "[...] agem diretamente sobre o real, tal como os signos da linguagem de programação fazem funcionar uma máquina técnica, como o computador" (Lazzarato, 2014, p. 40). Seu sentido é meramente operacional, anterior a qualquer significação.

> Através de semióticas a-significantes, as máquinas 'falam', 'se expressam' e se 'comunicam' com o homem, com outras máquinas e com fenômenos 'reais'. Através dos 'signos de poder', as máquinas interagem com a expressão e o conteúdo dos estratos atômicos e químicos da matéria, dos estratos biológicos do ser vivo e dos estratos cósmicos do universo. Assim como as máquinas, estratos atômicos, biológicos, químicos, econômicos e estéticos são, portanto, 'produtivos de Ser', enunciadores e agentes de discursividade 'parcial'. Máquinas e semióticas a-significantes são capazes de 'ver' esses estratos, 'ouvi-los', 'cheirá-los', registrá-los, ordená-los e transcrevê-los, o que é impossível para os sentidos e a linguagem humana. Infinitamente pequenos e grandes, infinitamente rápidos e lentos, os estratos escapam aos nossos sistemas de percepção e linguagem (Lazzarato, 2014, p. 78).

As semióticas a-significantes, segundo Lazzarato (2006), se ligam aos afetos, desejos, emoções e percepções, portanto, diretamente ao corpo. A televisão, a música, podem funcionar como máquinas produtoras desses signos que não produzem significados, mas desencadeiam ações ou reações, enfim, colocam em movimento. O medo e a angústia são exemplos do que podem ser colocados em circulação por esses signos. A sujeição age no molar e a servidão no molecular e, portanto, não se confunde com a servidão social.

2.5 MICROFÍSICA DO PODER E MICROPOLÍTICA DO DESEJO

Quais articulações são possíveis, nas análises dos processos de produção da subjetividade, entre os conceitos de *dispositivo* e *microfísica do poder*, de Michel Foucault, e os de *agenciamento* e *micropolítica do desejo*, de Felix Guattari e Gilles Deleuze? Primeiro será analisado o conceito de dispositivo a partir da obra de Foucault, considerando as críticas

feitas por Gilles Deleuze. Em seguida, propõe-se pensar tal conceito à luz do texto *Microfísica do poder e micropolítica do desejo*, de Félix Guattari.

De acordo com Edgardo Castro (2017), o conceito de dispositivo aparece pela primeira vez, em Foucault, na aula inaugural do curso intitulado *O poder psiquiátrico*, ministrado no Collège de France entre os dias 7 de novembro de 1973 e 6 de fevereiro de 1974. No curso, Foucault (2006) apresenta os resultados de sua pesquisa dedicada a uma analítica capaz de revelar o modo como a prática psiquiátrica foi se constituindo como um mecanismo de saber e de poder. Dito de outro modo, um esforço no sentido de entender como práticas discursivas se formam a partir de dispositivos de poder. Nas palavras de Foucault (2006, p. 18): "Dispositivo de poder e jogo de verdade, dispositivo de poder e discurso de verdade, é um pouco isso que eu gostaria de examinar este ano, retomando no ponto de que falei: o psiquiatra e a loucura".

Desde então, o conceito de dispositivo passa a ser uma ferramenta fundamental em suas análises, ao menos até o curso *Nascimento da biopolítica* (1978-1979), quando já são bem poucas as suas recorrências.

É, portanto, após se dedicar à questão da verdade, aos mecanismos que a engendra, à formação discursiva e a regularidade entre enunciados, à interdiscursividade como condição para o saber, como nos livros *As palavras e as coisas*, publicado em 1966, e *Arqueologia do saber*, de 1969, quando todo um conjunto de elementos não discursivos entram definitivamente em jogo nas pesquisas desenvolvidas por Foucault, trazendo consigo a necessidade de ampliação do rol de ferramentas que, até então, ele tinha a sua disposição, para responder à questão que se colocava para ele: "Como esse arranjo do poder, essas táticas e estratégias do poder podem dar lugar a afirmações, negações, experiências, teorias, em suma, a todo um jogo da verdade?" (Foucault, 2006, p. 18). Uma ferramenta, portanto, capaz de romper as barreiras entre o dentro e o fora dos discursos, entre os discursos e as instituições – o que não significa que as instituições estivessem ausentes nas pesquisas anteriores, aquelas que ainda não tinham sido voltadas mais especificamente para as relações saber-poder, como defende Roberto Machado (1985).

Com a originalidade própria de suas leituras, em *Foucault*, Gilles Deleuze (2005) escreve, com entusiasmo, a revolução que *Vigiar e punir*, publicado no dia 1 de fevereiro de 1975 – pouco tempo depois do curso de 73-74 –, significava em relação a *Arqueologia do saber*. Diz Deleuze (2005, p. 42): "O que a *Arqueologia* reconhecia, mas ainda designava apenas negativamente como meios não-discursivos, encontra em *Vigiar e Punir* sua forma positiva, que obcecava Foucault em todas as suas obras: a forma do visível, em contraste com a forma do enunciável". Essas formações heterogêneas, diz Deleuze (2005), produzindo-se

mutuamente.

Em uma entrevista à *International Psychoanalytical Association* (IPA), no ano de 1977, ao ser questionado sobre o conceito de dispositivo, de fato, Foucault (1979) apresenta a heterogeneidade como sendo a primeira característica fundamental do dispositivo. O dispositivo é descrito como um conjunto de elementos heterogêneos operando em rede, o que não significa que tenha sido capturado pelo matiz da estrutura. Não há totalidade no dispositivo; como diz Deleuze (1990), a primeira consequência de uma filosofia do dispositivo é o "[...] repúdio dos universais".

Vejamos como Foucault (1979, p. 244) define o conceito de dispositivo, na entrevista a Gérard Wajeman, Jacques-Alain Miller e Guy Le Gaufey:

> Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

A natureza da relação que se estabelece entre esses elementos não só é múltipla como variável, possibilitando que eles assumam diferentes papéis, funções e posições, a partir de ajustes estratégicos em resposta a certas imposições que se colocam em contextos específicos. Foucault (1979) exemplifica isso relacionando modos como o discurso pode aparecer em um dispositivo: com funções que vão de revelar a ocultar, lançar luz ou sombra sobre determinadas práticas, fazê-las falar ou mantê-las mudas etc. Nas palavras de Foucault (1979, p. 244): "Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes".

É no plano da contingência, diz Foucault (1979), que se dão as relações de poder, e é aí que se acentua a função estratégica do dispositivo, atuando, diante de uma urgência, em um dado contexto, na correlação de forças, reorganizando-se conforme a necessidade que, em geral, é de ordem prática. Essa função estratégica, continua ele, pode ser percebida no processo pelo qual certos grupos sociais incômodos aos mercantilistas foram absorvidos; diz ele: "[...] existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose" (Foucault, 1979).

O dispositivo é definido, portanto, a partir dessas relações dinâmicas entre elementos heterogêneos, mas, também, de acordo com Foucault (1979), por um tipo de gênese, que se desenvolve em dois momentos: o primeiro deles é "[...] o da predominância de um objetivo

estratégico" (Foucault, 1979); e o segundo, no qual o dispositivo efetivamente se constitui, se dá a partir dos processos de *sobredeterminação funcional* e de *perpétuo preenchimento estratégico*. Isso porque os efeitos por ele produzidos – previstos ou não, positivos ou negativos – são absorvidos como novos elementos da trama, o que exige uma constante reconfiguração. Diz Foucault (1979) "É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles". A chave, portanto, que faltava para Foucault investir na compreensão das relações entre o saber e o poder, e ver, então, as práticas institucionais constituindo o saber, o exercício do poder constituindo saberes, que culminará, entre outras coisas, na possibilidade de vislumbrar o poder na sua dimensão produtiva, como exemplo o *homo oeconomicus* neoliberal, dissecado em *Nascimento da biopolítica*.

No texto *Que é um dispositivo?*, a filosofia de Foucault é descrita por Deleuze (1990, p. 155, tradução livre)[47] "[...] como uma análise de "dispositivos" concretos". Composto por linhas de diversas naturezas – sedimentação, fissura, fratura –, que seguem diferentes direções, se quebra e se bifurcam, em um processo marcado pelo constante desequilíbrio, o dispositivo seria como um novelo. Desembaraçar essas linhas seria, para Deleuze (1990, p. 155, tradução livre)[48], "[...] traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de 'trabalho em terreno'". As linhas compõem os dispositivos, mas também os arrastam e os atravessam.

É no jogo de variação dessas linhas, diz Deleuze (1990), que se configuram tanto o sujeito como o objeto. O dispositivo, continua ele, possui um caráter criativo: diferentes combinações entre suas linhas resultam em uma variedade de figuras. Os dispositivos são como as máquinas de Raymond Roussel, diz Deleuze (1990, p. 155, tradução nossa)[49], "[...] máquinas de fazer ver e de fazer falar, tal como são analisadas por Foucault. A visibilidade não se refere à luz em geral que iluminara objetos pré-existentes; é formada de linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis deste ou daquele dispositivo".

As curvas de visibilidade e as de enunciação seriam as primeiras dimensões do dispositivo. As primeiras produzem o que será o visível e o invisível; as segundas o enunciável, os regimes de enunciação. A terceira dimensão, as linhas de força, "[...] 'retificam' as curvas anteriores, traçam tangentes, envolvem os trajetos de uma linha com outra linha, operam idas e

---

[47] No original: "[...] como un análisis de 'dispositivos' concreto" (Deleuze, 1990, p. 155).
[48] No original: "[...] es en cada caso levantar un mapa, cartografiar, recorrer tierras desconocidas, y eso es lo que Foucault llama el 'trabajo en el terreno'" (Deleuze, 1990, p. 155).
[49] "[...] máquinas para hacer ver y para hacer hablar. La visibilidad no se refere a una luz en general que iluminara objetos preexistentes; está hecha de líneas de luz que forman figuras variables e inseparables de este o aquel dispositivo" (Deleuze, 1990, p. 155).

vindas entre o ver e o dizer e inversamente, agindo como setas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras, que não cessam de conduzir à batalha" (Deleuze, 1990, p. 156, tradução livre)[50]. Elas envolvem o saber e o poder.

As linhas de objetivação seriam a quarta dimensão do dispositivo. O dispositivo não está fechado por contornos definidos, mas encontra-se sempre aberto a modificações, sempre se pode ultrapassar as linhas de força, o que ocorre "[...] quando a força, em lugar de entrar em relação linear com outra força, se volta para si mesma, exerce-se sobre si mesma ou afeta-se a si mesma" (Deleuze, 1990, p. 156, tradução livre)[51]. Junto a isso há uma linha de subjetivação, de produção de subjetividade, uma linha de fuga, que teria na cidade ateniense sua manifestação primeira, com o governo de si.

Portanto, o dispositivo está sempre em devir, recusa os universais e o eterno, ou seja, "[...] o dispositivo se define, pois, pelo que detém em novidade e criatividade, o qual marca, ao mesmo tempo, sua capacidade de se transformar ou se fissurar em proveito de um dispositivo do futuro" (Deleuze, 1990, p. 159, tradução livre)[52].

O conceito de dispositivo, segundo Deleuze (1990), torna possível distinguir o que é da história e o que é do atual, o que somos e o que podemos ser. Deleuze (1990) aponta para o que seria uma diferença importante entre os livros publicados por Foucault e as entrevistas que ele concedeu: enquanto nos livros ele se ocupa de cartografar as linhas de estratificação e sedimentação, nas entrevistas, seu foco é muito mais nas linhas de atualização e criatividade.

Segundo Pellejero (2010), os conceitos de agenciamento e de dispositivo começam a ganhar espaço nas aulas de Deleuze no ano de 1973. Mas é em *Kafka, para uma literatura menor*, escrito em parceria com Felix Guattari no ano de 1975 que o conceito de agenciamento ganhará contornos mais precisos. Concebido para contornar o sujeito e a estrutura, significante e significado, representante e representado, pensa a relação entre fluxos semióticos e extrasemióticos, bem como práticas extra-discursivas, nas quais as formas de conteúdo e as formas de expressão estão reciprocamente implicadas.

O desejo, dizem Deleuze e Guattari (2003), produz máquinas, produz engrenagens que muitas vezes pode até funcionar de forma oposta às máquinas e engrenagens precedentes. E se

---

[50] No original: "[...] 'rectifican' las curvas anteriores, trazan tangentes, envuelven los trayectos de una línea con otra, operan idas y venidas, desde el ver al decir e inversamente, actuando como flechas que no cesan de penetrar las cosas y las palabras, que no cesan de librar una batalla" (Deleuze, 1990, p. 156).

[51] No original: "[...] cuando la fuerza, en lugar de entrar en relación lineal con otra fuerza, se vuelve sobre sí misma, se ejerce sobre sí misma o se afecta ella misma" (Deleuze, 1990, p. 156).

[52] No original: "[...] dispositivo se define pues por su tenor de novedad y creatividad, el cual marca al mismo tiempo su capacidad de transformarse o de fisurarse y en provecho de un dispositivo del futuro" (Deleuze, 1990, p. 159).

todo agenciamento maquínico é agenciamento social de desejo, "[...] não há agenciamento social de desejo que não seja agenciamento colectivo de enunciação" (Deleuze; Guattari, 2003, p. 139).

Os enunciados não são efeitos ou produtos de sujeitos ou agenciamentos, mas engrenagens de agenciamentos. Toda enunciação é anterior aos enunciados, pois "[...] é a expressão que antecipa ou adianta, é ela que precede os conteúdos, seja para prefigurar as formas rígidas em que os conteúdos se vão fundir, seja para correr sobre uma linha de fuga ou de transformação" (Deleuze; Guattari, 2003, p. 144).

O agenciamento envolve processos de segmentação seja ao lado de outros segmentos, duros ou flexíveis, ou produzindo novos agenciamentos, ao se dividir. É pela segmentação que se produz os territórios que podem territorializar o desejo, mas que, ao mesmo tempo, possui linhas de fuga, "[...] se estende ou penetra num *campo de imanência ilimitado* que faz fundir os segmentos, que liberta o desejo de todas as suas concreções e abstracções, ou, pelo menos, luta activamente contra elas para as dissolver" (Deleuze; Guattari, 2003, p. 145).

Se por um lado o agenciamento concreto dá existência às máquinas abstratas, por outro, é esta "[...] que mede em teor o modo de existência e de realidade dos agenciamentos através da capacidade que eles comprovam ao anular os seus próprios segmentos, ao impelir as suas pontas de desterritorialização, ao correr sobre a linha de fuga, ao encher o campo de imanência" (Deleuze; Guattari, 2003, 146).

Há aproximações, diz Deleuze (2005), entre os conceitos de dispositivo e de agenciamento. Ao discorrer sobre o sentido que atribui a "causa imanente", Deleuze (2005, p. 46) diz que "[...] nela há correlação, pressuposição recíproca entre a causa e o efeito, entre a máquina abstrata e os agenciamentos concretos (é a esses que Foucault reserva mais frequentemente o nome de 'dispositivo')". As máquinas abstratas ou diagramas são quem organizam as conexões entre elementos semióticos e extra-semióticos, entre a forma e o regime dos fluxos da expressão e a forma e o regime dos fluxos de conteúdo. Assim, em relação às máquinas abstratas, os dispositivos seriam máquinas concretas ou agenciamentos concretos.

Em uma carta destinada a Foucault, Deleuze (1993) afirma que *A vontade de Saber* constitui um passo adiante nas pesquisas de Foucault. Mais do que repressivos ou ideológicos, os dispositivos são forças constituintes; em vez de censurar, possibilitam o engendramento de discursos sobre o sexo que revelem a sua verdade e, com isso, tornam possível administrá-lo. Porém, diferente de Foucault, para Deleuze (1993), o desejo e as linhas de fuga são anteriores aos dispositivos. Nesse sentido, os agenciamentos são agenciamentos de desejo, e não de poder, e nos diagramas, ou máquinas abstratas, as linhas de fuga são primeiras.

Segundo Edgardo Castro (2017), essa carta encaminhada a Foucault por meio de François Ewald em 1977 – mas que foi publicada apenas no ano de 1994 com o título *Desejo e prazer* –, com a leitura deleuziana de *A vontade de saber*, apresenta um deslocamento em relação à palestra dada por Deleuze no ano de 1988; na carta, Deleuze procura evidenciar as diferenças entre suas ideias e as de Foucault.

Para Guattari (2007, p. 33), Foucault soube abraçar muito bem "[...] as problemáticas mais urgentes de nossas sociedades a respeito das quais, até uma nova ordem, nada foi avançado de tão elaborado, e sobre as quais todos os modos inabituais dos pós-modernismos e dos pós-politismos já caducaram". Desde *Arqueologia do Saber*, quando desviou da hermenêutica, do estruturalismo e do significante, e *Ordem do discurso*, quando questiona o "sujeito fundador", Foucault, diz Guattari (2007), pôs-se em busca de descrever as "[...] instâncias reais de engendramento da discursividade dos grupos sociais e das instituições" (Guattari, 2007, p. 35), e se deparou com o continente das "[...] formas de produção coletivas e das modalidades técnicas de agenciamento da subjetividade" (Guattari, 2007, p. 35).

Se pela vertente da *reterritorialização*, a subjetividade, tal como explorada por Foucault, escapa do estruturalismo, enquanto revela os "componentes de semiotização institucional", diz Guattari (2007, p. 36), pela *desterritorialização*, encarnada no corpo mesmo, escapa da hermenêutica e do apego ao imaterial. A recusa ao assujeitamento e a produção de novas formas de subjetividade passa, então, continua Guattari (2007, p.36), por aquilo que Foucault chamou de "discurso como prática".

As condições levantadas por Foucault para uma nova economia das relações de poderes, diz Guattari (2007), permite ver que o que Foucault propõe "[...] não consiste numa simples demarcação contemplativa, mas implica o que eu chamei uma micropolítica, uma análise molecular nos fazendo passar das formações de poder aos investimentos de desejo" Guattari, 2007, p. 37). Ressalta, porém, que a maneira como Foucault compreende o desejo é mais restrita, mas a concepção foucaultiana de poder faz com que este se estenda em direção ao desejo, e que "[...] apesar de nossas diferenças de pontos de vista, digamos de 'enquadramento de campo', me aparece que nossas problemáticas de singularidade analítica se recobrem" (Guattari, 2007, p. 37).

Para Guattari (2007) o que mais vincula suas ideias às de Foucault é "[...] uma comum recusa de expulsar as dimensões de singularidade do objeto analítico e de seus procedimentos de elucidação" (Guattari, 2007, p. 37-38), que em Foucault se percebe na dimensão produtiva de sua concepção de enunciado, uma "função diagramática", nos termos de Guattari, (2007, p. 38). O enunciado, para Foucault, continua, nunca é neutro e independente, mas parte de um

jogo, está sempre no interior de um campo enunciativo. É nesse sentido que o autor não pode ser entendido como um "[...] indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto; é um 'princípio de agrupamento do discurso' – o que eu chamei, por meu lado, um agenciamento coletivo de enunciação – que lhe confere sua unidade, seu signo, sua significação como foco de sua coerência (O.D., p. 28)" (Guattari, 2007, p. 38).

Após mais algumas notas sobre a questão das singularidades existenciais para Foucault, e sobre a noção de finitude, Guattari (2007, p. 40) conclui:

> Todos os temas disso que se poderia chamar o existencialismo foucaultiano, se atam assim sobre esse ponto de báscula entre a representação semiótica e pragmáticas de "existencialização" que levam as micropolíticas do desejo a se porem em adjacência às microfísicas do poder, segundo procedimentos específicos. Cada um dentre eles pede para ser reinventado ponto a ponto, caso a caso, o que os aparenta a uma criação artística. A contribuição imensa de Michel Foucault consistiu na exploração de campos de subjetivação fundamentalmente políticos e micropolíticos que nos indicam vias de afastamento dos pseudo-universais do freudismo, ou dos maternas do inconsciente lacaniano. A partir dos métodos que ele enunciou, dos ensinamentos que se pode tirar da história de sua vida intelectual e pessoal, e também da qualidade estética de sua obra, ele nos legou insubstituíveis instrumentos de cartografia analítica.

Ou seja, para Guattari (2007), mesmo havendo diferenças na maneira como ele e Foucault enquadram suas análises, suas ferramentas mais se sobrepõe do que se excluem. Guattari (2007) ainda acentua a necessidade de que seus conceitos sejam atualizados, reinventados diante de um outro momento histórico e questões específicas inerentes a ele.

O conceito de *dispositivo*, assume centralidade nas análises de Michel Foucault desde o curso *O poder psiquiátrico* (1973-1974). Após se dedicar à questão da verdade, todo um conjunto de elementos não discursivos entram em jogo rompendo as barreiras entre o dentro e o fora dos discursos, sendo o conceito de dispositivo a chave que lhe permitiu ver o jogo de relações entre elementos heterogêneos no plano de contingência em que se dão as relações de poder, atuando com uma função estratégica, a chave, portanto, que faltava para Foucault investir na compreensão das relações entre o saber e o poder e este em sua dimensão produtiva.

Deleuze, após defender que, em relação às máquinas abstratas, os dispositivos seriam máquinas concretas ou agenciamentos concretos, em sua leitura de *A vontade de Saber* sugere que os conceitos com os quais operam são de natureza diversa às de Foucault, pois, para ele, o desejo e as linhas de fuga são anteriores aos dispositivos e os agenciamentos são agenciamentos de desejo, e não de poder.

Já Guattari (2007), após ressaltar a diferença na maneira como ele e Foucault compreendem o desejo, parece procurar demonstrar mais pontos de convergência do que de divergência entre suas abordagens, diferenças que seriam mais uma questão de enquadramento. Para ele, a filosofia de Foucault, com o conceito de dispositivo, coloca lado a lado as

micropolíticas do desejo e as microfísicas do poder num processo de constante recriação diante de novos contextos.

Se a microfísica do poder, de Michel Foucault, nos permite pensar o modo pelo qual as relações de saber e poder produzem subjetividade, por outro, a micropolítica do desejo fornece ferramentas para pensar os processos de produção desejante.

O próximo capítulo aborda as tendências autoritárias e a propagação do ódio que acompanham a ascensão de uma direita radical no Brasil e no mundo. Inicialmente, apresenta um debate sobre a categoria mais adequada para pensar esse fenômeno e justifica a opção pelo conceito de *microfascismo*, de Deleuze e Guattari. Para isso, será analisado como o conceito de fascismo é discutido em *O anti-Édipo*, para depois, analisar o conceito de *microfascismo* em *Mil Platôs.* Em seguida, são analisados os casos Cambridge Analytica e do Brasil a partir das eleições de 2018.

3 OVO DA SERPENTE

> É como o ovo da serpente. Através das finas membranas, você pode claramente discernir o réptil já perfeito.
>
> Dr. Hans Vergerus[53]

No ano de 1978, em uma intervenção na Universidade de Vincennes, Michel Foucault (1991) já alertava que a escassez de energia estaria levando a uma crise do Estado de bem-estar e a constituição de uma nova ordem interna, restando duas possibilidades: o desinvestimento, opção mais sofisticada, e que em um primeiro momento parecia ser a mais viável em países como a França, e o fascismo. Se desde o golpe de 2016 estávamos mais próximos da primeira possibilidade, parece que agora caminhamos a passos largos para uma espécie de neoliberalismo explicitamente autoritário, fascista.

Com o risco iminente de ruína das democracias que se manifestam mundo afora, Jairo Nicolau (2018), no prefácio da edição brasileira do livro *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, nos lembra que na década de 1980 uma das grandes questões da ciência política era entender as condições para a constituição de regimes democráticos em regimes autoritários; hoje, porém, "[...] a preocupação dos estudiosos passou a ser a crise das democracias consolidadas" (Nicolau, 2018, n.p.).

Os grupos privilegiados, diz Jacques Rancière (2014), jamais suportaram aquela que é a essência de qualquer regime democrático: a igualdade. Nas ditas democracias atuais, se a autoridade necessita ser legitimada pela vontade popular, esta só é tolerada na medida em que coincide com as decisões políticas e econômicas de uma suposta elite de especialistas. De fato, Friedrich Hayek (1981) declarou em entrevista ao jornal chileno *El Mercurio* preferir um ditador liberal a um democrata que não seja liberal, isso no auge da ditadura de Pinochet.

A democracia, continua Rancière (2014), para os defensores das campanhas militares estadunidenses que afirmam querer levá-la para todos os cantos do mundo, "[...] significa o aumento irresistível de demandas que pressionam os governos, acarreta o declínio da autoridade e torna os indivíduos e os grupos rebeldes à disciplina e aos sacrifícios exigidos pelo interesse comum" (Rancière, 2014, p. 15). Caso surjam lutas igualitárias e coletivistas, é necessário

---

[53] Dr. Hans Vergerus é, na verdade, personagem do filme *O Ovo da Serpente*, de 1977, do diretor sueco Ingmar Bergman. A origem da expressão, porém, é a peça *Júlio César*, de Shakespeare; nela, o personagem Brutus afirma: "Consideremo-lo ovo de serpente que, chocado, por sua natureza, se tornará nocivo. Assim, matemo-lo, enquanto está na casca" (Shakespeare, 2014, p. 38).

exorcizar os "[...] fantasmas revolucionários do corpo coletivo" (Rancière, 2014, p. 24).

Em *Fascismo ou revolução*, Maurizio Lazzarato (2019) afirma que não há qualquer incompatibilidade entre neoliberalismo e fascismo, como ilustram os exemplos das ditaduras na América Latina e a constituição do ordoliberalismo alemão sobre as ruínas das subjetividades destruídas pelo nazismo. E os fascismos de hoje, com as rupturas políticas que sucederam a crise de 2008, "[...] estão reativando, apesar de nenhum comunismo ameaçar o capitalismo e a propriedade privada, a relação entre violência e instituição, guerra e 'governamentalidade'. Vivemos a época da indistinção, da hibridação do Estado de direito com o Estado de exceção" (Lazzarato, 2019, p. 10).

Grégoire Chamayou (2020), em *A sociedade ingovernável, uma genealogia do liberalismo autoritário*, desenvolve um exame minucioso de um arquivo composto por artigos de economistas publicados em jornais e revistas, relatórios de organizações patronais, da Comissão Trilateral, além de textos de Milton Friedman e Friedrich Hayek e apresenta uma crítica às tecnologias de poder do capitalismo na busca de sua autopreservação.

Tendo como um dos autores Samuel Huntington, autor de *Choque de civilizações*, a Comissão Trilateral publicou, em 1975, um texto intitulado: *A crise da democracia: relatório sobre a governabilidade das democracias*, no qual os candidatos são entendidos como empresários que concorrem em um mercado de partidos políticos, oferecendo aos eleitores promessas em troca de votos. Isso faz com que os candidatos tenham que ceder às exigências sociais para que consigam ser reeleitos e dá a impressão aos grupos marginalizados de que são sujeitos políticos plenos. Tal seria as causas da crise do Estado de bem-estar social: o fenômeno governamental estava se tornando ingovernável. O problema não seria o funcionamento da economia capitalista, mas "[..] o funcionamento 'democrático' da política" (Chamayou, 2020, p. 317). Se o problema não é econômico, mas político institucional, deve-se criar uma nova tecnologia política: "[o] Estado de bem-estar social como base material da hegemonia, a intervenção pública como modo de regulação social, a democracia representativa como dialética da sociedade civil e do Estado: tudo isso deve ser revisto" (Chamayou, 2020, p. 318).

Nas dimensões da mudança do liberalismo para o Estado de bem-estar social, o momento exigia uma transformação radical, e isso não poderia esperar uma correção automática, mas exigia uma intervenção. Se para a esquerda radical seria necessário combater o capitalismo, sistema incompatível com a democracia, a direita passa a defender a necessidade de moderar a democracia, e as ditaduras da América do Sul se apresentaram como um laboratório perfeito para tais experimentos (Chamayou, 2020).

Em 1975, Milton Friedman conhece Pinochet, com quem conversa sobre política econômica e *terapia de choque*. Dois anos depois foi a vez de Friedrich Hayek ser recebido pelo ditador chileno, quando conversam "[...] sobre outro assunto, a espinhosa questão da 'democracia limitada e do governo representativo'" (Chamayou, 2020, p. 326). Hayek, inclusive, aceitou o convite para escrever um esboço de constituição no qual justifica o estado de exceção. Para ele, um regime autoritário poderia, em certos casos, servir melhor que uma democracia para defender a liberdade pessoal, já que "[...] a liberdade econômica, a do individualismo possessivo, não é negociável, enquanto a liberdade política é opcional" (Chamayou, 2020, p. 330).

> Salazar toma o poder em Portugal. Hayek envia-lhe seu projeto de constituição com palavras gentis. Os generais dominam a Argentina, ele vai até lá dar uma sondada. Pinochet derrama sangue no Chile, lá vai ele de novo. Um boicote se lança contra a África do Sul, Hayek pega a pena para defender o regime, e assim por diante (Chamayou, 2020, p. 470).

A encruzilhada que se apresentava era, por um lado, encontrar políticos que aceitassem arruinar sua imagem com reformas impopulares e, por outro, impor limites drásticos à democracia representativa. Uma terceira via é apresentada por Madsen Pirie: a *micropolítica*. A proposta de Pirie inspirou não somente Margaret Thatcher, mas a grande maioria dos governos neoliberais. Em vez de cortar os orçamentos dos serviços públicos, o que poderia gerar revoltas e protestos, a estratégia é transferir a prestação desses serviços para a iniciativa privada, retirá-los do mundo político e colocá-lo no mundo econômico. Esclarece Chamayou (2020, p. 369):

> Retomemos os diferentes pontos dessa definição: 1) A micropolítica é uma arte, uma tecnologia política. 2) Seu objetivo: a privatização. 3) Seu objeto: as escolhas individuais, a serem reorientadas. 4) Seu principal meio: nem a persuasão pelo discurso nem a coerção pela força, mas uma engenharia social que reconfigura as situações de escolha por meio de mecanismos de incitação econômicos. 5) Seu artifício (que poderíamos batizar, em homenagem a Adam Smith, de "a manipulação invisível"): fazer com que microescolhas individuais trabalhem involuntariamente para produzir no varejo uma ordem social que a maioria das pessoas talvez não tivesse escolhido se lhes fosse apresentada no atacado.

Mais do que uma batalha de ideias, trata-se de uma questão de engenharia política, de atuar nas circunstâncias das escolhas. Ainda que nem todos sejam capturados, a unidade da oposição foi rompida. Se os funcionários públicos relutassem contra essas medidas, os usuários tenderão a ver isso como uma vantagem, em razão da degradação dos serviços públicos. Dessa forma, "[...] as resoluções de cada pessoa contribuem para construir uma sociedade que talvez elas não tivessem escolhido caso fosse apresentada desde o início como o resultado esperado" (Chamayou, 2020, p. 378). Para desarticular a pressão que poderia vir da massa de funcionários

que seriam demitidos, criou-se o programa de demissão voluntária, pois as pessoas tendem a preferir um ganho imediato a um ganho de longo prazo e, ainda que não seja possível enganar a todos, o "[...] fato de que uma fração dos assalariados aquiesça permite quebrar a unidade. Assim, "*compram-se*" porções-chave da coalizão contrária (Chamayou, 2020, p. 382).

Essa estratégia de romper a unidade e com isso comprometer a luta passou a ser adotada nas mais diversas situações, como supressão de direitos de funcionários públicos apenas para os ingressantes, precarização previdenciária apenas para os que ainda não contribuem, pois, "[...] dado que vocês não serão atingidos *pessoalmente*, em que isso lhes afetaria *politicamente*? Por que lutar por outros que não vocês mesmos, ainda que sejam seus filhos ou netos? Não olhem um palmo adiante do nariz. O que importa, afinal, já que vocês – promessa é dívida - passarão pela peneira? E, depois de vocês, o dilúvio" (Chamayou, 2020, p. 383).

O neoliberalismo se alimenta de crises. Anunciou-se a sua derrocada na crise financeira global de 2008, na crise da COVID-19, de 2020 e 2021, mas ele não apenas sobreviveu: saiu ainda mais fortalecido de todas, sejam elas econômicas, sociais ou políticas. Pensar o neoliberalismo como uma política econômica caracterizada pela austeridade, pelas privatizações, pelo domínio dos mercados financeiros, pela precarização dos serviços públicos, pode limitar a compreensão das razões de sua supremacia. No final dos anos 70, Michel Foucault (2008b) já apontava para o aspecto fundamental do neoliberalismo: trata-se de uma racionalidade política, de produção de uma forma de subjetividade.

É o predomínio dessa racionalidade que possibilita ao neoliberalismo, a cada nova crise, se radicalizar ainda mais, seja intensificando a competição, quando a competição levou a deteriorações sociais, suprimindo investimentos em serviços públicos que foram comprometidos pela escassez de recursos, desregulamentando direitos trabalhistas de trabalhadores já precarizados, isentando cada vez mais de impostos aqueles que lucram sem produzir, ao mesmo tempo em que esvazia programas socias e, agora, canalizando o ressentimento ao campo político, com a crise do Estado de bem-estar social, desmoronando democracias.

Mas isso não significa um Estado fragilizado, enfraquecido. Seu aparato repressor deve estar sempre pronto para pôr fim a qualquer manifestação insurgente. Movimentos sociais, sindicatos, professores, qualquer um que se posicione contra a lógica neoliberal são enquadrados como escória, preguiçosos, que devem ser monitorados, calados, expulsos do debate público, exilados, eliminados.

Considerando os objetivos dessa pesquisa, que tem como foco mais a micropolítica do que a macropolítica, o conceito de *microfascismo* parece ser o mais adequado, embora os

conceitos de fascismo, neofascismo ou pós-fascismo possam aparecer quando se faz referência a fenômenos específicos ou quando se recorre a autores que os utilizam. Quando se abordar questões relativas à macropolítica, a opção será por utilizar o conceito de direita radical.

A abordagem aqui proposta é de uma análise micropolítica, portanto, mais do que pensar o fascismo macropolítico, o foco da análise é o microfascismo, considerando-o tal como atravessa a obra de Guattari e é abordado em *Mil Platôs*, isto é como imanente ao capitalismo, às nossas democracias e ao neoliberalismo, podendo emergir a qualquer momento, pois mais do que uma forma de governo, é inerente aos processos de produção da subjetividade. Como diz Foucault (1977, p. 2): "[...] o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora".

Porém, antes é importante analisar o debate atual em torno do tema e o fascismo enquanto investimento libidinal no polo paranoico, em *O anti-Édipo*.

3.1 O NOME DO RÉPTIL

> Que há em um nome? O que chamamos de rosa, com outro nome, exalaria o mesmo perfume tão agradável.
>
> Julieta Capuleto[54]

De uma perspectiva histórica, o fascismo surge na primeira metade do século XX, de forma mais acentuada na Itália e, apesar das diferenças, pode-se dizer na Alemanha nazista.

Se as obras de Gustave Le Bon, Gabriel Tarde, Scipio Sighele, Henry Fournial, entre outros, preocupados com os abalos causados por movimentos como a Comuna de Paris, de 1871, tomam as massas como objeto para uma nova ciência, interpretando-as como regressão social e irracionalidade diante de seu caráter ingovernável e de contestação do poder (Cochart, 1990), é com Sigmund Freud (2011) que este estudo ganha outra dimensão, com o texto de 1921 intitulado *Psicologia das massas e análise do eu*, no qual promove uma verdadeira inversão na maneira de abordar a questão: em vez de pensar a irracionalidade das massas em

[54] Julieta Capuleto é, na verdade, personagem da obra *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare (1969, p. 307). Com esta epígrafe, não se pretende, aqui, negar a relevância do debate em torno da categoria mais adequada para se analisar o fenômeno contemporâneo no Sul Global, mas apenas sugerir que se neofascismo, ur-fascismo, pós-fascismo, fascismo, populismo de direita, neoliberalismo, o *cheiro* é o mesmo, mas, nesse caso, nem um pouco *agradável*.

oposição à racionalidade de grupos organizados, parte exatamente da análise da igreja e das forças armadas para explicar a regressão como imanente às instituições. Esta obra terá importância fundamental para os estudos de Georges Bataille e Wilhelm Reich sobre a economia libidinal do fascismo e que irá inspirar importantes estudos sobre o tema, como os de Theodor Adorno, Michel Foucault, Felix Guattari e Gilles Deleuze.

O conceito de *clivagem*, proposto por Reich (1988), é bastante significativo aqui. Segundo ele, a clivagem ocorre quando não há "[...] correspondência entre situação econômica e estrutura psíquica das massas populares" (Reich, 1988, p. 35). O roubo de alimento por aquele que tem fome e a greve de trabalhadores que estão descontentes com seus baixos salários não constituem um problema para a explicação socioeconômica, mas esta "[...] não se sustenta, por outro lado, quando o pensamento e a ação do homem são incoerentes com a situação econômica, ou seja, são irracionais" (Reich, 1988, p. 38). Seria o caso, por exemplo, de professores de escola pública que defendem políticas de viés neoliberal ou de se clamar por uma ditadura militar para se ter mais liberdade.

Os estudos sobre o fascismo foram retomados na década de 1960 por pesquisadores como o italiano Renzo De Felice (1965, 1966, 1974, 1990, 1995) e o alemão Ernst Nolte (1966). De Felice destacou, em sua biografia de Benito Mussolini, o consenso obtido pelo regime fascista e sua natureza revolucionária. Nolte, ao investigar o fascismo na França, aponta para suas origens ideológicas na Action Française, de Charles Maurras (Finchelstein, 2019; Traverso, 2021; Bianchi; Melo, 2023).

Porém, as contribuições mais significativas teriam sido, de acordo com Enzo Traverso (2021), as de George L. Mosse (1966, 1975, 1999), Zeev Sternhell (1976) e, posteriormente, de Emilio Gentile (1996; 2005), que investigaram as doutrinas e ideias do fascismo procurando, assim como havia feito Nolte, identificar as influências intelectuais e os antecedentes da ideologia do fascismo.

Mosse (1966, 1975, 1999) enfatizou a influência da mística nacional, que variaria de país para país, enquanto Sternhell (1976) localiza o surgimento da ideologia fascista antes do movimento fascista, ideologia essa que combinaria elementos do conservadorismo, do socialismo, da revisão antimaterialista do marxismo de Georges Sorel e do nacionalismo antidemocrático de Charles Maurras. Gentile (1996; 2005), por sua vez, propõe uma definição supranacional do fenômeno fascista, ainda que tal definição deva partir do fascismo italiano (Finchelstein, 2019; Traverso, 2021; Bianchi; Melo, 2023).

Segundo Alvaro Bianchi e Demian Melo (2023), uma definição detalhada do fascismo seria a de Stanley G. Payne (1980), que acabava por resumir o fascismo a um fenômeno europeu

durante as duas guerras mundiais. Essa perspectiva, aliás, teria encontrado raras exceções, como Juan Linz, que desenvolveu um conceito de fascismo que abrangia fenômenos políticos fora da Europa. (Finchelstein, 2019; Traverso, 2021; Bianchi; Melo, 2023).

Nos anos de 1990, com Roger Griffin, teria surgido a ideia de um *fascismo genérico*, que considera o fascismo como "[...] um gênero de ideologia política cujo núcleo mítico nas suas diversas permutações é uma forma palingenética de ultranacionalismo populista" (Griffin *apud* Bianchi; Melo, 2023, p. 18, tradução nossa)[55]. Essa definição possibilitou a interpretação de movimentos políticos fascistas em várias partes do mundo e a distinção de regimes autoritários que não se encaixavam na categoria, como os de António de Oliveira Salazar, em Portugal, e o de Francisco Franco, na Espanha, pela falta de características como o ultranacionalismo e a palingênese.

Porém, como apontam Bianchi e Melo (2023), se o conceito de *fascismo genérico*, em razão de uma certa rigidez de critérios, permitiu enquadrar apenas o Movimento Nacional Socialista no Chile e a Ação Integralista Brasileira como movimentos fascistas do Sul Global, tal rigidez se tornou absolutamente flexível quando as análises de Griffin se dedicaram a movimentos europeus pós Segunda Guerra Mundial.

A influência que exerceu sua abordagem levou Griffin (1998) a afirmar a existência de um "consenso" no estudo do fascismo (Finchelstein, 2019; Bianchi; Melo, 2023). No entanto, as críticas ao dito consenso não tardaram, denunciando a redução do fascismo à sua autoimagem na abordagem *empática* e a homogeneidade da ideologia fascista, o que leva ignorar sua evolução e dinâmica, como advertiu Robert Paxton (2005). Pesquisadores como David Renton (1999), Enzo Traverso (2021) e Daniel Woodley (2010) apontaram que a abordagem consensual superestima o antiliberalismo e o anticonservadorismo dos fascistas, esquecendo os acordos que fizeram com liberais e conservadores e a repressão violenta aos movimentos de esquerda (Bianchi; Melo, 2023).

Segundo Bianchi e Melo (2023), durante as ditaduras militares nas décadas de 1960 e 1970, o tema do fascismo ganha relevância na América Latina, com estudos que procuravam enfatizar as particularidades em termos de dependência econômica e falta de apoio popular. No Brasil, Leandro Konder (1977), seguido por outros pesquisadores como Atílio Borón, propuseram reconstruir o conceito de fascismo a partir de pensadores marxistas. No entanto, essas análises mantinham uma perspectiva eurocêntrica e datada do fascismo e negaram a

[55] No original: "[...] a genus of political ideology whose mythic core in its various permutations is a palingenetic form of populist ultra-nationalism" (Griffin *apud* Bianchi; Melo, 2023, p. 18).

ditadura militar como um regime fascista. Liliana de Riz (1977) foi quem destoou dessa perspectiva, propondo um estudo comparativo considerando as condições concretas em cada contexto.

Inspirados nas obras de Juan Linz (1964) e Nicos Poulantzas (1970), os estudos de O'Donnell (1973), Cardoso (1975), Trindade (1983) e Tzeiman (2019) optaram pelo conceito de autoritarismo em vez de fascismo para analisar as ditaduras militares na América Latina. Porém, novos estudos como o organizado por Stein Larsen (2001) recolocam a questão do fascismo nos países do Sul Global, ainda que permaneça a perspectiva eurocêntrica (BIANCHI; MELO, 2023).

Ao analisar o surgimento da direita radical na atualidade, Enzo Traverso (2021) defende que o conceito tradicional de fascismo, ainda que indispensável, seria inadequado para entender essa nova realidade. O conceito de neofascismo, por sua vez, caberia àqueles movimentos que defendem uma continuidade ideológica com o fascismo histórico, que buscam revitalizá-lo, perpetuá-lo. Porém, o fenômeno atual apresenta diferenças e particularidades que, não obstante à continuidade, é marcado por transformações significativas, razão pela qual o pesquisador propõe o conceito de *pós-fascismo* para pensar tais movimentos, particularmente na Europa.

O conceito de *pós-fascismo* propõe abarcar a complexidade, a heterogeneidade e a evolução em andamento dos movimentos ligados à direita radical que se proliferam na Europa atualmente, caracterizado mais pela submissão ao capital financeiro internacional do que pelo nacionalismo. Porém, em entrevista concedida a Rosane Pavam para a Jacobin Brasil, Traverso (2021) afirma que o governo de Jair Bolsonaro é mais "[...] uma forma específica de neofascismo neoliberal ou neoliberalismo fascista" (Traverso, 2021, n.p).

De acordo com Bianchi e Melo (2023, p. 31, tradução nossa):[56]

> Para os pesquisadores do Sul Global, mais importante do que encontrar um "fascista mínimo", como insistem as teorias hegemônicas, é a pesquisa empírica de processos políticos concretos, destacando suas múltiplas e contraditórias formas, e as relações entre esses diversos processos políticos. Ao contrário do que se acredita há muito tempo, esses processos não podem ser estudados restringindo-os às realidades políticas nacionais. O fascismo, desde as suas origens, foi um movimento internacional, ultranacionalista, e continua a sê-lo. Revelar o carácter transnacional do movimento fascista não implica dissolver todas as experiências nacionais num modelo europeu. Ao contrário, implica dissolver todos os modelos em experiências nacionais

[56] No original: "For researchers in the Global South, more important than finding a "minimum fascist," as hegemonic theories insisted, is the empirical research of concrete political processes, highlighting their multiple and contradictory forms, and the relationships between these diverse political processes. Contrary to what has been believed for a long time, these processes cannot be studied by restricting them to national political realities. Fascism, since its origins, was an international, ultranationalist movement, and it remains one. Revealing the transnational character of the fascist movement does not imply dissolving all national experiences in a European model. On the contrary, it implies dissolving all models into multiple and interconnected national experiences" (2023, p. 31).

> múltiplas e interconectadas.

Ainda que se concorde, aqui, com a tese de que o fenômeno no Sul Global deve ser pensado em suas especificidades, quando se pensa no nível macropolítico, entende adequado o conceito de *microfascismo* para pensar o nível micropolítico, considerando-o como inerente aos processos de subjetivação que se dão no contexto da família burguesa, nuclear, autoritária.

3.1.1 Fascismo e máquinas desejantes

> O Estado fascista foi, sem dúvida, dentro do capitalismo, a mais fantástica tentativa de reterritorialização econômica e política (Deleuze; Guattari, 2004, p. 269).

Em *O anti-Édipo*, Deleuze e Guattari (2004, p. 33) afirmam que "[...] o problema fundamental da filosofia política é ainda aquele que Espinosa soube levantar (e que Reich redescobriu): 'Por que os homens combatem por sua servidão como se se tratasse da sua salvação?' Como é possível que se chegue a gritar: mais impostos! menos pão!".

Ou seja, é pela perspectiva do desejo que se deve pensar o fascismo, pois, dizem eles, em consonância com Reich: "[...] não, as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo num certo momento, em determinadas circunstâncias, e é isto que é necessário explicar, essa perversão do desejo gregário" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 33).

Não se trata, dessa forma, de pensar a metástase do fascismo como resultado de propagandas bem elaboradas, de utilizar as tecnologias digitais de comunicação para a manipulação da opinião; é a "[...] capacidade das massas para absorver essas ideias — aquilo a que chamamos a '*base de psicologia de massas*' do ditador — que constitui a força do fascismo" (Reich, 1988, p. 102). Sem isso, o controle de todo o aparato de comunicação não obteria grandes resultados.

Para Wilhelm Reich (1988), a repressão no inconsciente dos impulsos sexuais das massas produzida pelas instituições, extremamente autoritárias e hierárquicas, é a causa fundamental da servidão política. Dessa forma, segundo Reich (1988, p. 45):

> A inibição moral da sexualidade natural na infância, cuja última etapa é o grave dano da sexualidade genital da criança, torna a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, "boa" e "dócil", no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como sexo é um assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico.

Instituições menos repressivas, seriam, então, para Reich (1988), uma forma de desenvolver a libido sexual que favoreça a vida. Se os esforços empreendidos foram até então frustrados, é porque não se atentou que "[...] só a *democracia do trabalho* pode criar os alicerces da *verdadeira* liberdade" (Reich, 1988, p. 243). A conclusão é que: "As massas humanas que agora são incapazes de liberdade têm de conquistar o poder social para então serem capazes de ser livres e de estabelecer a liberdade" (Reich, 1988, p. 265).

É o livre exercício do poder sobre as instituições que permitirá às massas expressarem livremente seus desejos, pois o desejo de opressão é o desejo de liberdade produzido pela opressão política e social por meio dessas instituições. É por isso que, para Reich (1988, p. 14), "[...] o fascismo internacional nunca será derrotado por manobras políticas. Mas sucumbirá perante a organização natural do trabalho, do amor e do conhecimento em escala internacional".

"*Existe apenas o desejo e o social, e nada mais*" (Deleuze; Guattari 2004, p. 33). Para Deleuze e Guattari (2004, p. 33) não há produção social sem produção desejante e nem produção desejante sem produção social e, entre produção social e produção desejante, a diferença é apenas de regime, e não de natureza.

Ao tentar entender o desejo das massas pelo fascismo, argumentam Deleuze e Guattari (2004), Reich "[...] se contentou em invocar como explicação o ideológico, o subjectivo, o irracional, o negativo e o inibido" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 361). Para eles, as análises de Reich permaneceram presas na dicotomia objetivo/subjetivo, o que o impediu de ver o desejo como parte da infraestrutura. A distinção a ser feita, segundo eles,

> [...] é interior à própria infra-estrutura econômica e aos seus investimentos. A economia libidinal não é menos objectiva do que a economia política, e a política não é menos subjectiva do que a libidinal, embora as duas correspondam a dois modos de investimentos diferentes da mesma realidade como realidade social. Há um investimento libidinal inconsciente de desejo que não coincide necessariamente com os investimentos pré-conscientes de interesse, e que explica como é que estes podem ser perturbados, pervertidos, na mais lúgubre organização, por baixo de qualquer ideologia (Deleuze; Guattari, 2004, p. 361-362).

Um equívoco de Reich, segundo Deleuze e Guattari (2004), teria sido não se dar conta de que não é uma questão de ideologia. Pois o investimento libidinal inconsciente não coincide com os investimentos pré-conscientes. É isso que permite compreender alguém ser contra seus próprios interesses. Não é ideologia ou falta de conhecimento, engano, mas de desejo. Dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 109):

> Tudo isto se passa não na ideologia mas muito mais abaixo. Um investimento inconsciente de tipo fascista, ou reaccionário, pode coexistir com um investimento consciente revolucionário. E também pode acontecer (mas raramente) que um investimento revolucionário ao nível do desejo coexista com um investimento reaccionário conforme a um interesse consciente.

O interesse, dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 268) "[...] pode ser enganado, desconhecido ou traído, mas o desejo não". Ou seja, é possível, ao mesmo tempo, por uma síntese conectiva disjuntiva inclusiva, ser, no plano do interesse, do discurso, da consciência, revolucionário e, no plano do desejo, reacionário. Dito de outro modo, é possível que mesmo aquele que se junta a lutas revolucionárias, libertárias, sinta prazer pela autoridade a ele conferida por um cargo qualquer.

Se o esquizo não é em si revolucionário, dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 357), "[...] o processo esquizofrénico (de que o esquizo é só a interrupção, ou a continuação no vazio) é o potencial da revolução". Isso porque, segundo eles, toda fuga é, ao mesmo tempo, investimento social, restando apenas dois polos a serem escolhidos: "[...] a contra-fuga paranóica que anima todos os investimentos conformistas reaccionários e fascizantes, ou a fuga esquizofrénica conversível em investimento revolucionário" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 357).

A produção desejante, dizem Deleuze e Guattari (2004, p. 107), "[...] é o limite entre a organização molar e a multiplicidade molecular do desejo; é preciso que esse limite de desterritorialização passe agora para dentro da organização molar, que se aplique a uma territorialidade factícia e submetida".

Molar e molecular não se referem ao coletivo e ao individual, pois se todo investimento é social, molar e molecular se referem a modalidades coletivas, porém, uma delas relacionada ao investimento libidinal do grupo sujeitado, "[...] que reprime e recalca o desejo das pessoas; o outro é um investimento de grupo-sujeito nas multiplicidades transversais em que o desejo é um fenómeno molecular, isto é, objectos parciais fluxos, em oposição aos conjuntos e às pessoas" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 292).

Se, por um lado, são as mesmas máquinas, "[...] não são de modo algum nem o mesmo regime, nem as mesmas relações de grandeza, nem as mesmas utilizações de sínteses" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 300). Isso porque, segundo Deleuze e Guattari (2004, p. 300):

> Só ao nível submicroscópico das máquinas desejantes é que existe funcionalismo, arranjos maquínicos, e uma maquinaria do desejo (*engineering*); porque é somente a esse nível que funcionamento e formação, utilização e montagem, produto e produção se confundem. Todos os funcionalismos molares são falsos, visto que as máquinas orgânicas e sociais não se formam da maneira como funcionam, e as máquinas técnicas não são montadas da maneira como são usadas, mas implicam precisamente determinadas condições que separam a produção própria do seu produto.

Teríamos, a partir disso, as quatro teses da esquizoanálise: a primeira é que "[...] todo o investimento é social e tem por objecto um campo social histórico" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 358). A segunda tese consiste em "[...] distinguir, dentro dos investimentos sociais, o investimento libidinal inconsciente de grupo ou de desejo, e o investimento pré-consciente de

classe ou de interesse" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 360). A terceira tese considera que "[...] o investimento libidinal do campo social é primeiro em relação aos investimentos familiares" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 373). Édipo, mais do que uma produção familiar ou estrutura universal da psique humana, é uma produção social[57]. Trata-se, aqui, segundo Deleuze e Guattari, (2004) de desfazer o eu, substituindo-o "[...] pelas linhas de singularidades a-edipianas, pelas máquinas desejantes. Porque há de facto uma revolução sexual que não diz respeito nem aos objectos, nem às fontes, nem aos fins, mas unicamente à forma ou aos índices maquínicos" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 384). A quarta tese consiste na "[...] distinção dos dois pólos do investimento libidinal social, o pólo paranóico, reaccionário e fascista, e o pólo esquizóide revolucionário (Deleuze; Guattari, 2004, p. 385).

Se o complexo de Édipo, dizem Deleuze e Guattari (2004), é uma estrutura de desejo, para além dessa estrutura há o desestruturado, antes de qualquer estrutura organizada, há uma *máquina*[58], um processo de produção, há a *máquina desejante*[59].

Se a falta, a lei e o significante são inerentes ao complexo de Édipo, o mesmo não ocorre com a máquina desejante, cujo regime é de produção incessante de realidade. O problema prático da esquizoanálise é, para Deleuze e Guattari (2004, p. 117), "[...] devolver às sínteses do inconsciente a sua utilização imanente. Desedipianizar, desfazer a teia de aranha do papá-mamã, destruir as crenças para conseguir atingir a produção das máquinas desejantes e os investimentos econômicos e sociais, fazer uma análise militante". É aqui que recorrem ao conceito de *corpo sem órgãos*, como o local da pura intensidade[60].

Política e desejo, esses parecem ser os grandes temas de *O anti-Édipo*. É a partir do desejo que Deleuze e Guattari (2004) analisam as formas de ação política: uma aprisionada aos estratos molares, reacionária, outra esquizo, aberta a novas conexões, a novas realidades.

Se em *O anti-Édipo* Deleuze e Guattari (2004) abordam o fascismo como investimento libidinal no polo paranoico, em *Mil platôs*, segunda parte de *Capitalismo e esquizofrenia*, é o *microfascismo*, o fascismo em nível molecular que será objeto de análise. Mais do que uma mudança na forma de conceituar, trata-se de uma mudança de foco na abordagem.

---

[57] Ver subseção *Édipo e o inconsciente em O anti-Édipo,* do capítulo *O anti-Édipo e as máquinas desejantes*, da parte 2.
[58] Ver capítulo *Máquina*, da parte 2.
[59] Ver capítulo *O anti-Édipo e as máquinas desejantes*, da parte 2.
[60] Ver subseção *Édipo e o inconsciente em O anti-Édipo,* do capítulo *O anti-Édipo e as máquinas desejantes*, da parte 2.

3.1.2 Microfascismo

> É muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas (Deleuze; Guattari, 1996, p. 85).

Para compreender, na obra de Guattari e nas que ele produziu em parceira com Deleuze, as relações entre capital e microfascismo, é importante analisar alguns conceitos que irão articular. São os conceitos de *estrato*, *regimes de signos*, *rostidade*, *buraco negro*, *muro branco*, *corpo sem órgãos*.

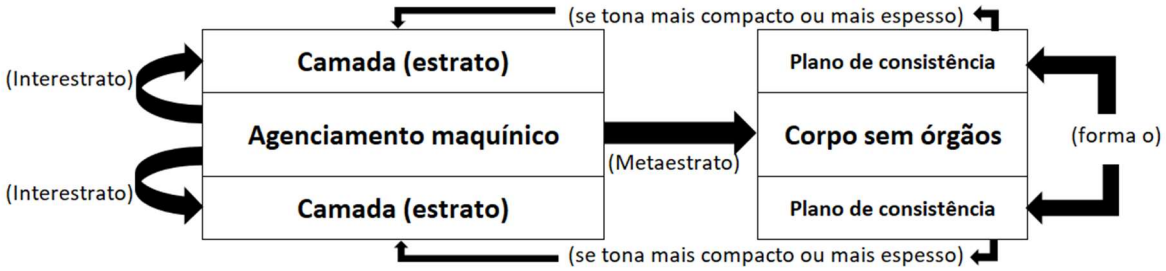
Em *10.000 a.C. A Geologia da moral (quem a Terra pensa que é?)*, do volume 1 de *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari (2000) apresentam uma ontologia na qual os seres humanos não possuem qualquer predomínio ontológico sobre os outros seres. Nessa ontologia das multiplicidades, a constituição de tudo é pensada como territorialização, desterritorialização, reterritorialização, codificação, descodificação, sobrecodificação, relativos a processos de estratificação e desestratificação.

Deleuze e Guattari (2000) partem das façanhas do professor Challenger, personagem de Arthur Conan Doyle que, no conto de 1928 intitulado *O dia em que a Terra gritou*, para provar a hipótese de que a Terra era um organismo vivo e, ao mesmo tempo, fazê-la perceber sua presença e a existência da humanidade sobre ela, a escava até que ela grite de dor. Em seguida, o tema dos *estratos* passa a ser desenvolvido:

> Os estratos eram Camadas, Cintas [...]. As camadas eram os próprios estratos. Grupavam-se, no mínimo, aos pares, uma servindo de subestrato à outra. A superfície de estratificação era um agenciamento maquínico que não se confundia com os estratos. O agenciamento ficava entre duas camadas, entre dois estratos, tendo portanto uma face voltada para os estratos (nesse sentido era um interestrato), mas também uma face voltada para outro lugar, para o corpo sem órgãos ou plano de consistência (era um metaestrato). Na verdade, o próprio corpo sem órgãos formava o plano de consistência, que se tornava compacto ou mais espesso no nível dos estratos. (Deleuze; Guattari, 2000, p. 54)

O esquema a seguir foi elaborado a partir dessa citação com o intuito de mapear as relações entre agenciamento maquínico, estratos, plano de consistência e corpo sem órgãos, para depois, articulando tais conceitos aos de máquinas abstratas e de plano e imanência, compreender como Deleuze e Guattari entendem os processos de estratificação e de produção de novas realidades.

Quadro 1 – Estratos



Fonte: elaborado pelo autor.

Os estratos, dizem Deleuze e Guattari (2000, p. 54) seriam "[...] fenômenos constitutivos de dupla articulação". Essa dupla articulação se daria entre forma e substância, o molar e o molecular, expressão e conteúdo. A substância, associada a noção de território, é a matéria formada, sendo a matéria aquilo que não tem forma, um fluxo, um contínuo, sem limites ou separações, o não diferenciado, não segmentado. A forma, associada a noção de código, é, então, o que separa, segmenta, diferencia, o limite, o que torna o contínuo descontínuo. Mas isso não quer dizer que a forma sempre precede a substância, que a substância dependa de uma forma. É a articulação entre o molar e o molecular que determina essas funções.

No molar, a forma precede a substância. As organizações pré-formadas, centralizadas e hierarquizadas irão imprimir na matéria não formada uma tal forma, enquanto no molecular é a substância que precede a forma. Isso porque, no molecular, a substância se auto-organiza, fazendo com que a forma emerja dessa auto-organização. Assim, tanto o molecular pode se converter em molar, como o molar em molecular, ou mesmo depender do recorte feito, pois nada é um extrato em si.

O molar está relacionado à normalidade, ao homem, ao branco, ao hetero, enquanto o molecular está relacionado aos devires minoritários, à cartografia, na qual a forma não é dada antes do movimento, mas pelo movimento. No molar, o código precede o território, enquanto no molecular, o código é criado pelo território.

> As formas implicam um código, modos de codificação e descodificação. As substâncias como matérias formadas se referem a territorialidades, a graus de territorialização e desterritorialização. Mas há, justamente, código e territorialidade para cada articulação, cada uma comportando, por sua conta, forma e substância. No momento, podia-se apenas dizer que a cada articulação correspondia um tipo de segmentaridade ou de multiplicidade: um maleável, sobretudo molecular e apenas ordenado; outro mais duro, molar e organizado (Deleuze; Guattari, 2000, p. 55).

O diálogo com Saussure e Hjelmslev é evidente. Se para Saussure (2002), como vimos,

o signo é um todo constituído por um significante e um significado, não existindo "[...] nem significado sem significante, pois o significante sempre evoca um significado, enquanto o significado não existe fora dos sons que o veiculam" (Fiorin, 2010, p. 58), Hjelmslev, "[...] o príncipe sombrio descendente de Hamlet [...] também trabalhava com linguagem, mas para, justamente, depreender sua 'estratificação'" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 57). Hjelmslev, dizem Deleuze e Guattari (2000, p. 74), elaborou "[...] uma grade com as noções de matéria, conteúdo e expressão, forma e substância. Esses eram os 'strata', dizia Hjelmslev".

Assim, se para Saussure o pensamento amorfo receberia a forma do significante, para Hjelmslev, o conteúdo – que para Saussure era o significado –, e a expressão – que para Saussure era o significante –, possuem eles também estratos, que são uma matéria, uma forma e um conteúdo. Expressão e conteúdo teriam, cada um, uma forma e uma substância. Teríamos, então, para Hjelmslev o seguinte esquema:

Quadro 2 – Conteúdo e expressão.

Semioticamente amorfa	MATÉRIA DE CONTEÚDO
Semioticamente formada	SUBSTÂNCIA DE CONTEÚDO
SIGNO	FORMA DE CONTEÚDO
	FORMA DE EXPRESSÃO
Semioticamente formada	SUBSTÂNCIA DE EXPRESSÃO
Semioticamente amorfa	MATÉRIA DE EXPRESSÃO

Fonte: elaborado pelo autor.

Porém, Deleuze e Guattari (2000) entendem que conteúdo e expressão não são suficientes para pensar todos os tipos de relações que se dão entre os estratos, bem como não colocam em questão qual é a fonte dos fluxos de conteúdo e dos códigos que o segmenta e estratifica. Os conceitos de subestrato, epistrato e paraestrato são criados para suprir essa lacuna. Os substratos seriam os estratos que fornecem a matéria para outros estratos. A relação entre esses estratos seria entre um meio externo e um meio interno. Como não haveria um fora, esses materiais que constituem um meio exterior, é exterior *do* estrato e não *ao* estrato, sendo que "[...] esse exterior e esse interior eram relativos, só existindo por suas trocas, graças, portanto, ao estrato que os colocava em correlação" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 64). Os epistratos envolveria um meio intermediário. Todo estrato é formado por um conjunto de outros estratos, que por sua vez também é formado por um conjunto de outros estratos. O epistrato é esse estrato que se relaciona com outro estrato como um elemento que o constitui. Os paraestratos são os estratos que dão a forma a outros estratos como meio associado. Seria "[...] no nível do limite ou da membrana própria à cinta central que as correlações ou traços formais

comuns a todo o estrato tomavam necessariamente formas ou tipos de formas completamente diferentes correspondendo aos paraestratos" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 67).

A proposta de Deleuze e Guattari (2000) é de uma ontologia[61] para a qual a distinção humano e não-humano, vivo e não-vivo, enfim, todos os binarismos não fariam qualquer sentido, uma ontologia que englobe tanto os estratos linguísticos como os estratos biológicos e os estratos físico-químicos. Em todos eles, a relação entre o conteúdo e expressão estariam em jogo.

Nos estratos físico-químico, a relação entre a expressão e o conteúdo seria no nível da ordem de grandeza, pois o conteúdo, molecular, estaria em relação linear com a expressão, molar. A transparência ou a opacidade de um cristal depende de sua constituição no nível molecular.

No domínio biológico a expressão se torna independente do conteúdo. Se nos estratos físico-químicos a codificação "[...] era coextensiva ao estrato, a do estrato orgânico se processa numa linha independente e autônoma que se destaca ao máximo das segunda e terceira dimensões" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 75). O exemplo dado aqui é o do DNA:

> O alinhamento do código ou a linearidade da seqüência nucléica marcam efetivamente um limiar de desterritorialização do "signo", que define a nova aptidão para ser copiado, mas que define também o organismo como mais desterritorializado que um cristal: só o desterritorializado é capaz de se reproduzir (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 76).

Nos estratos antropomórficos, "[...] a forma de expressão torna-se lingüística e não mais genética, quer dizer, opera por símbolos compreensíveis, transmissíveis modificáveis de fora" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 77). Se no DNA haveria uma linearidade de expressão e uma independência da expressão, aqui há uma sobrelinearidade da expressão e uma independência da forma, ou seja, não é somente a expressão, mas também a forma se torna independente da substância. Se no biológico o conteúdo ainda se encontra preso ao organismo, agora a independência da forma permite a traduzibilidade, pois a mesma forma pode ser aplicada a diferentes conteúdos.

> O que variava de um estrato a outro era a natureza da distinção real entre conteúdo e expressão, a natureza das substâncias como matérias formadas, a natureza dos movimentos relativos. Podia-se sumariamente distinguir três grandes tipos de distinção real: a real-formal para as ordens de grandeza onde se instaurava uma ressonância de expressão (indução); a real-real para sujeitos diferentes onde se instaurava uma linearidade de expressão (transdução); a real-essencial para atributos ou categorias diferentes onde se instaurava uma sobrelinearidade de expressão

[61] A ontologia proposta por Deleuze e Guattari será melhor explorada na segunda parte da pesquisa, quando será analisado o conceito de *máquina*.

(tradução) (Deleuze; Guattari, 2000, p. 90).

Tudo o que está atualizado já é molar e molecular, e Deleuze e Guattari (2000) pretendem ir além não apenas do molar, mas do molecular, em direção ao absolutamente desorganizado e sem forma, às puras intensidades, ao plano de consistência, ao "[...] Corpo sem Órgãos, quer dizer, o corpo não-formado, não-organizado, não-estratificado ou desestratificado, e tudo o que escorria sobre tal corpo, partículas submoleculares e subatômicas, intensidades puras, singularidades livres pré-físicas e pré-vitais" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 57-58). Isso seria considerar o virtual, o devir para superar os pressupostos do estruturalismo. Nessa longa, mas importante citação, dizem Deleuze e Guattari (2000, p. 82):

> Parece que só se pode falar rigorosamente de signo quando há uma distinção não apenas real, mas categorial, entre as formas de expressão e as formas de conteúdo. Então, há semiótica, no estrato correspondente, porque a máquina abstrata está erigida exatamente na posição que lhe permite "escrever", quer dizer, tratar da linguagem e dela extrair regimes de signos. Mas, aquém, nas codificações ditas naturais, a máquina abstrata permanece envolvida nos estratos: ela nada escreve e não dispõe de qualquer grau de liberdade para reconhecer algo como signo (salvo no sentido estritamente territorial do animal). E, para além, a máquina abstrata se desenvolve no plano de consistência, não tendo mais como distinguir categoricamente signos de partículas; por exemplo, ela escreve, mas escreve diretamente no real, tem uma inscrição direta no plano de consistência. Então, parece razoável reservar a palavra signo, propriamente falando, para o último grupo de estratos. Mas esta discussão terminológica só tem verdadeiramente interesse porque remete também a um outro perigo: não mais o imperialismo da linguagem em todos os estratos, ou a extensão do signo a todos os estratos, mas o imperialismo do significante sobre a própria linguagem, sobre o conjunto dos regimes de signos e sobre a extensão do estrato portadora desses regimes. Não se trata mais de saber se o signo se aplica a todos os estratos, mas se o significante se aplica a todos os signos, se todos os signos são dotados de significância, se a semiótica dos signos remete necessariamente a uma semiologia do significante. Por esse caminho, é possível até que sejamos levados a economizar a noção de signo, pois a primazia do significante sobre a linguagem é mais eficaz que a simples expansão do signo em todos os sentidos para garantir a primazia da linguagem sobre todos os estratos. Queremos dizer que a ilusão própria a essa posição da Máquina abstrata, ilusão de apreender e abarcar todos os estratos com suas pinças, pode ser efetuada pela ereção do significante mais seguramente ainda do que pela extensão do signo (graças à significância, a linguagem pretende estar diretamente ligada aos estratos, independentemente de uma passagem por signos supostos para cada um deles). Mas continuamos a andar em círculo; propaga-se, assim, a mesma gangrena.

O que haveria para além dos estratos seria o *plano de consistência*, as *máquinas abstratas*, o *corpo sem órgãos*, as singularidades, o devir, os acontecimentos, o indiscernível. É o virtual em relação a atualidade das estruturas. As máquinas abstratas seriam como diagramas ou axiomas em um plano de consistência, o plano da matéria pura, da desterritorialização absoluta, do desestratificado. Teríamos, então, o "[...] Ecúmeno ou unidade de composição definia, e desenvolvida no plano de consistência cuja desestratificação conduzia (o Planômeno)" (Deleuze; Guattari, 2000, p. 90).

Em síntese, todo extrato é feito de uma substância, uma matéria que ganhou uma forma.

Nos estratos molares, a forma precede a substância, enquanto nos moleculares, a substância precede a forma. Os estratos podem se organizar como expressão e conteúdo, cada qual com uma matéria, uma forma e um conteúdo, como substratos, epistratos e paraestratos e estão nos três grandes grupos: o físico-químico, onde a expressão é molar e o conteúdo é molecular, o biológico, onde a expressão se torna independente do conteúdo, e o humano, linguístico, onde a expressão se torna linguagem e a forma se torna independente da substância. Mas além do nível dos estratos, do atual, haveria o virtual, o plano da matéria pura, do fluxo, o plano de consistência. Teríamos, então, de forma simplificada, o seguinte esquema:

Quadro 3 – Código e território

<table>
<tr><td></td><td></td><td>MATÉRIA DE CONTEÚDO</td><td colspan="2">VIRTUAL</td></tr>
<tr><td rowspan="4">ESTRATO</td><td>CÓDIGO</td><td>FORMA DE CONTEÚDO</td><td>MÁQUINA CONCRETA</td><td rowspan="4">ATUAL</td></tr>
<tr><td rowspan="2">TERRITÓRIO</td><td>SUBSTÂNCIA DE CONTEÚDO</td><td rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>SUBSTÂNCIA DE EXPRESSÃO</td></tr>
<tr><td>CÓDIGO</td><td>FORMA DE EXPRESSÃO</td><td>REG. DE SIGNOS/ENUN. COLETIVA</td></tr>
<tr><td></td><td></td><td>MATÉRIA DE EXPRESSÃO</td><td colspan="2">VIRTUAL</td></tr>
</table>

Fonte: elaborado pelo autor.

Em *587 A.C. – 70 D.C. – Sobre alguns regimes de signos*, do volume 2 de *Mil Platôs*, dedicado às questões semióticas e linguísticas, Deleuze e Guattari (1997a) exploram certas formalizações, certas organizações de signos, e como essas formalizações, essas organizações se relacionam, de algum modo, a certos tipos de sociedade. São quatro os regimes de signos abordados: regimes pré-significantes, significantes, contra-significantes e pós-significantes. Eles estariam relacionados, de forma predominante, às organizações sociais: primitiva, imperial, nômade e estatal, respectivamente.

A referência inicial ao Êxodo busca pôr em evidência um momento simbólico, que é quando a linha de fuga de um regime significante despótico imperial arcaico irá constituir um regime pós-significante, o regime de subjetivação, que opera por um processo de interiorização. A junção do regime pós-significante com o regime significante, dizem Deleuze e Guattari (1997a), é que tornará possível a *máquina de rostidade* do Estado Moderno em seus dois polos: o despótico-paranoico, relativo ao regime significante, e o autoritário-passional, do regime pós-significante.

Todo regime de signo – ou semiótica – seria uma "[...] formalização de expressão específica, pelo menos quando a expressão for lingüística" (Deleuze; Guattari, 1997a, p. 61). Embora comumente usados como sinônimos, os autores optam por distinguir os termos semiótica e semiologia, reservando este para as semióticas significantes, e aquele para os outros

regimes de signos que não estão submetidos à lógica do significante e do significado. Com isso, encontram um meio de pensar para além do estruturalismo.

No regime significante, todo signo, conforme a concepção estruturalista da linguagem de Saussure, pode ser interpretado a partir da lógica segundo a qual todo significante remete a outro significante. Assim, o significante nunca remete a uma realidade, a uma situação ou estado de coisa. De acordo com Deleuze e Guattari (1997a, p. 62), o "[...] regime significante do signo (o signo significante) possui uma fórmula geral simples: o signo remete ao signo, e remete tão somente ao signo, infinitamente". Segundo Deleuze e Guattari (1997a, p. 68):

> O regime significante do signo é definido por oito aspectos ou princípios: 1) o signo remete ao signo, infinitamente (o ilimitado da significância, que desterritorializa o signo); 2) o signo é levado pelo signo, e não cessa de voltar (a circularidade do signo desterritorializado); 3) o signo salta de um círculo a outro, e não cessa de deslocar o centro ao mesmo tempo que de se relacionar com ele (a metáfora ou histeria dos signos); 4) a expansão dos círculos é sempre assegurada por interpretações que fornecem significado e fornecem novamente significante (a interpretose do sacerdote); 5) o conjunto infinito dos signos remete a um significante maior que se apresenta igualmente como falta e como excesso (o significante despótico, limite de desterritorialização do sistema); 6) a forma do significante tem uma substância, ou o significante tem um corpo que é Rosto (princípio dos traços de rostidade, que constitui uma reterritorialização); 7) a linha de fuga do sistema é afetada por um valor negativo, condenada como aquilo que excede à potência de desterritorialização do regime significante (princípio do bode emissário); 8) é um regime de trapaça universal, ao mesmo tempo nos saltos, nos círculos regrados, nos regulamentos das interpretações do adivinho, na publicidade do centro rostificado, no tratamento da linha de fuga.

O significante, livre de qualquer relação que não seja com outro significante está sempre se deslocando em uma cadeia significante que pode circular voltando ao mesmo ponto e formando círculos concêntricos de significância numa repetição constante, sendo a interpretação a mera passagem de um círculo ao outro infinitamente, criando a dependência de alguém ou algo para interpretar o sentido, como um sacerdote ou o psicanalista, o Grande Outro, a figura de autoridade que interrompa esse movimento paranoico, que dê o sentido final, a lei. Se a forma é o significante, o rosto é a substância. Como um regime marcado pela falta, sempre se busca ganhar alguma coisa, por isso um regime da trapaça. Porém, sempre algo escapa, e tudo que não entra nesse movimento é colocado para fora.

O regime pré-significante, característico de sociedades sem Estado ou qualquer instituição bem definida, sociedades que operam por segmentaridade, sua marca é a multiplicidade, a heterogeneidade de formas de expressão. Se o regime significante tem como característica a concentricidade, no regime pré-significante temos vários centros que se conectam, mas sem necessariamente ressoar um no outro. Não há, portanto, um centro absoluto de poder, mas poderes difusos e múltiplas formas operando. É a semiótica "[...] considerada primitiva, muito mais próxima das codificações 'naturais' que operam sem signos" (Deleuze;

Guattari, 1997a, p. 68). É importante ressaltar que essa ausência de Estado não significa estágios inferiores, mas o resultado de uma postura ativa de luta dessas sociedades contra tal instituição, ou seja, nela já há uma *máquina de guerra* operando, posto que seu objetivo não é a guerra, mas a linha de fuga.

O regime contra-significante também escapa à lógica do significante, assim como o regime pré-significante, mas diferente deste, seu caráter descentralizado investe contra o significante e, por isso, tal regime é organizado em torno de uma máquina de guerra. Se os regimes pré-significantes são regimes de territorialidade e toda desterritorialização é para a reterritorialização em um outro território, no regime contra-significante, a máquina de guerra dos povos nômades, "[...] terríveis nômades criadores e guerreiros, em contraste com os nômades caçadores que faziam parte da precedente", nos termos de Deleuze e Guattari (Deleuze; Guattari, 1997a, p. 69-70), a reterritorialização se dá na própria desterritorialização. Trate-se de uma "[...] semiótica que procede menos por segmentaridade do que por aritmética e numeração" (Deleuze; Guattari, 1997a, p. 70). O sentido de número aqui não é o da expressão quantitativa, de expressões pré-definidas, mas o da diferença; os números, nessa lógica, não são equivalentes, mas de um movimento, de um fluxo que não pode ser fechado em unidades.

O regime pós-significante escapa, assim como o pré-significante e o contra-significante, da lógica do significante. Sua forma é a subjetividade e, portanto, não mais na relação significante e significado, mas no sujeito da enunciação e sujeito do enunciado. Não há, aqui, um sistema exterior que se impõe, como no modelo paranoico, mas cada um é o enunciador de seu próprio enunciado, caracterizado, dessa forma, não pela circularidade, mas pela linearidade, uma linha passional que tem a sua origem no ponto de subjetivação, do qual deriva o sujeito de enunciação e, dele, o sujeito do enunciado, retomando o processo. Para Deleuze e Guattari (1997a, p. 84-85):

> Há aí uma estranha invenção: como se o sujeito duplicado fosse, em uma de suas formas, causa dos enunciados dos quais ele mesmo faz parte na sua outra forma. É o paradoxo do legislador-sujeito, que substitui o déspota significante: quanto mais você obedece aos enunciados da realidade dominante, mais comanda como sujeito de enunciação na realidade mental, pois finalmente você só obedece a você mesmo, é a você que você obedece! E é você quem comanda, enquanto ser racional... Inventou-se uma nova forma de escravidão, ser escravo de si mesmo, ou a pura "razão", o Cogito. Existe algo mais passional do que a razão pura? Existe uma paixão mais fria e mais extrema, mais interessada do que o Cogito?

Há, portanto, como no regime pré-significante, uma segmentaridade, mas uma segmentaridade linear, um processo temporal em que cada novo ponto é um novo centro de poder. Nesse regime opera uma linha de fuga positiva que, diferente da negativa, quando há o retorno ao regime anterior, se reterritorializa em novos territórios, mas territórios já

estabelecidos, portanto, diferente, também, de uma desterritorialização absoluta, aquela de uma máquina de guerra dos povos nômades.

> É como se fosse necessário distinguir três tipos de desterritorialização: umas relativas, próprias aos estratos, e que culminam com a significância; outras absolutas, mas ainda negativas e referentes aos estratos, que surgem na subjetivação (Ratio e Passio); enfim a eventualidade de uma desterritorialização positiva absoluta no plano de consistência ou corpo sem órgãos (Deleuze; Guattari, 1997a, p. 92).

Como vimos, é somente nesse plano – linguístico, antropológico –, em razão da sobrelinearidade da linguagem, que vai se tornar possível a tradução de uma língua por outra língua. A independência da forma de expressão em relação ao conteúdo permite que ela circule por diversos agenciamentos, situação que, segundo Deleuze e Guattari (2000, p. 79), "[...] suscita certas pretensões imperialistas da linguagem".

A proposta de Deleuze e Guattari (1997a), por sua vez, é pensar a linguagem no nível pragmático, e não significante, não reduzindo, dessa forma, os regimes de signos à língua ou à linguagem, mas a partir dos pressupostos e da enunciação. A língua, portanto, não se define só por suas constantes, por suas regras, mas por suas condições de enunciação, e é aqui que a *língua menor* se distingue da *língua maior*, pois ainda que se utilizem as mesmas expressões, a mesma sintaxe, a distinção se dá exatamente pelas condições de enunciação. Nos regimes de signos, portanto, o foco está na formalização, considerando as diferentes condições de enunciação.

Em *28 de novembro de 1947 – como criar para si um Corpo sem Órgãos*, do volume 3 de *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari (1996) propõem pensar a produção de novos modos de existência partindo do conceito de corpo sem órgãos, criado por Antonin Artaud e que aparece em *Para acabar com o juízo de Deus*. Essa obra de Artaud foi, dizem Deleuze e Guattari (1996, p. 11): "[...] uma experimentação não somente radiofônica, mas biológica, política, atraindo sobre si censura e repressão. *Corpus* e *Socius*, política e experimentação. Não deixarão você experimentar em seu canto". O conceito já havia aparecido antes em *Lógica do sentido*, de Deleuze (1974) e, como vimos, em *O anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari (2004).

A imagem do *ovo de dogon*, no início do capítulo, expressaria a "repartição das intensidades" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 10). Trata-se de pensar o corpo não pelas suas formas, pelas suas funções, mas pelo que os afeta, pelo como é afetado, pelas intensidades que o atravessa: "O Corpo sem órgãos é o campo de imanência do desejo, o plano de consistência própria do desejo (ali onde o desejo se define como processo de produção, sem referência a qualquer instância exterior, falta que viria torná-lo oco, prazer que viria preenchê-lo)" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 16). O corpo sem órgãos não se refere, portanto, apenas ao corpo biológico,

ao corpo organizado, mas também ao que está para além dos estratos, ao não formado, ao não estruturado, ao não hierarquizado, à matéria amorfa.

Deleuze e Guattari (1996) relacionam três tipos de corpo sem órgãos: o corpo esvaziado, o corpo pleno e o corpo canceroso. Para criar um corpo sem órgãos, é necessário, primeiro, desfazer alguns estratos: o estrato do organismo, do corpo biológico; o estrato da significância, do regime significante, do agenciamento despótico, o corpo da linguagem, das regras gramaticais, dos modos de enunciação; e o estrato da subjetivação, do regime pós-significante, do agenciamento autoritário, do corpo interiorizado, daquilo que produz o *eu* internalizado. Uma vez esvaziado, deve-se fazer passar algo por ele. Há o *corpo pleno*, portanto, quando o organismo, a significância e a subjetividade foram desfeitas e se fez passar algo sobre esse *corpo esvaziado*. O *corpo pleno* é o corpo sem órgãos da multiplicidade, dos fluxos, do devir, do desejo não como falta, mas como produção.

Mas é preciso *prudência* ao se desfazer os estratos, pois é isso que evita cair em um vazio no qual não há uma possibilidade de retorno, e é, sobretudo, isso que evita a proliferação de um estrato canceroso. Dizem Deleuze e Guattari (1996, p. 23-24):

> Desfazer o organismo nunca foi matar-se, mas abrir o corpo a conexões que supõem todo um agenciamento, circuitos, conjunções, superposições e limiares, passagens e distribuições de intensidade, territórios e desterritorializações medidas à maneira de um agrimensor. No limite, desfazer o organismo não é mais difícil do que desfazer os outros estratos, significância ou subjetivação. A significância cola na alma assim como o organismo cola no corpo e dela também não é fácil desfazer-se. E quanto ao sujeito, como fazer para nos descolar dos pontos de subjetivação que nos fixam, que nos pregam numa realidade dominante? Arrancar a consciência do sujeito para fazer dela um meio de exploração, arrancar o inconsciente da significância e da interpretação para fazer dele uma verdadeira produção, não é seguramente nem mais nem menos difícil do que arrancar o corpo do organismo. A prudência é a arte comum dos três; e se acontece que se tangencie a morte ao se desfazer do organismo, tangencia-se o falso, o ilusório, o alucinatório, a morte psíquica ao se furtar à significância e à sujeição.

Para Deleuze e Guattari (1996, p. 24-25), o "[...] pior não é permanecer estratificado – organizado, significado, sujeitado – mas precipitar os estratos numa queda suicida ou demente, que os faz recair sobre nós, mais pesados do que nunca". A destruição imprudente dos estratos pode produzir o *corpo vazio*, o corpo sem órgãos do desejo de aniquilação, mas também o *corpo canceroso*, o corpo sem órgãos que, em vez de abrir o caminho para a multiplicidade, para a diferença, se constitui sobre outro estrato que se reproduz, se replica, se espalha, o corpo sem órgãos do desejo por aquilo que aniquila.

É a prudência que ajuda a criar um corpo sem órgãos que não seja o "[...] Corpo sem órgãos canceroso de um fascista em nós, ou o Corpo sem órgãos vazio de um drogado, de um paranoico ou de um hipocondríaco" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 27). Sendo o corpo sem órgãos

desejo, o corpo canceroso, da proliferação do estrato canceroso, é o corpo sem órgãos do desejo do fascismo. O corpo vazio, que resulta da destruição imprudente dos estratos, de modo a que não reste aonde retornar, é o corpo sem órgãos do desejo como destruição. Somente o corpo sem órgãos que, depois de esvaziado, se fez passar por ele intensidades, multiplicidades, ou seja, o corpo pleno, é o corpo sem órgãos do desejo como produção.

Para criar um corpo sem órgãos é necessário ainda evitar as três maldições do desejo: "[...] a da lei negativa, a da regra extrínseca, a do ideal transcendente" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 16). Elas não aprisionam um corpo sem órgãos já dado, mas é aquilo contra o que se tem que lutar para que o corpo sem órgãos não se feche ou se perca enquanto é feito. São modos de pensamento, modos de ação às quais se deve evitar, pois é o que nos faz pensar o desejo como falta, que nos faz pensar pela negatividade. Devir é produção, multiplicação de diferenças, e nele não faz sentido pensar em falta. Não há rostos estratificados no devir, mas processo criativo.

Para Deleuze e Guattari (1996, p. 17), "[...] existe uma alegria imanente ao desejo". Ele não busca o prazer, como aquela descarga da economia de um aparelho psíquico. Portanto, ele não busca o prazer na dor, na pulsão de morte – que no fim das contas, é o prazer máximo, o fim de todos os estímulos. O que o masoquista busca, dizem Deleuze e Guattari (1996), é afastar o prazer. E o corpo sem órgãos opera no equilíbrio, porque não busca um clímax, mas se conservar, manter algo passando. Os *platôs* são para Gregory Bateson, de acordo com Deleuze e Guattari (1996, p. 21), essas "[...] regiões de intensidade contínua, que são constituídas de tal maneira que não se deixam interromper por uma terminação exterior, como também não se deixam ir em direção a um ponto culminante". Então, o desejo também não visa a nenhum ideal transcendente, algo exterior, a perfeição que jamais será conquistada.

Criar um corpo sem órgãos exige mais um desaprendizado do que um aprendizado. Dizem Deleuze e Guattari (1996, p. 29): "É uma involução, mas uma involução criativa e sempre contemporânea". Seria então um constante aprender enquanto desaprende, um constante criar enquanto desfaz. É uma experiência de sair com prudência dos estratos do organismo, do significado e da subjetividade e experimentar outras possibilidades de organismo, de significado e de subjetividade, considerando os bons e maus encontros, aquilo que afeta positiva ou negativamente.

Se o corpo sem órgãos investe contra as estruturas e hierarquias atuais se abrindo para o caos e o devir, o plano de consistência é a superfície lisa onde o corpo sem órgãos pode se movimentar livremente, onde se manifesta e se expressa sem as restrições sociais e culturais estratificadas, funcionando a partir do poder criativo, autônomo e flexíveis das máquinas

abstratas, para produzir novas formas de expressão e novos modos de existência.

O corpo pleno é o corpo sem órgãos que, presente no mundo, afirma sua individualidade, se lança no devir, que se permite ser sempre diferente. Mas é também o que desfaz cuidadosamente os estratos, pois não se pode se desfazer os estratos imprudentemente e impunemente, facilmente. O risco é imenso: o vazio ou o fascismo.

Na perspectiva de Deleuze e Guattari (1996), as sociedades contemporâneas, os Estados Modernos, traçam as identidades e as selecionam por meio da máquina abstrata de rostidade. A cabeça descodificada – junto com o corpo e com o mundo –, é sobrecodificada no Rosto – junto com o corpo e com o mundo, que se torna paisagem – pela atuação dessas máquinas. O Rosto surgirá "[...] ao mesmo tempo que [a máquina abstrata de rostidade] der ao significante seu muro branco, à subjetividade seu buraco negro" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 33). Depois de dar "[...] um rosto concreto, a máquina julga se ele passa ou não passa, se vai ou não vai, segundo as unidades de rostos elementares [...] A cada instante, a máquina rejeita rostos não-conformes ou com ares suspeitos" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 44).

Muro branco-buraco negro, buraco negro-muro branco. Nesses dois modos de articulação da máquina abstrata de rostidade, com o predomínio da significância ou da subjetivação, dos significados coletivos, produtores de sujeitos, ou do sujeito, aquele que interioriza e interpreta esses significados, respectivamente, a desterritorialização absoluta da cabeça é negativa. Ela sai totalmente de um estrato, mas para se reterritorializar em outro estrato já dado, em outro estrato já organizado, já hierarquizado etc.

Mas o rosto anormal, o rosto desviante, o corpo que traz consigo o signo da diferença, tem o seu lugar: nas periferias, nos andares de baixo, e em casos extremos, no único fora possível que é a morte. Na máquina de rostidade europeia, a do homem branco, hetero, cristão, a mulher, os negros, gays, lésbicas, trans, deficientes, enfim, essas *anomalias* podem existir, desde que saibam reconhecer qual é o seu devido lugar: servidão e invisibilidade. Não existe fora, então, "[...] não existem as pessoas de fora. Só existem pessoas que deveriam ser como nós, e cujo crime é não o serem" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 45).

É pela perspectiva de uma micropolítica, portanto, que se propõe a pensar os dados sobre ódio e intolerância no Brasil, principalmente a partir das eleições de 2018, quando o crescimento acentuado coincide com denúncias de atuação de uma rede complexa e articulada de disseminação de notícias falsas e ataques a grupos e indivíduos específicos.

3.1 ECLOSÃO

> Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula [...], contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra [...], pelo Exército de Caxias, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos (Jair Messias Bolsonaro).[62]

Não somos um povo pacífico. O *homem cordial*, tipo ideal criado por Sérgio Buarque de Holanda (1995), é mal interpretado quando o associam ao mito do povo brasileiro como gentil, acolhedor, bondoso, afável (Rocha, 1998). O fato é que o Brasil tem uma história banhada de sangue, com a escravização de seres humanos por quase quatro séculos – que ainda hoje produz efeitos nefastos (Xavier, 2018; Abrão, 2018; Monteiro, 2018; Campos, 2018; Vani, 2018; Coronato, 2018; Silva, 2018) –, com conflitos como a Guerra de Canudos, do Contestado, a Revolta de Juazeiro, por ditaduras sanguinárias e por manter, apesar de suas riquezas naturais, uma das maiores desigualdades do mundo (Piketty, 2022).

Porém, nos últimos anos estamos vivendo uma acentuação da violência, do discurso de ódio, do racismo, da homofobia, do machismo etc., principalmente a partir das eleições presidenciais de 2018, como revela Lígia Mesquita (2019), da BBC News Brasil: no período entre primeiro e segundo turno das eleições, "[...] denúncias com teor de xenofobia cresceram 2.369,5%, de apologia e incitação a crimes contra a vida, 630,52%, de neonazismo, 548,4%, de homofobia, 350,2%, de racismo, 218,2%, e de intolerância religiosa, 145,13%". Os dados foram obtidos pela BBC News Brasil junto a ONG SaferNet.

Produzido pela Words Heal the World, o *Mapa do Ódio* identificou, no ano de 2018, 12.098 registros, no Brasil, de crimes de ódio, sendo 8.525 (70,47%) motivados por preconceito racial, 2.165 (17,9%) motivados por preconceito com relação à orientação sexual, (comunidade LGBT), 1.141 (9,43%) de feminicídios, 220 (1,82%) motivados por preconceito religioso, e 47 (0,39%) crimes de ódio à origem. Desses, 1.175 (9,71%) foram homicídios, sendo 1.141 feminicídios, 33 homicídios motivados por preconceito baseado em orientação sexual e 1 homicídio motivado por preconceito baseado na origem.

O Relatório de Transparência publicado pelo Facebook, diz Valente (2019), registra que conteúdos violentos postados na plataforma e que são passíveis de punição por violar os termos de uso saltaram de 3,4 milhões nos três primeiros meses de 2018 para 33,6 milhões no primeiro

---

[62] O discurso do então deputado está transcrito na reportagem de Luiz Barrucho (2016) para a BBC News Brasil intitulada *"Enquanto me dava choques, Ustra me batia com cipó e gritava", diz torturado aos 19 anos*.

trimestre de 2019; mensagens com discursos de ódio foram de 2,5 milhões para 4 milhões no mesmo período, e a propaganda terrorista foi de 1,9 para 6,4 milhões.

Em 2022, a SaferNet registrou novamente um aumento nos casos de racismo, lgbtfobia, xenofobia, neonazismo, misoginia, apologia a crimes contra a vida e intolerância religiosa, em comparação ao mesmo período do ano anterior, informa Regina Pinheiro (2022), na Rádio Senado. Foram recebidas 23.947 denúncias, o que representa um aumento de 67,5% em relação ao primeiro semestre de 2021, das quais 7.096 foram de misoginia. Denúncias de intolerância religiosa aumentaram 654%, passando de 373 no primeiro semestre de 2021 para 2.813 em 2022. Esse aumento vem sendo observado desde 2018, diz Juliana Cunha, diretora de projetos especiais da SaferNet.

O descaso do governo Bolsonaro com a pandemia de COVID-19, que ceifou a vida de milhares de brasileiros, levou Vladmir Safatle (2020, n.p.) a afirmar que o Brasil é hoje um "[...] laboratório para o desenvolvimento do neoliberalismo autoritário, agora não mais sob uma capa ditatorial, como ocorreu no Chile de Pinochet, mas em ambiente pretensamente 'democrático'". Momentos de acirramento de conflitos sociais com o aumento das desigualdades, diz ele, costumam ser oportunos para mudanças na forma de gestão social. Essas mudanças são experimentadas inicialmente em países periféricos, para depois serem adotadas nos países centrais do capitalismo global, e a legitimação da violência, o desmoronamento da solidariedade, o descaso com a morte que se alastra pelo Brasil seriam índices de uma mudança de paradigma: mais do que de uma *necropolítica*, estamos diante de um *Estado suicidário* – termo cunhado por Paul Virilio para reforçar a diferença entre o nazismo e o totalitarismo stalinista. O que vivemos hoje, diz Safatle (2020b, n.p.) é um "[...] novo estágio nos modelos de gestão imanentes ao neoliberalismo. Agora, é sua face a mais cruel, sua fase terminal".

De acordo com o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+, o número de mortes violentas de pessoas LGBTI+ no Brasil aumentou em 33,3% em 2021. Foram 316 casos registrados, sendo a maioria deles homicídios, seguidos de suicídios, latrocínios e outras causas. As instituições parceiras responsáveis pelo relatório afirmam que, devido à falta de dados governamentais, o dossiê se baseia em registros de notícias e redes sociais e, portanto, esses números podem ser subnotificados.

A pesquisa intitulada *Ataques de violência extrema em escolas no Brasil*, desenvolvida por Telma Vinha e Cleo Garcia, aponta que a imersão na cultura extremista foi a principal motivação por trás do maior número de mortes em ataques premeditados em escolas no Brasil. Aliciados por grupos extremistas, a radicalização dos jovens se dá cada vez mais cedo. Nos últimos 22 anos, foram registrados 22 ataques, sendo que 7 ocorreram no segundo semestre de

2022, e dois nos primeiros meses de 2023. A pesquisa ainda está em andamento e essas informações foram obtidas em entrevista com as pesquisadoras, publicada na reportagem de Hebe Rios (2023), para o Canal Unicamp.

O Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil publicou no dia 29 de abril de 2023 um estudo sobre as ocorrências de violações neonazistas e antissemitas em escolas brasileiras. O relatório aponta que houve um aumento de 760% dos casos entre os anos de 2019 e 2022. Foram 43 eventos desse tipo somente em 2022. Em 2019 foram 5. Entre as violações mais recorrentes está o uso de símbolos nazistas. Porém, o aumento da violência física também foi identificado. O relatório sugere que os esforços para combater tais atividades têm sido insuficientes e a criminalização da propaganda nazista possa ser necessária. O aumento desses incidentes é atribuído à eleição de Jair Bolsonaro e seu discurso de ódio.

As redes sociais digitais estão sendo inundadas por discursos de ódio e de intolerância e nas ruas aumenta a violência contra grupos minoritários, o que justifica colocar em pauta esse crescimento. Uma questão fundamental é saber se isso é uma manifestação espontânea ou se, de alguma forma, os recursos das tecnologias digitais estão sendo utilizadas para potencializá-lo.

São vários os estudos que apontam para a segunda opção: denúncias de redes transnacionais de extrema direita (Forti, 2021; Stewart, 2020; Mammone, 2017), de guerras híbridas (Leirner, 2020; Castro, 2020a; Castro, 2020b; Diaz, 2018; Korybko, 2018), de práticas que visam a manipulação de medos e ressentimentos por meio das redes sociais digitais (Cadwalladr; Grahm-Harrison, 2018; Rosenberg; Confessore, Cadwalladr, 2018).

Considerando a relevância e a conexão entre eles, este estudo se concentrará em dois deles:

Primeiro, o caso Cambridge Analytica, que ficou mundialmente conhecido após denúncias de roubo de dados no Facebook e produzir perfis psicométricos de usuários com a finalidade de identificar alvos manipuláveis e, por meio de propaganda direcionada, interferir nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e no Brexit.

O segundo é o caso do Brasil a partir das eleições de 2018 (ou a partir do golpe de 2013?), que tem levado a uma mobilização de vários setores da sociedade e de instituições de Estado no sentido de encontrar alternativas para vencer esses discursos de ódio, de conteúdos nazistas, nas redes sociais digitais.

Como veremos a seguir, há fortes indícios de relação entre importantes atores do caso da empresa Cambridge Analytica e da campanha eleitoral do então candidato Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018.

3.2.1 O caso Cambridge Analytica

Fundada em 2013, no dia 1º de maio de 2018 a empresa pediu a decretação de falência após várias denúncias de coleta de dados pessoais de forma ilegal para a produção de perfis utilizando o software O.C.E.A.N., e identificar aqueles que seriam persuadíveis (*the persuadables*). Isso lhe permitiria realizar ataques-focais (*microtargeting*) com notícias falsas (*Fake News*).

As primeiras denúncias datam de 11 de dezembro de 2015 e foram publicadas em reportagem no jornal inglês *The Guardian* por Harry Davies (2015) sobre a campanha para presidente do senador estadunidense Ted Cruz. Um ano depois, Hannes Grasseger e Mikael Krogerus (2016) apresentaram mais informações sobre essas práticas na reportagem publicada na revista suíça *Das Magazin*, com tradução pela revista *Vice*, no dia 30 de janeiro de 2017. A partir de fevereiro de 2017, o jornal inglês *The Guardian* apresentou uma série de reportagens sobre o caso e, desde março do mesmo ano, também o jornal *The Intercept*.

A reportagem de Cadwalladr (2017, tradução nossa)[63] intitulada *O grande roubo do Brexit britânico: como nossa democracia foi sequestrada*, publicada no *The Guardian* no dia 7 de maio de 2017, teve, até o último acesso que realizamos, 63.897 compartilhamentos.

Em 17 de março de 2018, *The Guardian* (Cadwalladr; Grahm-Harrison, 2018), *The Observer* (Cadwalladr; Grahm-Harrison, 2018) e *The New York Times* (Rosenberg; Confessore, Cadwalladr, 2018) publicaram, simultaneamente, reportagens com Christopher Wylie, um ex-funcionário da Cambridge Analytica que, antes de ser demitido, reuniu um volume imenso de provas das atividades da empresa. Em 23 de março de 2018, Brittany Kaiser, ex-executiva da Cambridge Analytica, se junta a Christopher Wylie nas denúncias contra a empresa (Lewis; Hilder, 2018).

Apesar das evidências da aplicação dessas estratégias em vários países, chamaram a atenção do mundo o envolvimento da empresa no referendo sobre o Brexit (HERN, 2019) e nas últimas eleições dos Estados Unidos (Rosenberg; Confessore; Cadwalladr, 2018) e do Brasil (Cruz; Valente, 2018).

Os detalhes dessa estratégia foram apresentados por Christopher Wylie, que diz ter sido o criador da "[...] ferramenta de guerra psicológica de Steve Bannon" (Cadwalladr, 2018, tradução nossa)[64]. Ele afirma que a empresa explorou o "[...] Facebook para coletar milhões de

---

[63] No original: "The great British Brexit robbery: how our democracy was hijacked" Cadwalladr (2017).

[64] No original: "I made Steve Bannon's psychological warfare tool': meet the data war whistleblower" (Cadwalladr, 2018).

perfis de pessoas. E construímos modelos para explorar o que sabíamos sobre eles e direcionar seus demônios internos. Essa foi a base em que toda a empresa foi construída" (Cadwalladr, 2018, tradução nossa)[65]. Segundo Wylie, Steve Bannon, que foi estrategista do presidente Donald Trump, e o "[...] bilionário Robert Mercer buscaram a tecnologia de direcionamento de anúncios políticos da Cambridge Analytica como parte de um 'arsenal de armas para combater uma guerra cultural'" (Cadwalladr, 2018, tradução nossa)[66]. Ainda, segundo ele, Bannon "[...] acredita em toda a doutrina de Andrew Breitbart de que a política está a jusante da cultura; portanto, para mudar a política, você precisa mudar a cultura. E as tendências da moda são um *proxy* útil para isso" (Cadwalladr, 2018, tradução nossa)[67].

De acordo com Alex Hern e Carole Cadwalladr (2018), os dados dos usuários do Facebook foram coletados por Aleksandr Kogan por meio do aplicativo *This Is Your Digital Life* e submetidos ao O.C.E.A.N. (sigla para os termos *openness*, *conscientiousness*, *extraversion*, *agreeableness* e *neuroticism*), desenvolvido pela empresa para produzir perfis a partir de técnicas de psicometria. O aplicativo não apenas coletou os dados de aproximadamente 300 mil pessoas que aceitaram seus termos de uso, mas também de todos os amigos desses usuários cujas configurações de privacidade permitiam, o que resultou em cerca de 87 milhões de pessoas atingidas. Ou seja, esses dados obtidos de forma fraudulenta serviram para alimentar algoritmos desenvolvidos para criar perfis com base em testes de psicometria conhecido como *Big Five*, que analisa a personalidade considerando cinco dimensões: extroversão, neuroticismo, socialização, realização e abertura à experiência. Os perfis produzidos a partir desse processo permitiria identificar potenciais alvos de um bombardeio de notícias falsas, utilizando as redes sociais com o objetivo de dirigir crenças, mobilizar paixões de forma individualizada, programada, eficiente e demonstrável, *conduzindo a conduta* de certos grupos de eleitores *influenciáveis*.

O teste de psicometria Big Five não é novo, a novidade é a forma de sua aplicação. Em 2007, foi disponibilizado aos usuários do Facebook o aplicativo myPersonality, desenvolvido e controlado por David Stillwell e Michal Kosinski, do The Psychometrics Center da University of Cambridge (Revell; Waterfield, 2018). O aplicativo permitia a realização do teste on-line e

---

[65] No original: "We exploited Facebook to harvest millions of people's profiles. And built models to exploit what we knew about them and target their inner demons. That was the basis the entire company was built on" (Cadwalladr, 2018).

[66] No original: "[...] billionaire Robert Mercer sought Cambridge Analytica's political ad targeting technology as part of an "arsenal of weapons to fight a culture war" (Cadwalladr, 2018).

[67] No original: "[Bannon] got it immediately. He believes in the whole Andrew Breitbart doctrine that politics is downstream from culture, so to change politics you need to change culture. And fashion trends are a useful proxy for that" (Cadwalladr, 2018).

com resultado disponibilizado instantaneamente. De acordo com Kosinski, Stillwell e Graepel (2013), por meio da análise automática das curtidas no Facebook, é possível inferir grande variedade de atributos pessoais, ressaltando que esses conhecimentos sobre os aspectos emocionais dos usuários seriam extremamente relevantes para o marketing digital. As avaliações automatizadas, continuam eles, estão menos sujeitas a trapaças ou deturpações além de permitir detectar tendências. Por outro lado, os pesquisadores também alertam sobre os riscos que isso significa.

Segundo Youyou, Kosinski e Stillwell (2015), bastam dez curtidas para que o algoritmo seja capaz de inferir os atributos da personalidade de uma pessoa de forma mais precisa que seu colega de trabalho; com setenta curtidas, o algoritmo faz isso de forma mais precisa que um amigo; e com trezentas curtidas, melhor que o próprio cônjuge.

De acordo com Revell (2018), Alexandr Kogan, que aparecia até 2014 como colaborador no projeto myPersonality, teria vendido a ferramenta e os dados à Cambridge Analytica. Com eles, a empresa pôde produzir conteúdos publicitários de forma direcionada e precisa.

Os métodos adotados pela Cambridge Analytica na campanha Leave.EU no Referendo Brexit de 2016, diz Bakir (2020), recorreram ao *engano* e a *coerção*. O engano, segundo a pesquisadora, foi um recurso usado para a coleta dos dados utilizados para a micro-segmentação psicográfica, sendo as empresas envolvidas multadas pelo Information Commissioners Office do Reino Unido. Além disso, a campanha criou anúncios e vídeos com o propósito de, por meio do engano, criar um clima anti-imigração. Quanto à coerção, a pesquisadora apontou para os métodos de *psyops*, que foram projetados para, de forma subterrânea, modificar o comportamento de seus alvos. Na medida em que atuaram de forma secreta, não possibilitaram às pessoas deliberarem ou refletirem, como se suprimisse sua vontade, o que se torna ainda mais eficaz se conjugado com as bolhas de filtro digital, fazendo com que as próprias experiências do mundo real sejam manipuladas.

Quando acessamos a página da SCL Goup[68], um conglomerado de empresas da qual a Cambridge Analytica fazia parte, encontramos o slogan "*Operações de informação: guerra psicológica – a população é o prêmio, as eleições são o campo de batalha*" (SCL Goup, tradução nossa)[69]. Atualmente a página já não está mais disponível.

Nessa página também eram apresentadas as credenciais do grupo, que exaltava seu

---

[68] Disponível em: https://sclgroup.on-line/ (a página não se encontra mais disponível)
[69] No original: "Information Operations: Psychological Warfare – the population is the prize, elections are the battleground" (SCL Goup).

conhecimento e experiência resultantes das ações junto a várias divisões militares da OTAN, voltadas à guerra de informação. Reforçam que, tendo sua metodologia testada em várias "[...] nações pouco desenvolvidas com leis de proteção de dados fracas, muitas vezes em nome dos objetivos militares da OTAN, o Grupo SCL passou a comercializar seu produto para uso no direcionamento de eleitores durante campanhas eleitorais em todo o mundo" (SCL Goup, tradução nossa)[70]. Os seus métodos, continuam, são projetados para agir sobre as "[...] vulnerabilidades psicológicas de nações e grupos inimigos" (SCL Goup, tradução nossa)[71].

A pesquisadora de propaganda que há uma década investiga o SCL Group, Emma Briant (2018), em *Three Explanatory Essays Giving Context and Analysis to Submitted Evidence*, publicado no inquérito sobre notícias falsas e desinformação, que apurava a atuação da Cambridge Analytica nas eleições do Brexit, instaurado pelo Comitê de Comunicações Digitais, Cultura, Mídia e Esportes (DCMS), do parlamento europeu, nos fornece algumas pistas sobre como funciona a estratégia utilizada pela empresa nas campanhas eleitorais.

Ela afirma que na campanha eleitoral de Donald Trump, usando as estratégias da Cambridge Analytica, "[...] ressentimento e medo foram implantados onde seriam mais eficazes – mobilizando audiências estaduais, usando os dados pessoais dos eleitores para monitorá-los e usando perfil psicológico para manipular suas respostas emocionais em massa" (Briant, 2018, p. 6, tradução nossa)[72].

Recorrer ao medo, ao ressentimento e a discursos de ódio na política não é algo novo; a novidade estaria nas estratégias, nos mecanismos, nos saberes e práticas articulados e mobilizados, ou seja, a utilização das tecnologias digitais para identificar medos e ressentimentos e dirigi-los a um *inimigo*, produzindo, assim, a aversão e o ódio contra ele.

3.2.2 O caso do Brasil a partir das eleições de 2018

Existem várias publicações que sugerem o emprego dos métodos da Cambridge Analytica em campanhas eleitorais no Brasil (Coding Rights, 2018; Passarinho, 2018; Machado, 2019; Cruz; Gomes, 2020; Olsen, 2020; Pires, 2020; Vilicic, 2020). Porém, este

---

[70] No original: "Having trialed their methodology in poorly developed nations with weak data protection laws, often on behalf of NATO military objectives, SCL Group went on to commercialise their product for use in targeting voters during election campaigns across the world" (SCL Goup).

[71] No original: Methods designed to engage the psychological vulnerabilities of enemy nations and groups has been turned against the very populations they were supposed to protect" (SCL Goup).

[72] No original: "[...] resentment and fear were deployed where they would be most effective —mobilizing swing state audiences, using voters' personal data to monitor them, and using psychological profiling to manipulate their emotional responsesen masse". (Briant, 2018, p. 6).

estudo não pretende demonstrar se a empresa atuou efetivamente no país, se houve ou não contrato estabelecido com campanhas eleitorais, mas apenas buscar semelhanças entre as estratégias.

De acordo com o relatório *Dados e eleições 2018*, realizado pelo Coding Rights (2018), dos cerca de dois terços dos eleitores do país que possuem contas no Whatsapp, "[...] 36% leem e 21% compartilham notícias sobre a política brasileira e as eleições dentro do aplicativo" (Coding Rights, 2018, p. 10).

O documento informa que além da divulgação de *fake news* sobre Marielle Franco, o aplicativo foi fundamental para a mobilização que levou à greve dos caminhoneiros, em 2018 e que, em junho do mesmo ano, Jair Bolsonaro já era indicado por pesquisadores de marketing digital como o candidato mais influente nas redes sociais, muito provavelmente em razão daquela greve, que além de pedir intervenção militar, manifestava apoio a Bolsonaro, que se tornava cada vez mais reconhecido por seus discursos de ódio com viés machista, racista e LGBTQfóbicos, contra os direitos humanos e a favor do porte de armas.

A tretaqui.org, plataforma que reúne denúncias de discursos de ódio de candidatos, de acordo com o Coding Rights (2018, p. 17), "[...] Bolsonaro, seus filhos também candidatos e o vice-candidato, general Mourão, foram os responsáveis por quase todas as mais de 500 denúncias registradas na plataforma até o início de outubro".

A jornalista Patrícia Campos Mello (2018), do jornal Folha de São Paulo, denunciou em outubro de 2018, que empresas compraram "[...] pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp e preparam uma grande operação na semana anterior ao segundo turno"; o envio maciço de mensagens de forma ilegal da campanha presidencial de 2018 foi admitida recentemente pelo WhatsApp (Mello, 2019).

Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo publicada no dia 30 de abril de 2019, Abraham Weintraub, então ministro da Educação, acusou as universidades públicas de promoverem "balbúrdia", permitindo eventos políticos e festas em suas dependências. Logo após, foi decretado pelo governo um corte de 30% nas verbas destinadas às universidades federais.

Em reportagem publicada pela Agência Lupa, Cristina Tardáguila revelou que no dia 3 de maio, ao acessar o Monitor do WhatsApp[73], observou que "[...] as 10 imagens mais

[73] O Monitor de WhatsApp é parte do projeto de Pesquisa Eleição sem Fake, do Departamento de Ciência da Computação (DCC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que monitora cerca de 500 grupos públicos do aplicativo. Disponível em: http://www.whatsapp-monitor.dcc.ufmg.br/brazil/. Acesso em: 18/10/2019.

compartilhadas naquele dia mostravam jovens universitários pelados. Todas eram velhas ou estavam fora de contexto" (Tardáguila, 2019).

Entre as imagens compartilhadas, uma das mais populares, afirma Ribeiro (2019), são fotos do protesto realizado no ano de 2009, na UnB (Universidade de Brasília), como forma de apoio à estudante Geisy Arruda, que havia sido hostilizada por estar vestida com roupas consideradas como muito curtas por alguns estudantes da Uniban (Universidade Bandeirante de São Paulo), em São Bernardo do Campo, onde ela estudava.

O monitor de WhatsApp, reportou Amanda Ribeiro (2019), na página de verificação de fatos Aos Fatos, constatou que em "[...] 350 grupos de WhatsApp, o compartilhamento desse tipo de conteúdo cresceu pelo menos 950% em 24 horas, entre os dias 1º e 2 de maio, segundo levantamento do Aos Fatos em ferramenta de monitoramento" (Ribeiro, 2019).

Logo após a manifestação do ministro e o corte de verbas, aquelas imagens de universitários nus, propositalmente descontextualizadas com o claro objetivo de desmoralizar as universidades públicas por meio da desinformação, foram compartilhadas em massa na rede social.

Além disso, diz Ribeiro (2019), fotos de dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam de questões relativas a gênero e sexualidade também circularam, mas de forma deturpada e descontextualizadas para promover a ridicularização dos temas. Um dos exemplos é a dissertação de mestrado que investigou as práticas sexuais na prostituição de homens em Recife, de Normando José Queiroz Viana, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia em 2016, que "[...] analisa questões como formas de inserção social no grupo e as contradições de garotos que se dizem exclusivamente heterossexuais, apesar de aceitarem clientes homens e sentirem desejo e prazer sexual durante alguns dos encontros" (Ribeiro, 2019, n.p.).

Outro exemplo é a tese de doutorado de Simone Grace de Barros, defendida em 2014 no Departamento de Design da Universidade Federal do Pernambuco, e que tinha por objetivo "[...] estudar como se dá a construção da identidade de grupos urbanos a partir de tatuagens. Dentro do universo estudado, a pesquisadora optou por um recorte que estuda um grupo específico de Recife, as 'piriguetes'" (Ribeiro, 2020, n.p.).

Em reportagem publicada em O Globo, Guilherme Caetano (2020) relata que a plataforma americana Bot Sentinel, que monitora notícias falsas no Twitter, utilizando recursos de *machine learning* e inteligência artificial, identificou pela primeira vez "[...] uma menção não americana chegou ao topo da lista de atividade de contas falsas, segundo Christopher Bouzy, criador da ferramenta" (Caetano, 2020, n.p.). Tratava-se das hashtags

#MaiaTemQueCair, #MaiaVaiCair, #DerreteMBL, #FechadoComBolsonaro, entre outras. No dia seguinte, foi a vez da hashtag #GabineteDaPeppa, "[...] foi identificada pelo Bot Sentinel, sugerindo um alto engajamento de robôs e contas falsas na campanha contra Joice Hasselmann, assim como havia acontecido no dia anterior contra Rodrigo Maia e outras pessoas".

A disseminação massiva de notícias falsas, com ataques a pessoas, autoridades e instituições que se intensificou desde as eleições de 2018 levaram à abertura da CPMI das *Fake News*[74], no Congresso Nacional, e do Inquérito 4781[75], ou *Inquérito das Fake News*, no Supremo Tribunal Federal. As investigações apuram a existência de uma rede dedicada a produção e disseminação de notícias falsas conhecida como "Gabinete do Ódio".

A rede seria financiada por empresários e políticos alinhados, à época, ao chefe do executivo e contaria com uma sofisticada estrutura tecnológica, incluindo robôs (*bots*) que impulsionariam as mensagens nas redes sociais. Os alvos seriam opositores, instituições, autoridades etc. que, por alguma razão, precisariam ser desmoralizados.

No dia 8 de janeiro de 2023, uma sequência de atos de vandalismo, invasão e danos ao patrimônio público foi desencadeada em Brasília. Extremistas invadiram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal com o intuito de fomentar um golpe militar contra o governo de Lula e reinstituir Jair Bolsonaro como presidente do Brasil.

Ainda, durante as eleições, o candidato a reeleição estimulou a ira dos seus apoiadores questionando as urnas eletrônicas e promovendo ataques ao Tribunal Superior Eleitoral.

Em audiência pública sobre Marco Civil da Internet no dia 28 de abril de 2023, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que as redes sociais foram "instrumentalizadas" nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro (Uol, 2023).

O próximo capítulo, propõe-se a analisar esses fatos a partir do conceito de *máquina algorítmica de política de afetos*, máquina essa surgida do agenciamento entre a governamentalidade algorítmica e uma rede transnacional de direita radical.

[74] https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292
[75] https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=444198&ori=1

4 MÁQUINA ALGORÍTMICA DE POLÍTICA DE AFETOS

> Bolsonaro e Trump utilizaram todas as tecnologias disponíveis da comunicação digital, mas suas vitórias não vêm da tecnologia. São o resultado de uma máquina política e de uma estratégia que agencia uma micropolítica dos afetos tristes (frustação, ódio, inveja, angústia, medo) com a macropolítica de um novo fascismo que dá consistência política às subjetividades devastadas na financeirização (Lazzarato, 2019, p. 104-105).

Em *O afeto e a ideia*, curso proferido sobre Spinoza em 24 de janeiro de 1978, na Universidade de Vincennes, Deleuze (2019) aponta para uma confusão feita por tradutores da *Ética*, escrita originalmente em latim, das palavras *affectio* e *affectus*. "Alguns tradutores muito estranhamente as traduzem da mesma maneira. O que é uma catástrofe. Traduzem os dois termos *affectio* e *affectus* por afecção" (Deleuze, 2019, p. 33-34).

Em *Espinosa: filosofia prática*, Deleuze (2002) esclarece a distinção: "[...] *affectio* remete a um estado do corpo afetado e implica a presença do corpo afetante, ao passo que o *affectus* remete à transição de um estado a outro, tendo em conta variação correlativa dos corpos afetantes" (DELEUZE, 2002, p. 56). Quanto à afecção, sendo ela "[...] o estado de um corpo enquanto sofre a ação de um outro corpo" (Deleuze, 2019, p. 44), não haveria, para Espinosa, afecções se os corpos estiverem distantes um do outro, implicando sempre um contato entre os corpos. Assim, "[...] a afecção será uma mistura de corpos" (Deleuze, 2019, p. 44). Nessa mistura de corpos, um atua sobre o outro produzindo marcas, marcas essas que são as afecções, sendo que "[...] a afecção indica a natureza do corpo afetado muito mais do que a natureza do corpo afetante" (Deleuze, 2019, p. 44)

Segundo Deleuze (2019), há uma diferença de natureza entre ideia e afeto, pois, se "[...] a ideia é um modo de pensar definido por seu caráter representativo [...] chama-se afeto a todo modo de pensamento que não representa nada" (Deleuze, 2019, p. 35). E esclarece logo em seguida: "[...] o que eu quero, é objeto da representação, o que eu quero está dado em uma ideia, mas o fato de eu querer não é uma ideia, mas um afeto, porque é um modo de pensamento não representativo" (Deleuze, 2019, p. 35).

Alegria e tristeza, seriam, segundo Deleuze (2019), as duas paixões fundamentais para Espinosa, paixões essas constituídas pelo afeto. "A tristeza será toda paixão, qualquer paixão, que envolva uma diminuição de minha potência de agir; e a alegria será toda paixão que envolva um aumento de minha potência de agir" (Deleuze, 2019, p. 41).

Daí a questão dos afetos como uma questão política, "[...] o laço profundo entre o

déspota e o sacerdote, eles têm necessidade da tristeza de seus sujeitos [pois] a tristeza é o afeto enquanto envolve a diminuição da potência de agir" (Deleuze, 2019, p. 42). Dessa forma, a produção de afetos tristes aumenta o poder do déspota na medida em que diminui o poder de resistência dos súditos.

Nessa pesquisa, o foco é pensar a máquina algorítmica de política de afetos na produção do *ódio* e do *ressentimento*. Então, cabe indagar sobre essas paixões nas análises que Deleuze (2017; 2019; 2002) desenvolveu a partir da teoria dos afetos de Espinosa. Sobre isso, afirma Deleuze (2019, p. 174):

> O que significa, o ódio? Vejam vocês, a tristeza, nos diz: sua potência de agir é diminuída, então você experimenta a tristeza enquanto ela está diminuída, sua potência de agir; de acordo. "Eu o odeio", isto quer dizer que a coisa cujas relações não se compõem com a de vocês, vocês tendem –somente em espírito –, vocês tendem a sua destruição. Odiar é querer destruir o que ameaça nos destruir. É isto o que quer dizer odiar. Ou seja, "querer" decompor o que ameaça nos decompor. Então a tristeza engendra o ódio. Observem que ela também engendra as alegrias. O ódio engendra as alegrias. (p. 174)

O ódio é, portanto, a alegria compensatória, indireta, experimentada ao imaginar infeliz aquele que se odeia. Indireta porque deriva do ódio que, por sua vez, resulta da tristeza de um encontro com um corpo que lhe diminui a potência de agir. Por maior que seja a alegria do ódio, ela nunca irá suprir a tristeza que o produziu. O homem do ódio, diz Deleuze (2019, p. 175), "[...] o homem do ressentimento etc., é, para Spinoza, aquele cujas alegrias estão envenenadas pela tristeza de partida, porque a tristeza está em suas próprias alegrias. Finalmente, ele só pode tirar alegria da tristeza". A alegria do ódio, do ressentimento, vem da tristeza experimentada em razão do outro e do prazer pela tristeza que se imagina impor a esse outro, "[...] tudo isto são as alegrias miseráveis, diz Spinoza (Deleuze, 2019, p. 175).

Dessa forma, diz Deleuze (2019, p. 56): "[...] uma alegria que aumente minha potência de agir ou uma tristeza que diminui minha potência de agir, nos dois casos são as paixões: paixões alegres ou paixões tristes". A potência de agir seria, por autoafecções ou afetos ativos, sair "[...] do domínio das paixões para entrar no domínio das ações" (Deleuze, 2019, p. 56).

Deleuze (2019) identifica muitas semelhanças entre os pensamentos de Espinosa e Nietzsche, como a compreensão de afeto e potência.

> Se eu pego esses exemplos é para persuadir-lhes quando mesmo, quando, e isto vale também para Nietzsche, que quando os autores falam da potência, Spinoza do aumento e da diminuição de potência, Nietzsche da Vontade de potência, que ela também, procede... O que Nietzsche chama "afeto" é exatamente a mesma coisa que Spinoza chama afeto, é neste ponto que Nietzsche é spinozista, a saber, são as diminuições ou os aumentos de potência... (Deleuze, 2019, p. 178-179)

Há uma batalha sendo travada nas plataformas de mídia digital e a direita radical tem

sido muito competente em utilizar as armas disponíveis (Forti, 2021; Stewart, 2020; Mammone, 2017; Castro, 2020a; Castro, 2020b). O caso da empresa Cambridge Analytica e do Brasil a partir das eleições de 2018 são emblemáticos nesse sentido (Cadwalladr; Grahm-Harrison, 2018; Rosenberg; Confessore, Cadwalladr, 2018; O Estado de São Paulo, 2019, n.p.). As denúncias são do uso de tecnologias digitais para identificar alvos e, por meio de notícias falsas, manipular suas crenças, mobilizar paixões e estimular o ódio, "direcionar seus demônios internos".

As informações psíquicas e emocionais nos dados que são coletados de nossas atividades on-line são, ao mesmo tempo, segundo Fernanda Bruno, Anna Bentes e Paulo Faltay (2019, p. 5) "[...] a principal 'moeda' do modelo de negócios que prevalece nas plataformas digitais; a fonte privilegiada de conhecimento de uma nova ciência de dados; um meio de controle do comportamento, orientado para diferentes fins, do consumo ao voto".

Os algoritmos de mídia digital são construídos para personalizar os conteúdos que serão apresentados ao usuário, selecionando cada um visando o maior engajamento. Por meio desses procedimentos algorítmicos é possível segmentar os alvos e direcionar mensagens que apelam às suas emoções e preocupações específicas, disseminar desinformação, intensificar polarizações de forma estratégica.

Pode-se dizer que um agenciamento entre máquinas técnicas algorítmicas e capital resultou em uma máquina de extração de fluxo de dados monetizáveis, determinando sua arquitetura e funcionamento, e um agenciamento entre essa máquina e uma máquina de direita radical, gerou uma máquina algorítmica de política de afetos potencializadora de microfascismos nos processos de produção da subjetividade.

A máquina algorítmica de política de afetos não se refere a máquinas técnicas. São máquinas que conectam, além dos elementos heterogêneos das máquinas de políticas de afetos, todo esse ecossistema de plataformas de mídia digital, com seus designes, suas arquiteturas e seus processos algorítmicos que medeiam a experiência contemporânea.

De acordo com Bruno, Bentes e Faltay (2019), durante um certo tempo prevaleceu nessas plataformas o modelo preditivo, que por meio da coleta e tratamento de dados procura encontrar padrões e orientar previsões e intervenções. Porém, o avanço da tecnologia ampliou a capacidade de monitoramento e processamento, agora muito mais velozes "[...] permitindo que os algoritmos atuem de modo ainda mais performativo do que no modelo preditivo, intervindo no próprio fluxo das condutas enquanto elas acontecem" (Bruno; Bentes; Faltay, 2019, p. 12). Esse novo modelo é chamado de captura ou do engajamento.

> Este movimento que Seaver denomina de virada captológica (captological turn) tem como principal referência o trabalho desenvolvido por B.J Fogg, fundador do Persuasive Technology Lab e criador do campo de pesquisa que ele designou por "captology", termo derivado da sigla em inglês de computers as persuasive technologies. ligado à Universidade de Stanford, Fogg é um dos precursores no desenvolvimento de modelos e métodos no campo do "behavioral design", que combina teorias da psicologia behaviorista com a psicologia cognitivo-comportamental, a economia comportamental e as neurociências em aplicações para a economia digital e a indústria computacional (Bruno; Bentes; Faltay, 2019, p. 12-13).

Em 1976, Michel Foucault publicou o livro *História da sexualidade I:A Vontade de Saber*, no qual introduzindo uma nova forma de pensar o poder. Na obra, Foucault enfatiza como as pessoas foram instigadas a falar cada vez mais de sua sexualidade e como o exercício do poder envolve a participação do indivíduo sobre o qual ele se exerce. O controle e a normalização são favorecidos por essa prática de revelarmos sobre nós, o que somos e como pensamos, como sentimos. Hoje, com os dispositivos de tecnologia digital, falar já não é preciso.

No ano de 2017, o jornal *The Australian* publicou uma reportagem com documentos internos do Facebook (Davidson, 2017). Os documentos trazem detalhes quanto a capacidade da empresa de detectar estados emocionais de adolescentes. Teriam sido coletados dados de quase dois milhões de estudantes de ensino médio, um milhão e meio de universitários e três milhões de trabalhadores. De acordo com o relatório, "[...] ao monitorar postagens, fotos, interações e atividades na internet em tempo real, o Facebook pode descobrir quando os jovens se sentem 'estressados', 'derrotados', 'sobrecarregados', 'ansiosos', 'nervosos', 'estúpidos', 'bobo', 'inútil' e um 'fracasso'" (Davidson, 2017).

Em 2014 o Facebook já havia se envolvido em um escândalo parecido, mas nesse caso, tratava-se de manipulação de emoções a partir da teoria do contágio emocional, no ano de 2013, com 689 mil usuários (Kramer; Guillory; Hancock, 2014, n.p.). Concluem os pesquisadores:

> [...] que os estados emocionais podem ser transferidos para outras pessoas através de contágio emocional, levando as pessoas a experimentar as mesmas emoções sem a sua consciência. Fornecemos evidências experimentais de que o contágio emocional ocorre sem interação direta entre as pessoas (a exposição a um amigo expressando uma emoção é suficiente) e na completa ausência de sinais não-verbais (Kramer; Guillory; Hancock, 2014, n.p.).

Os designes, a arquitetura e os procedimentos algorítmicos das plataformas digitais e seus processos de datificação, perfilagem e microsegmentação penetram o nosso cotidiano e nos perseguem nos ambientes virtuais, moldando nossos corpos e conduzindo nossas condutas como dispositivos de *disciplina* e de *governamentalidade*. Trata-se, segundo Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2015), de uma *governamentalidade algorítmica*. Diante da

capacidade preditiva dessa forma de governamentalidade, Henrique Parras (2016, p. 41) sentencia: “Para além do big brother – tomo de empréstimo a feliz expressão de Evegeny Morozov – estamos diante da big mother. Ela sabe o que eu desejo, ela sabe o que eu preciso, ela vai me oferecer o que acha que necessito”.

Fernanda Bruno, Bruno Cardoso, Marta Kanashiro, Luciana Guilhon e Lucas Melgaço (2018, p.7), em *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*, argumentam que “[os] agenciamentos sociotécnicos emergentes possibilitam inauditas estratégias de disputa sobre o uso de tecnologias e a agregação de atores heterogêneos que visem a criar, a reforçar ou a reverter formas de dominação ou exploração ou mesmo a fazer”.

Foucault (2005) inicia o curso *Em defesa da sociedade* discutindo os resultados de suas pesquisas sobre o poder disciplinar, uma tecnologia de poder instaurada durante o século XVIII e, na última aula do curso, aponta para uma outra, surgida no final daquele século, que, diferente das disciplinas – que atuam sobre corpos individuais em espaços fechados –, volta-se sobre a população, que chamou de *biopolítica*. Uma nova tecnologia de poder que vai “[...] se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração (Foucault, 2005, p. 293).

É nesse momento, segundo Foucault (2005), que o racismo se insere nos mecanismos do Estado, o racismo como um mecanismo cuja função é determinar aquele que deve viver e aquele que deve morrer. É o racismo que irá consistir, em uma lógica de investimento sobre a vida, como “[...] a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (Foucault, 2005, p. 306). E continua dizendo que “[...] por tirar a vida não entendo simplesmente o assassínio direto, mas também tudo o que pode ser assassínio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (Foucault, 2005, p. 306). Esse racismo, diferente de todos os outros, é uma tecnologia de poder.

Roberto Esposito (2010), acrescentando ao que, segundo ele, constitui uma lacuna no pensamento de Foucault, afirma que a “proteção negativa da vida” (Esposito, 2010, p. 24), esse modo como opera a biopolítica, revela o paradigma que ela segue: o paradigma imunitário e, com ele, a ameaça constante de a biopolítica converter-se em tanatopolítica, como ocorreu com o nazismo, quando a imunização biopolítica se transforma em política de morte.

Com o conceito de *biopotência*, diz Pagni (2023), além de abordar o controle da vida (*bíos*), Esposito busca examinar a capacidade da vida (*zoe*) e a imunização da comunidade como um todo. A imunização, ao qualificar a vida, produz exclusão, na medida em que determina aqueles que estarão protegidos pelas leis, os possuidores de direitos, e os que serão lançados a

uma *vida nua*. Nesse movimento, há, por um lado, a exclusão dos que não se enquadram no modelo, nos padrões exigidos e, por outro, uma subjugação de si mesmo, no sentido de ajustar-se a tais padrões, negando suas particularidades, produzindo uma indiferença em relação às diferenças e suprimindo as singularidades.

No curso sobre Foucault, ministrado ente outubro de 1985 a maio de 1986, Deleuze (2014) afirma que o fascismo foi uma das formas iniciais de governo das coletividades sociais em campo aberto, conectando multiplicidades dispersas e modulando os investimentos desejantes das massas. O fascismo seria uma biopolítica cuja governamentalidade se estabelece na divisão entre dois grupos, entre o *nós* e os *outros*, entre os de *dentro* e os de *fora*, dos que devem viver e aqueles agentes infecciosos que devem ser eliminados.

> É o fascismo, que responde exatamente à definição de Foucault: biopolítica das populações. E aqui, parece-me, a trindade do fascismo: biopolítica racial; reclamação do espaço vital, isto é, do espaço aberto, de um espaço de expansão; e denúncia do inimigo, não como outra pessoa, mas como agente biológico perigoso, como agente infeccioso, ou seja, capaz de contaminar a raça ou a civilização, a cultura etc. [...] E é em nome da vida no homem e da sobrevivência no homem que se efetua o genocídio (Deleuze, 2014, p. 376, tradução nossa)[76].

Para Deleuze e Guattari (1996), o fascismo, como fenômeno macropolítico, necessita dos "[...] microfascismos que lhe dão um meio de ação incomparável sobre as 'massas'" (Deleuze e Guattari, 1996, p. 92). Dito de outro modo, um Estado totalitário fascista não se sustenta sem o microfascismo disperso e pronto para emergir em qualquer momento ou lugar, que se encontra espalhado por toda parte.

Em *O anti-Édipo*, o fenômeno do fascismo é pensado a partir dos modos de investimento de desejo, sendo que o "[...] investimento paranoico consiste em subordinar a produção desejante molecular ao conjunto molar" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 382). O investimento libidinal social no polo paranoico consiste na fuga contra qualquer possibilidade de fuga, de mudança, daí ser um investimento reacionário, fascista, enquanto é o "[...] pólo esquizóide revolucionário" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 385)

Em *Mil Platôs*, Deleuze; Guattari (1996, p. 80) argumentam que as "[...] linhas de fuga são imanentes ao campo social. A segmentaridade maleável não para de desfazer as concreções da dura, mas ela reconstitui em seu nível tudo aquilo que desfaz: micro-Édipos, microformações de poder, microfascismos".

---

[76] No original: "Es el fascismo, que responde exatamente a la definición de Foucault: biopolítica de las poplaciones. He aqui, me parece, es decir del espacio abierto, de um espacio de Expansión; y denuncia del enemigo, no como outra persona, sino como agente biológico peligroso, como agente infeccioso, es decir capaz de contaminar la raza o la civilización, la cultura, etc. [...] Y es em nombre de la vida em el hombre y de la supervivência em el hombre que se efectúa el genocídio" (Deleuze, 2014, p. 376).

Para Deleuze e Guattari (2004), o capitalismo é uma máquina semiótica e a axiomática do capital atualiza subjetividades produtivas. O *empresário de si*, diria Foucault (2008b), sobre a subjetividade neoliberal instada à produção incessante em todos os âmbitos de sua existência. Produção e consumo constantes, em um "[...] regime de 24/7 – 24 horas por sete dias na semana", alerta Jonathan Crary (2014, p. 13), ao comentar as pesquisas recentes de privação do sono feitas pelo exército estadunidense. Vivemos em uma *sociedade do cansaço*, diz Byung-Chul Han (2017).

Essa subjetividade deve ainda se responsabilizar pela precariedade na qual é jogada com o desmantelamento do Estado de bem-estar social. A internalização da culpa, própria dos regimes pós-significantes, segundo Deleuze e Guattari (1997). Algo como a *má consciência*, nos termos de Nietzsche (1998). Lazzarato (2017) chamou *homem endividado* a subjetividade que é responsabilizada tanto pela sua dívida individual como pela enigmática dívida soberana. Uma subjetividade em dívida consigo mesmo, com a sua família, no emprego, pois poderia ter feito mais, trabalhado mais, estudado mais, pensado mais, se exercitado mais etc. Uma subjetividade que pode, a qualquer momento, ser tomada pelo *ressentimento* e "[...] sua tendência em depreciar as causas, em fazer da infelicidade o 'erro de alguém'" (Deleuze, 1976, p. 55).

Fragmentado e incapaz de reunir seus cacos de afetos, a condição humana hoje, segundo Alexandre Filordi de Carvalho (2019), é a do *homo friabilis*, que adere "[...] aos processos sócio-históricos desnorteadores, alguns sedutoramente fascistas, sob a aurora de um niilismo destrutivo e, por isso mesmo, complacente com as próprias condições que o fragmentam" (Carvalho, 2019, p. 614).

A descodificação dos fluxos, a desterritorialização própria do capitalismo, dizem Deleuze e Guattari (1996), com a destruição imprudente dos estratos, em vez de abrir o caminho para uma multiplicidade, para a diferença, parece tender em direção ao indiferenciado e ao desejo por aquilo que aniquila:

> Não basta então distinguir os corpos sem órgãos plenos sobre o plano de consistência e os corpos sem órgãos vazios sobre os destroços de estratos, por desestratificação exageradamente violenta. É preciso considerar ainda os Corpo sem órgãos cancerosos num estrato tornado proliferante (Deleuze; Guattari, 1996, p. 27).

Corpos cancerosos são aqueles corpos sem órgãos que, em vez de produzir novos códigos, novas substâncias, novos estratos, novos territórios, se reterritorializam em outros estratos e multiplicam ao infinito os elementos desses estratos. É o *corpo fascista*, que reproduz incessantemente o mesmo padrão.

Não se trata, portanto, de algo imposto de forma verticalizada. O macrofascismo

resultaria da mobilização de uma multiplicidade de desejos reprimidos, do desejo investido no polo paranoico da máquina psíquica, na incitação de processos regressivos. Do molecular ao molar, e não o contrário, pois parte da mobilização da energia molecular das populações, da gestão do medo, do ódio, da insegurança.

Para Guattari (2017), o inconsciente é maquínico e a subjetividade é constituída por enunciadores parciais heterogêneos. Dito de outro modo, a subjetividade resulta de agenciamentos coletivos de enunciação compostos por uma multiplicidade de elementos de natureza diversa.

O conceito de micropolítica articula, desde seu aparecimento, capitalismo e fascismo. As transformações dos processos de produção liberam fluxos de desejo que são capturados pelo capital e produzem modificações no processo de subjetivação. As inovações experimentadas nos mais diversos campos levam a transformações nos modos de vida, possibilitando tanto novas experiências e a heterogeneidade como o conformismo e a homogeneidade (Guattari, 2017).

A desterritorialização é produzida por esse movimento e depois dirigida, nos processos capitalistas, a reterritorializações. Nas palavras de Guattari (2000, p. 54, tradução nossa)[77]:

> [...] em todos os momentos e independentemente das vicissitudes históricas, a pulsão capitalista sempre misturou dois componentes fundamentais: um de destruição de territórios sociais, de identidades coletivas e de sistemas de valores tradicionais, que descrevo como desterritorializantes, o outro de recomposição, mesmo por meios mais artificiais, de quadros personotológicos individualizados, de esquemas de poder e de modelos de submissão, se não formalmente semelhantes aos que destruiu, pelo menos homotéticos do ponto de vista funcional. Descrevo este último como um movimento de reterritorialização [...]. E este antagonismo é ainda mais agravado pela prodigiosa expansão dos mecanismos de comunicação informática à medida que centram os seus efeitos desterritorializantes nas faculdades humanas como a memória, a percepção, a compreensão, a imaginação, etc.

Diferente do nazismo e do fascismo, a máquina capitalista não apenas recorre a um aparato repressor, mas se infiltra "[...] nas suas fileiras, nas suas famílias, nos seus parceiros, na sua infância; chegam até a se instalar no seio de sua subjetividade e de sua visão de mundo"

---

[77] No original: [...] en todos los tiempos y sin importar los avatares históricos, la pulsión capitalistica siempre mezcló dos componentes fundamentales: uno de destrucción de territorios sociales, de las identidades colectivas y de los sistemas de valor tradicionales, que califico de desterritorializante, el otro de recomposición, incluso por medios más artificiales, de marcos personotógicos individuados, de esquemas de poder y de modelos de sumisión, si no formalmente similares a los que destruyó, al menos homotéticos desde un punto de vista funcional. Califico a este último de movimiento de reterritorialización [...]. Y este antagonismo se agrava tanto más con la Expansión prodigiosa de los maquinismos comunicacionales informáticos cuanto que éstos focalizan sus efectos desterritorializantes sobre facultades humanas como la memoria, la percepción, el entendimiento, la imaginación, etc. (Guattari, 2000, p. 54)

(Guattari, 2017, p. 72, tradução nossa)[78]. Para Guattari (1988, p. 36), "[...] O conjunto das máquinas sociais, técnicas, desejantes... são de modo a não se poder escapar mais à supercodificação das máquinas significantes estatais".

Tanto o fascismo como o capitalismo, diz Guattari (1988), funcionam a partir do *efeito buraco negro*, que "[...] é produzido pelo nó de ressonância que surge quando se constitui um ponto de centralização entre redundâncias semiológicas" (Guattari, 1988, p. 205).

O microfascismo opera na ressonância de buracos negros que levam, ao mesmo tempo, a impotência semiológica e a superpotência maquínica, liberando fluxos no plano molecular e produzindo sujeição no plano molar.

> O que caracteriza a política de estratificação molar é a constituição de um mundo de objetos e de sujeitos estratificados, identificados, hierarquizados, sendo aí as singularidades e as máquinas abstratas tomadas por sistemas de coordenadas que só lhes autorizam o grau mínimo de liberdade, necessário à sobrevivência dos agenciamentos (Guattari, 1988, p. 44).

O molecular, por sua vez, não admite delimitações absolutas. Ele é onde se travam os embates micropolíticos "[...] tais como a maior ou menor maleabilidade dos agenciamentos a se curvar aos diversos poderes de sujeição e poderes de servidão" (Guattari, 1988, p. 45). Os buracos negros produzem estabilizações nos conjuntos, tornando-os molares, enquanto o molecular está em movimento constante.

O capitalismo leva a uma ruptura dos fluxos naturais, sociais ou econômicos, ao mesmo tempo que suprime as habilidades, a criatividade humana, impedindo a criação de novos territórios. Porém, em territórios criados artificialmente por ele, oferece um tipo de segurança, de estabilidade que leva à homogeneidade. Isso conduz a uma repetição vazia e de padrões sem qualquer propósito, ou seja, no nível micropolítico opera por uma semiótica que determina os significados sociais e o modo como interpretamos e nos relacionamos com o mundo por um imperativo da equivalência, uma submissão semiótica que leva à sensação de impotência (Guattari, 1988).

Para Deleuze e Guattari (1996, p. 92 – MP3), "[...] cada fascismo se define por um microburaco negro, que vale por si mesmo e comunica com os outros, antes de ressoar num grande buraco negro central generalizado". O microfascismo opera, portanto, a partir de buracos negros que internalizam uma política no nível molecular e as plataformas de mídia digital se constituem como um espaço privilegiado em razão dos seus procedimentos automatizados de classificação, pois

---

[78] No original: "[...] en sus filas, en sus familias, en sus parejas, en su infancia; llegan incluso a instalarse en el corazón de su subjetividad y de su visión del mundo" (Guattari, 2017, p. 72).

> [...] o desejo nunca é separável de agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares, microformações que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc. O desejo nunca é uma energia pulsional indiferenciada, mas resulta ele próprio de uma montagem elaborada, de um *engineering* de altas interações: toda uma segmentaridade flexível que trata de energias moleculares e determina eventualmente o desejo de já ser fascista (Deleuze; Guattari, 1996, p. 93 – MP3).

As máquinas algorítmicas de política de afetos podem captar nosso microfascismo, aplicar operações estatísticas, encontrar padrões, interpretá-los, nos organizar em grupos políticos; identificar tendências, emoções, frustrações, o momento oportuno de agir; intervir no comportamento, ao mesmo tempo em que coleta novos dados e os interpreta, para novamente intervir. A máquina algorítmica de política de afetos pode agrupar microburacos negros, alimentá-los com o alimento mais indicado, caso a caso, ampliando sua força gravitacional. Ela não manipula ou engana, não induz, não persuade: ela produz. Produz o desejo por aquilo que tem o poder de aniquilar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade de levantar questões, a acuidade investigativa e analítica de Foucault permitiu que ele lançasse luz sobre mecanismos que emergiram ao longo da história, por meio dos quais se exerce o poder, se "conduz a conduta". Os conceitos por ele forjados para analisar esses fenômenos, atualizados diante de um outro momento histórico, continuam sendo ferramentas imprescindíveis para entendermos o nosso tempo e questionarmos quem somos nós, nesse presente, para pensarmos estratégias de resistência, e assumirmos a tarefa de construir uma subjetividade a partir daquilo que pensamos, por não admitirmos sermos governados dessa forma, a esse custo.

Nas suas pesquisas sobre os processos de produção da subjetividade, Michel Foucault elabora uma nova forma de pensar o poder e identifica tecnologias desenvolvidas ao longo da história para o seu exercício. As análises sobre o funcionamento da disciplina e da biopolítica nos ajudam a pensar como as novas tecnologias digitais participam do processo de produção da subjetividade no tempo presente.

Com a biopolítica, há a análise de como o governo das coletividades sociais em campo aberto pode conectar multiplicidades dispersas e modular os investimentos desejantes das massas levando ao fascismo, uma biopolítica cuja governamentalidade se estabelece na divisão entre os que devem viver e os agentes infecciosos que devem ser eliminados.

Conceitos como o de governamentalidade continuam sendo ferramentas eficazes para pensarmos o modo como nos governamos e somos governados. A história da governamentalização, desde o poder pastoral, ajuda a entender como os processos de coleta e tratamento de dados possibilitados pelas novas tecnologias digitais nos tornam cada vez mais transparentes e como esse conhecimento é utilizado para o exercício do poder, uma governamentalidade algorítmica, nos termos Antoinette Rouvroy, Thomas Berns e Dominique Depris.

Para Foucault, o poder nas sociedades modernas se exerce não somente por meio de instituições estatais, mas também práticas que visam moldar a conduta, regular ações e comportamentos. Os processos de vigilância, coleta e análise de dados possibilitados pelos dispositivos algorítmicos permitem o monitoramento, análise e controle do comportamento, sua conformidade com políticas de segurança ou a previsão de comportamento futuro com base em padrões passados. Os algoritmos e as tecnologias digitais constituem formas eficazes para o exercer poder, o controle, a regulação e o governo de indivíduos e populações, moldando suas

condutas e interações de acordo com normas e objetivos específicos.

As pesquisas de Felix Guattari e as que realizou em parceria com Gilles Deleuze sobre os processos de produção desejante, de servidão maquínica e suas semióticas a-significantes, lançam luz sobre nossas relações com os novos dispositivos tecnológicos, sobre como eles podem operar nos níveis pré-conscientes e pré-subjetivos.

A crítica ao estruturalismo de Saussure e seus impactos na obra de Jakobson e na psicanálise lacaniana abriu a possibilidade de elaboração de uma nova abordagem semiótica para além daquela que havia sido desenvolvida por Hjelmslev, capaz de colocar em pauta os fluxos de conteúdo e dos códigos antes de qualquer segmentação ou estratificação.

Deleuze e Guattari nos legaram importantes ferramentas analíticas que auxiliam a compreender como se pode desejar a própria opressão, a própria servidão, como se pode desejar o fascismo, que ajudam a distinguir os planos do interesse e do desejo e, com isso, diagnosticar o presente e pensar formas de resistência às complexas relações de poder e saber que nos envolvem e são constitutivas de nossas práticas.

Em uma análise que parte dos escritos de Foucault, Guattari e Deleuze, Domenico Hur (2019) escreve que a eficácia do fascismo se daria pela dimensão molecular, por uma governamentalidade populacional, uma política de afetos que coloca uns contra os outros, ou seja, que parte da criação de um inimigo comum como tática, da incitação do racismo nas suas mais diversas acepções – biológica, cultural, de gênero, religião etc. –, fazendo com que a reclamação do espaço vital legitime o extermínio, a aniquilação dos corpos que por alguma razão possam contaminar a todos, enfim, que utilizam o paradigma imunitário como forma de garantir a vida coletiva. Há uma modulação do desejo por meio da mobilização de afetos, das forças reativas, dos desejos reprimidos, do ressentimento.

A gestão de emoções e a produção de afetos encontram um importante aliado nos dispositivos algorítmicos. A produção e distribuição automatizada de discursos, mensagens políticas e narrativas que apelem à esperança, ao medo e ao ódio intensificam a capacidade de mobilizar emoções em indivíduos ou grupos para fins políticos. A facilidade como notícias falsas e teorias da conspiração circulam nas plataformas de mídias digitais facilita a influência da opinião pública, direcionando tanto o comportamento político, como a exploração do medo e do preconceito.

No plano teórico, a pesquisa pensou as articulações entre microfísica do poder e micropolítica do desejo nas análises dos conceitos de agenciamento e dispositivo. Seria interessante uma análise mais profunda dos diálogos possíveis entre Foucault e Guattari. Foram raras as referências sobre isso encontradas.

Ainda que a pertinência do conceito de biopolítica diante do novo contexto das tecnologias digitais não tenha sido abordada com mais profundidade nessa pesquisa, podem ser importantes pontos de partida para isso as obras de Roberto Esposito, Giorgio Agamben, Nikolas Rose, Thomas Lemke, Achille Mbembe e Paul Rabinow. No Brasil, destacam-se os estudos de Pedro Angelo Pagni sobre o dispositivo de inclusão educacional, e os de Divino José da Silva, sobre educação e o governo das vidas precárias na sociedade de desempenho, além de outros pesquisadores do campo da educação onde os conceitos de Michel Foucault são bastante frutíferos.

No que se refere aos aspectos empíricos, seria interessante uma pesquisa a partir de dados obtidos diretamente nas plataformas de mídias digitais, por meio do monitoramento de grupos de direita radical e os conteúdos que compartilham. Os memes se tornaram um importante meio de propaganda política e analisar aqueles que são compartilhados nesses grupos pode auxiliar na compreensão dos afetos que mobilizam.

Como criar formas de resistência a essas novas formas de poder e produção da subjetividade? É certo que não há uma receita mágica e definitiva, mas isso deve se dar a partir de um movimento constante e criativo.

Como afirma Chamayou (2020), neoliberalismo autoritário é mais um pleonasmo do que um oxímoro. É um sistema baseado em relações autoritárias, de controle e de exploração. Ainda que não seja ele a origem das formas de opressão, as intensifica ao se conectar ao patriarcado, à heteronormatividade, à branquitude, ao capacitismo, produzindo um terreno fértil ao microfascismo, pois a insegurança produzida pelo neoliberalismo tende a estimular respostas reacionárias às angústias vividas.

O neoliberalismo, ao mesmo tempo que funde poder corporativo e governamental, rompe com qualquer compromisso mínimo de responsabilidade pelo bem-estar social; o acirramento da competição e o fortalecimento do individualismo dissolve o espaço social e compromete as formas de solidariedade, enquanto a internet isola ainda mais as pessoas nas telas de seus smartfones, promovendo a indiferença, o desdém e a crueldade.

As inovações tecnológicas, como aponta Carr (2011), afetam as nossas faculdades perceptivas, cognitivas e afetivas, com profundos impactos neurobiológicos e socioculturais. O cérebro, bombardeado por informações, é constantemente estimulado de modo a comprometer a realização de tarefas que envolvem atenção. Além do pensamento profundo, pesquisas recentes indicam que nossos sentimentos mais elevados também dependem de uma mente calma e atenta e, “[...] quanto mais distraídos nos tornamos, menos aptos somos a experimentar

as formas mais sutis, mais distintamente humanas, de empatia, compaixão e outras emoções (Carr, 2011, p. 299).

As plataformas de mídia digital se impõem à maioria da população mundial enquanto permanecem subordinadas ao controle de poucas corporações que investem no desenvolvimento de mecanismos de captura da atenção. Seu modelo de negócios é o do engajamento digital, modelo que favorece a publicidade. Com isso, estimula a circulação de conteúdos emocionalmente carregados, criando um ambiente propício à proliferação de notícias falsas, utilizadas muitas vezes para influenciar processos políticos.

Por mais que as novas tecnologias digitais tenham aberto possibilidades incríveis de relações, de trocas, de expressão, nos colocam o desafio de lidar com as políticas da desinformação – *pós-verdade* foi a palavra do ano dos *Dicionários Oxford* (Oxford Languages, 2016). A impressão é que as interações possibilitadas pelas mídias digitais estão levando o debate público a uma polarização em torno do apelo à emoção e às opiniões em detrimento dos fatos objetivos e do discurso fundamentado.

Nesse contexto, as democracias se encontram ameaçadas e dificilmente sobreviverão sem a atuação firme das instituições no enfrentamento dos processos de desinformação, de despolitização, do acirramento do ódio e da intolerância. Os microfascismos que pululam por todos os cantos enfatizam a necessidade de se criar formas de resistência aos discursos como os do Escola sem Partido, que prega uma pretensa neutralidade nas escolas e estimula a emergência de uma cultura anti-intelectual avessa a qualquer proposta de educação crítica.

Não à toa que um dos alvos prediletos do Escola sem Partido é Paulo Freire, para quem "O conhecimento está articulado a questões como conhecer em favor de quê? Conhecer em favor de quem? O que vale dizer: conhecer contra quê? Conhecer contra quem?" (Freire, 2008, p. 23). Ou seja, não existe conhecimento neutro e todo ato de conhecer é, em si, um ato político. Nesse sentido, a educação deve afirmar o seu o papel político e a recusa à neutralidade.

O tempo presente exige, ainda mais, que se rompa com a cultura empresarial da educação pública e seus currículos padronizados, que desconsideram os contextos específicos e visam o preparo para testes padronizados, que colocam os educadores na condição de meros instrumentos de execução de receitas prontas, retirando-lhes não só a liberdade de cátedra como a própria condição de sujeito.

Nossa precária democracia não resistirá sem uma pedagogia que desafie os pressupostos mercadológicos do modelo atual e sua lógica neoliberal, que fomenta o individualismo, esvazia a solidariedade e mantêm abrigado no oprimido o opressor, sem uma pedagogia que estimule a crítica, a imaginação e a criatividade, que permita conhecer e transformar esse estado de coisas;

o momento exige uma educação antifascista, uma educação libertadora, como defendia Paulo Freire (p. 81, 1967):

> A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe.

A educação deve assumir o papel que consiste, como ensina Freire (1967, p. 94), em "[...] uma tentativa constante de mudança de atitude". Mais do que superar o analfabetismo, a educação, nesse sentido, deve criar o hábito da participação, que foi sufocado pela nossa história, deve criar as condições de possibilidade da mudança. Daí a importância de uma educação vinculada à realidade, à vida, que envolva o fazer. Nas palavras de Freire (1967, p. 95):

> Cada vez mais nos convencemos, aliás, de se encontrarem na nossa inexperiência democrática, as raízes deste nosso gosto da palavra ôca. Do verbo. Da ênfase nos discursos. Do torneio da frase. É que toda esta manifestação oratória, quase sempre também sem profundidade, revela, antes de tudo, uma atitude mental. Revela ausência de permeabilidade característica da consciência crítica. E é precisamente a criticidade a nota fundamental da mentalidade democrática.

O contexto atual exige ainda uma pedagogia que se atente às tecnologias digitais, que as agencie no sentido de favorecer a participação. Nos escritos de Guattari há algo que pode nos ajudar nessa tarefa. Trata-se da ideia de uma *era pós-mídia.* O conceito surge das experiências de Guattari com as rádios livres, em especial, a Rádio Alice, de Bolonha, que funcionou entre os anos de 1974 e 1977. Ela possibilitou um agenciamento coletivo de enunciação de uma multiplicidade de línguas e discussões de temas que na época eram estigmatizados.

A Rádio Alice inspirou a criação da Rádio Tomate, na França, no ano de 1981, que dois anos depois foi encerrada. A Rádio Tomate deu voz às periferias de Paris, em especial aos imigrantes africanos. A experiência acabou por abalar a ilusão de uma uniformidade das mídias de massa.

As experiências das rádios livres, como seus agenciamentos coletivos de expressão, permitiram, segundo Guattari (1986), experimentar formas não toleradas de democracia, estimulando a expressão das singularidades. As rádios livres visam, diz Guattari (1986, p. 12-13) "[...] preparar a entrada dos movimentos de emancipação numa era pós-mídia, que acelerará a reapropriação coletiva não apenas dos meios de trabalho mas também dos meios de produção subjetivos".

Ainda que Guattari tenha testemunhado o sistema francês de serviços de videotexto on-

line Minitel, ele não chegou a conhecer a internet do nosso tempo (Genosko, 2013). Mas ele pôde imaginar meios de conectividade a partir de vários hipertextos, ainda que, naquela época, o acesso a essas ferramentas era bastante restrito.

Guattari (1986) escreveu o prefácio do livro *Rádios livres: reforma agrária no ar*, de Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão (1986). Intitulado *As rádios livres em direção a uma era pós-mídia*, o texto defende que as rádios livres são, antes de mais nada, "[...] lutas de emancipação materiais e subjetivas" (Guattari, 1986, p. 9).

A era pós-mídia, diz Guattari (1990) em *As Três Ecologias*, deve ser "[...] entendida como uma reapropriação da mídia por uma multidão de grupos-sujeito, capazes de geri-la numa via de ressingularização" (Guattari, 1990, p.47). Ou seja, mais do que a apropriação dos recursos tecnológicos, é o tipo de agenciamento que importa, é o tipo de agenciamento que resulta no fortalecimento da homogeneidade e da massificação ou da heterogeneidade e da singularização. Trata-se de uma questão micropolítica, e não técnica.

Com o conceito de pós-mídia, Guattari se refere a uma era na qual a hegemonia das mídias tradicionais precisa competir com outros tipos de agenciamentos, de outras formas de expressão e de outras experiências coletivas (Goddard, 2013; Apprich, 2013). Não se trata da grande luta revolucionária contra os meios de comunicação de massa, mas de microintervenções capazes de produzir fissuras. A produção de uma era pós-mídia, segundo Michael Goddard (2006), é uma produção esquizoanalítica da subjetividade, portanto, são mudanças quase imperceptíveis.

Guattari (1996) sonhava com o fim da passividade do telespectador, graças aos modos de interação possibilitados pelas novas tecnologias: "[...] junção da tela audiovisual, da tela telemática e da tela do computador poderia levar a uma real reativação de uma sensibilidade e inteligência coletivas" (Guattari, 1996, p. 263, tradução nossa)[79]. Porém, tudo vai depender "[...] da capacidade de grupos de pessoas de se apoderarem delas e aplicá-las para fins apropriados" (Guattari, 1996, p. 263, tradução nossa)[80].

A era pós-mídia possibilitaria um terceiro caminho/voz de autorreferência subjetiva complementar ao do poder e do conhecimento, diz Guattari (1996) em *Regimes, caminhos,*

[79] No original: "[...] junction of the audiovisual screen, the telematic screen and the computer screen could lead to a real reactivation of a collective sensibility and in Genosko Reading" (Guattari, 1996, p. 263).
[80] No original: "[...] it will all depend, ultimately, on the capacity of groups of people to take hold of them, and apply them to appropriate ends. "Pour une refondation des pratiques sociales" – Remaking Social Practices – in Genosko Reading" (Guattari, 1996, p. 263).

sujeitos[81], caminho que nos levará "[...] da era da mídia consensual para a era pós-mídia dissensual – cada um será capaz de assumir seu potencial processual e, talvez, transformar este planeta – um inferno para mais de três quartos da sua população – num universo de encantos criativos" (1996, p. 104).

Diante da situação atual, há um movimento importante no que se refere às leis sobre proteção de dados, de controle de publicações ou mesmo de censura. Ao mesmo tempo, se discute os riscos que isso implica à liberdade de expressão e às democracias, considerando as dificuldades, ou mesmo impossibilidade de se estabelecer qual seria o órgão sensor adequado. Além disso, depois de publicados, os conteúdos se espalham rapidamente pelas redes, sendo difícil, ou mesmo impossível, reparar os danos que possam causar.

Considera-se, portanto, importante a apropriação das máquinas técnicas digitais por grupos sujeitos. Fazê-las funcionar no sentido de possibilitar novas conexões e modos de expressão, de serem capazes de produzir e fazer circular pelo ecossistema de plataformas de mídia digital afetos alegres, que ampliem nossa potência de agir, que tirem-nos da condição de impotência.

Nos Estados Unidos, assim como em várias outras partes do mundo, o Movimento Black Lives Matter (BLM) tem utilizado as mídias sociais para dar visibilidade às questões de injustiça racial e violência policial. O compartilhamento de vídeos, hashtags e relatos têm desempenhado um papel importante na conscientização e mobilização de protestos (Taylor, 2018; Alexandre, 2021; Mesquita, 2022).

Os vazamentos de documentos confidenciais de governos e instituições por plataformas como WikiLeaks, têm exposto práticas questionáveis e segredos de Estado. Esses vazamentos têm sido uma forma de resistência ao poder, visando a transparência e a prestação de contas (Zuboff, 2019; Junior, 2018; Lima, 2012; Christofoletti; Oliveira, 2011).

Grupos de ciberativismo e hacktivismo também têm usado suas habilidades técnicas para expor informações, realizar ataques cibernéticos simbólicos e lançar campanhas on-line contra instituições que consideram corruptas ou opressoras. Uma pesquisa interessante sobre o tema foi desenvolvida no Brasil por Bruno Eduardo Procopiuk Walter (2019).

Blogs, podcasts e canais de YouTube independentes têm se destacado como fontes alternativas de informação, oferecendo perspectivas diversas e muitas vezes críticas em relação ao poder estabelecido e aos meios de comunicação tradicionais. Nas mídias sociais, surgem

---

[81] No original: *Regimes, Pathways, Subjects* (Genosko, 1996). O ensaio corresponde ao capítulo introdutório de *Cartografias esquizoanalíticas* publicado por Guarrari (2000) no ano de 1989.

frequentemente campanhas para conscientizar e boicotar empresas ou produtos associados a práticas consideradas antiéticas ou prejudiciais ao ambiente.

Na região de Presidente Prudente, o coletivo cultural itinerante Som Na Linha (Coletivo [...], 2021) e movimentos como o Diversonoridade, têm utilizado as redes sociais e mídias digitais para reunir artistas e promover eventos alternativos com foco em obras autorais. Nos tempos de isolamento social, o movimento conseguiu beneficiar mais de 150 artistas com a captação de cerca de 70 mil reais com a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Foram 6 edições on-line cada uma com 6 apresentações (Festival Diversonoridade [...], 2022).

Assim como aconteceu com o fenômeno das rádios livres, as plataformas de mídia digital também podem se constituir como importantes espaços de resistência ao serem apropriadas por coletivos de grupos sujeitos capazes de agenciar diferentes vozes e criar um espaço para novos modos de expressão.

Os microfascismos estão em todos nós e tampouco e mesmo aqueles identificados com discursos à esquerda estão imunes às formas de gestão de afetos que encaminham para práticas de ódio e ressentimento. Estamos todos sujeitos a sermos capturados por esses axiomas típicos doo microfascismo.

O que pode a educação nesse contexto? Diante do que foi exposto, acreditamos que, além de produzir conhecimentos e desenvolver habilidades sobre o uso das novas tecnologias, uma educação libertadora pode pôr em discussão crítica os designes, as arquiteturas e os procedimentos algorítmicos das plataformas de mídia digital, abordá-las não como meros suportes, mas como atores interessados, estimular a apropriação dessas tecnologias por grupos sujeitos, por vozes caladas, por rostos invisíveis.

A realidade que se apresenta diante de nós sugere que devamos dar a devida importância ao que disse Guattari (1985, p. 173): “O fascismo é um tema-chave para abordar a questão do desejo no campo social. Além do mais, não conviria aproveitar para falar disso, enquanto ainda se pode fazê-lo livremente?”.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Breno. Estudo aponta: Black Lives Matter internacionalizou debate da violência contra negros. **Revista Universidade** (UFES). Vitória, 2 ago. 2021. Disponível em: https://www.ufes.br/conteudo/estudo-aponta-black-lives-matter-internacionalizou-debate-da-violencia-contra-negros. Acesso em: 20 jun. 2023.

APPRICH, Clemens. Remaking media practices, from tactical media to post-media. In: APPRICH, Clemens; SLATER, Josephine Berry; ILES, Anthony; SCHULTZ, Oliver Lerone (Org.). **Provocative Alloys**: A Post-Media Anthology. London: Mute, 2013.

ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira. Lugar de negro. Dossiê 130 anos da abolição da escravatura, Edição 96, maio de 2018, **Unespciência**.

ARIAS, Juan. Cresce o clima de fanatismo religioso em torno do atentado a Bolsonaro. **El País**. Madri, 25 set. 2018. Opinião. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/25/opinion/1537836344_067269.html. Acesso em: 15 out. 2019.

ARUTE, Frank; ARYA, Kunal; BABBUSH, Ryan; et al. Quantum supremacy using a programmable superconducting processor. **Nature**, 574. 23 out. 2019. pp. 505-510. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41586-019-1666-5. Acesso em de 12 de janeiro de 2021.

AVELINO, Gilvanildo Oliveira. **Anarquismos e governamentalidade**. 400f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BACELAR, Kleverton. Sobre a Centralidade e a Estrutura do Capítulo "Os Corpos Dóceis" de Vigiar e Punir. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v.7, n.2, ago. 2019, p. 293-325. Disponível em: file:///C:/Users/prtka/AppData/Local/Temp/23147-Texto%20do%20artigo-60119-1-10-20191118.pdf. Acesso em 17 de janeiro de 2020.

BAKIR, Vian. Psychological Operations in Digital Political Campaigns: Assessing Cambridge Analytica's Psychographic Profiling and Targeting. **Frontiers in Communication**, vol. 2020, 67. doi: 10.3389/fcomm.2020.00067

BIANCHI, Alvaro; MELO, Demian. Fascisms: A view from the South. In. PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. London: Routledge, 2023.

BARBOSA, Keylla. De Jakobson a Lacan: a construção da metáfora paterna. **Ágora** (PPGTP/UFRJ) , v. 23, p. 29-37, 2020.

BRIANT, Emma. Three Explanatory Essays Giving Context and Analysis to Submitted Evidence. **UK Parliament Website**. Londres, 19 mar. 2018. Documents. Disponível em: https://www.parliament.uk/documents/commons-committees/culture-media-and-sport/Dr%20Emma%20Briant%20Explanatory%20Essays.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. e33095, 2019. DOI: 10.15448/1980-

3729.2019.3.33095. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33095. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs). **Tecnopolíticas da vigilância**: Perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUNO, Fernanda. Rastrear, classificar, performar. **Cienc. Cult**., São Paulo, v. 68, n. 1, p. 34-38, Mar. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 nov. 2020. http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100012.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia, subjetividade. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BUARQUE; Beatriz; CRETTON, Marcio. Mapa do ódio no Brasil. Percepções e recomendações para políticas públicas. **Words Heal the World**. Manchester, 2019. Disponível em: https://www.wordshealtheworld.com/wp-content/uploads/2019/10/HATE-MAP-IN-PORTUGUESE.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

BURROUGHS, William. **Almoço Nu**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

BUTTS-WILMSMEYER, Carrie; RAPP, Samuel; GUTHRIE, Bryn. The technological advancements that enabled the age of big data in the environmental sciences: A history and future directions. Current Opinion in **Environmental Science & Health**, Volume 18, December 2020, Pages 63-69.

CADWALLADR, Carole. "I made Steve Bannon's psychological warfare tool": meet the data war whistleblower. **The Guardian**. Londres, 18 mar. 2018. News. The Cambridge Analytica Files. Disponível em: https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wylie-faceook-nix-bannon-trump. Acesso em: 15 out. 2019.

CADWALLADR, Carole. The great British Brexit robbery: how our democracy was hijacked. The Guardian; **The Observer**, Londres, 7 mar. 2017. Disponível em: https://www.theguardian.com/technology/2017/may/07/the-great-british-brexit-robbery-hijacked-democracy. Acesso em: 10 jun. 2019.

CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. **The Guardian**. Londres, 17 mar. 2018. News. The Cambridge Analytica Files. Disponível em: https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election. Acesso em: 15 out. 2019.

CAETANO, Guilherme. Plataforma que monitora robôs aponta presença maciça de contas falsas entre apoiadores de Bolsonaro. **O Globo**. São Paulo, 28 abr. 2020. Política. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/plataforma-que-monitora-robos-aponta-presenca-macica-de-contas-falsas-entre-apoiadores-de-bolsonaro-24399334. Acesso em: 29 abr. 2020.

CAFARDO, Renata; MENGUE, Priscila; ROCHA, André Ítalo. Doria veta trecho de livro e Bolsonaro quer projeto contra 'ideologia de gênero'. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 3 set.

2019. Edu. Disponível em: https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-preparar-pl-que-proibe-ideologia-de-genero-no-ensino-fundamental,70002994948. Acesso em: 11 set. 2019.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; OLIVEIRA, Cândida de. Jornalismo pós-wikileaks: Deontologia em tempos de vazamentos globais de informação. **Contemporânea**: comunicação e cultura, vol.09, n.02, agosto de 2011. P. 231-245. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5072. Acesso em: 19 jan. 2021.

CAMPOS, Walter de Oliveira. Da abolição legal simbólica à igualdade fática. Dossiê 130 anos da abolição da escravatura, Edição 96, maio de 2018, **Unespciência**.

CARR, Nicholas**. O que a internet está fazendo com os nossos cérebros**. Tradução de Mônica Gagliotti Fortunato Friaça. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e o neoliberalismo de subjetividades precárias: incidências na escola pública brasileira. **Revista interinstitucional artes de educar**, v. 6, p. 934-956, 2020.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. A emersão do *homo friabilis*: subjetivação em tempo de cleptoafetividade. **Educação e Filosofia**, v. 33, p. 591-566, 2019.

CARVALHO, Mariana. Projeto que proíbe 'doutrinação ideológica' na escola gera polêmica. **G1**. Espírito Santo, 8 mai. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/05/projeto-que-proibe-doutrinacao-ideologica-nas-escolas-gera-debate.html. Acesso em: 13 jul. 2019.

CASTRO, Edgardo. Los dispositivos foucaultianos. **Fermentario**, Montevideo, v. 2, n. 11, 2017.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Neoliberalismo, guerra híbrida e a campanha presidencial de 2018. **Comunicação & Sociedade**, v. 42, p. 261-291, 2020a.

CASTRO, Edgardo. La noción de policía en los trabajos de Michel Foucault: objeto, límites, antinomias. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, Bogotá, Bogotá, v. 46, n. 2, p. 185 – 206, jul-dez. 2019.

CASTRO, J Julio Cesar Lemes de. Máquinas de guerra híbrida em plataformas algorítmicas. **E-COMPÓS** (Brasília), v. 23, p. 1-29, 2020b.

CHENG, Godfrey. Moore's law is not dead. **TSMC Blog**. 2019. Disponível em: https://www.tsmc.com/english/newsEvents/blog_article_20190814.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2020.

COCHART, Dominique. As multidões e a comuna. Análise dos primeiros escritores sobre psicologia das multidões. In **Revista Brasileira de História**. Vol. 10, N° 20, março de 1990.

CODING RIGHTS. **Data and elections in Brazil 2018/Dados e eleições 2018**. Out. 2018.

Disponível em: <https://www.codingrights.org/wpcontent/uploads/2018/11/Report_DataElections_PT_EN.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

COLETIVO cultural Som na Linha promove última etapa do Festival Diversonorilive em Presidente Prudente. **G1**. Presidente Prudente, 21 set. 2021.

CORONATO, Daniel Rei. A escravidão e a identidade internacional brasileira. Dossiê 130 anos da abolição da escravatura, Edição 96, maio de 2018, **Unespciência**.

COSTA, Helrison Silva. A analítica do poder pastoral na genealogia das artes de governo em Foucault. **Griot**: Revista de Filosofia, Amargosa –BA, v.18, n.2, p.421-434, dezembro, 2018.

CRARY, Jonathan. **24/7**: Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014

CRUZ, F.; VALENTE, M. É hora de se debruçar sobre a propaganda em rede de Bolsonaro. **El País**. Madri, 21 out. 2018. Opinião. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/opinion/1539892615_110015.html. Acesso em: 15/10/2019.

CRUZ, Bruna Souza; GOMES, Helton Simões. Cambridge Analytica no Brasil? Emails vazados contam história de fracasso. **Uol**. São Paulo, 3 de jan. de 2020. Tilt, Disponível em: https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/01/03/cambridge-analytica-no-brasil-emails-vazados-contam-historia-de-fracasso.htm?cmpid=copiaecola

DAVID-MENARD, Monique. Como ler Além do princípio do prazer?. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 37, n. 69, p. 99-112, jun. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952015000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 nov. 2021.

DAVIES, Harry. Ted Cruz using firm that harvested data on millions of unwitting Facebook users. **The Guardian**. Londres, 11 dez. 2015. News. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2015/dec/11/senator-ted-cruz-president-campaign-facebook-user-data. Acesso em 10 jun. 2020.

DE FELICE, Renzo. **Mussolini il rivoluzionario**. 1883–1920. Torino: Einaudi, 1965.

DE FELICE, Renzo. **Mussolini il fascista**, 1925–1929. Vol 2. Torino: Einaudi, 1966.

DE FELICE, Renzo. **Mussolini il duce**, 1929–1940. Vol 2. Torino: Einaudi, 1974.

DE FELICE, Renzo. **Mussolini l'alleato**, 1940–1945. Vol. 2. Torino: Einaudi, 1990.

DE FELICE, Renzo. **Le interpretazioni del fascismo**. 10th edn. Bari: Laterza, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)**. Tradução Emanuel Ângelo da Rocha et al. Fortaleza: Ed UECE, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa e o problema da expressão**. Tradução GT Deleuze-12. São Paulo: Editora 34, 2017

DELEUZE, Gilles. **El poder**: curso sobre Foucault. Buenos Aires: Cactus, 2014. Tomo 2.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. Tradução Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. Desejo e prazer. In: PELBART, Peter; ROLNIK, Suely (Org.). **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo: PUC-SP, v.1, n.1, p.13-25, 1993.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nasciemento.

DELEUZE, Gilles. Tres problemas de grupo. In: GUATTARI, Felix. **Psicoanálisis y transversalidad**: crítica psicoanalítica de las instituciones, Buenos Aires: Siglo XXI, 1976.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectivas, 1974.

DELUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. Tradução Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

DELUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Kafka**. Por Uma Literatura Menor. Tradução e prefácio de Rafael Godinho; Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

DELUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia (vol. 1). Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 2000.

DELUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia (vol. 2). Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1997a.

DELUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia (vol. 3). Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DELUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia (vol. 4). Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997b.

DELUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia (vol. 5). Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997c.

DIAS, Tatiane. Crimes explodem no Facebook, YouTube, Instagram e Twitter durante a pandemia. **The Intercept Brasil**. Rio de Janeiro, 24 ago. 2020. Disponível em: https://theintercept.com/2020/08/24/odio-pornografia-infantil-explodem-twitter-facebook-instagram-youtube-pandemia/. Acesso em: 25 ago. 2020.

DOSSE, François. **Deleuze e Guattari**. Biografias cruzadas. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUARTE, André de M. Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do

Estado Moderno. In: CASTELO B. G.; VEIGA-NETO, A. **Foucault**: filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DUTRA, Dom Sílvio Guterres. As Eleições 2018 e o Fanatismo Religioso. **Revista IHU on-line**. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584081-as-eleicoes-2018-e-o-fanatismo-religioso. Acesso em: 10 jun. 2019.

ESPOSITO, Roberto. **Bios**: biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

FEFFER, Alan. Um relato da doutrinação ideológica nas escolas brasileiras. **InfoMoney**. São Paulo, 27 abr. 2017. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/colunistas/ifl-instituto-de-formacao-de-lideres/um-relato-da-doutrinacao-ideologica-nas-escolas-brasileiras/. Acesso em: 10 jun. 2019.

FESTIVAL Diversonoridade agita Presidente Prudente a partir desta sexta-feira. **G1**. Presidente Prudente, 19 mai. 2022.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. Tradução Jaime Araújo. São Paulo: Almedina, 2019.

FIORATTI, Gustavo. Regina Duarte posta vídeo contra 'marxismo cultural' e retoma 'guerra' de Alvim. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 jan. 2020. Ilustrada. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/regina-duarte-posta-video-contra-marxismo-cultural-e-retoma-guerra-de-alvim.shtml. Acesso em: 10 jun. 2019.

FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística**. Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2010.

FORTI, Steven. **Extrema derecha 2.0. Qué es y cómo combatirla. Madrid**: Siglo XXI de España Editores, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: Tradução Eduardo Brandão. Revisão de Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. Revisão de Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? In Manoel B. Motta (Org.), **Ditos e escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento (Vol. 2, 2a ed., E. Monteiro, Tradução). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico**. Tradução Eduardo Brandão. 1ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2006

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Tradução Eduardo Brandão. Revisão de Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Tradução A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?** (crítica ou Aufklärung). Tradução de Antônio C.

Galdino. Cadernos da F.F.C. – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, v. 9, n.1, p.169-189, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Universitária, pp. 231-249, 1995.

FOUCAULT, Michel. Nuevo orden interior y control social. In. **Saber y verdad**. Madri: La Piqueta, 1991. p. 163-165.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não-fascista. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento Prefacein: Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Anti-Oedipus**: Capitalism and Schizophrenia, New York, Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. Disponível em http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/vidanaofascista.pdf. Consultado em 24 de ago. 2020.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. In **Obras completas**, volume 4: A interpretação dos sonhos (1900). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. **O chiste e sua relação com o inconsciente**. Tradução de Fernando Costa Mattos e Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. In **Obras completas volume 11**. Totem e tabu, contribuição a história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, Sigmund. O eu e o ID. In **Obras completas**, volume 16. O eu e o Id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. In **Obras completas volume 15**. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud:** edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, Sigmund. Um tipo especial da escolha de objeto feita pelos homens (contribuições à psicologia do amor I). In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v.11, p. 149-162.

FREUD, Sigmund. Um tipo especial de escolha de objeto de escolha pelos homens (Contribuições à psicologia do amor I) (1910). In: **Obras completas**. Cinco lições de psicanálise – Leonardo da Vinci e outros trabalhos (1910). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

GENTILE, Emilio. **Le origini dell'ideologia fascista** (1918–1925). Milano: Il Mulino, 1996.

GENTILE, Emilio. **Fascismo**: Storia e Interpretazione. Bari: Laterza, 2005.

GRIFFIN, Roger. **International Fascism**: Theories, Causes and the New Consensus. London: Oxford University Press, 1998.

GOFFEY, Andrew. Algorithm. In: FULLER, Matthew (Org.). **Software studies**: a lexicon. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2008, p. 15–20.

GRASSEGGER, Hannes; KROGERUS, Mikael. **The Data That Turned the World Upside Down**. Nova Iorque: Vice, 2017. Disponível em: https:// www.vice.com/en_us/article/4x4x8n/the-data-that-turned-the-world-upside-down. Acesso em: 10 de junho de 2019.

GUATTARI, Félix. **La revolución molecular**. Madrid: Errata Naturae, 2017.

GUATTARI, Félix. **Qué es la ecosofia?** Textos presenteados y agenciados por. Stéphane Nadaud. Buenos Aires: Cactus, 2015.

GUATTARI, Félix. **Líneas de fuga**. Por otro mundo de posibles. Buenos Aires: Cactus, 2013.

GUATTARI, Félix. 1985: Microfísica dos Poderes e Micropolíticas dos Desejos. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina V. (Org.). Foucault Hoje? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 33-41.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2006.

GUATTARI, Félix. **Cartografías Esquizoanalíticas**. tradução Dardo Scavino Buenos Aires: Manantial, 2000.

GUATTARI, Félix. **O inconsciente maquínico**: ensaios de esquizo-análise. Tradução Constança Marcondes César e Lucy Moreira César. Campinas: Papirus, 1988.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. Tradução Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix. **Psicoanálisis y transversalidad**: Crítica psicoanalítica de las instituciones, Buenos Aires: Siglo XXI, 1976.

HALEVI G.; MOED H. , The evolution of big data as a research and scientific topic: overview of the literature, **Research Trends**, Special Issue on Big Data, vol. 30, pp. 3-6, 2012.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Ênio Paulo Giachini, 2 edição ampliada – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HAUBERT, Mariana. Quem é o novo Ministro da Educação, Abraham Weintraub. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 11 abr. 2019. Política. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,novo-ministro-da-educacao-defende-teoria-de-olavo-de-carvalho,70002783819+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 20 jan. 2020.

HERN, A. **Cambridge Analytica did work for Leave.EU, emails confirm**. The Guardian. Londres, 30 jul. 2019. News. Disponível em: https://www.theguardian.com/uk-news/2019/jul/30/cambridge-analytica-did-work-for-leave-eu-emails-confirm. Acesso em: 15/10/2019.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Raízes do Brasil. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. 4. ed. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

JUNIOR, Edson Mendes Nunes. Wikileaks: o vazamento de informações secretas como forma de contra-hegemonia. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 17, n. 33, p. 63 - 72, 1° sem. 2018.

KONDER, Leandor. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSINSKI, M.; STILLWELL, D.; GRAEPEL, T. Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior. **PNAS Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 110, n. 15, p. 5802–5805, 2013. DOI: https://doi.org/10.1073/pnas.1218772110.

KROETZ, Ketlin; FERRARO, José Luis Schifino. A governamentalidade como ferramenta analítica em Michel Foucault. **Conjectura**: filosofia e educação (UCS), v. 24, p. 76-91, 2019.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, Máquinas, Subjetividades**. São Paulo: n-1 edições/Edições Sesc São Paulo, 2014

LAZZARATO, Maurizio. Le “pluralisme sémiotique” et le nouveau gouvernement des signes, **Transversal**, 2006 (http://eipcp.net/transversal/0107/lazzarato/fr).

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfi ca. 1. ed. (edição do Kindle), São Paulo: Alameda, 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEWIS, Paul; HILDER, Paul. Cambridge Analytica misled MPs over work for Leave.EU, says ex-director. **The Guardian**. San Francisco, 23 mar. 2018. News. Disponível em: https://www.theguardian.com/news/2018/mar/23/cambridge-analytica-misled-mps-over-work-for-leave-eu-says-ex-director-brittany-kaiser. Acesso em: 20 jun. 2020.

LIMA, Alberto Cirilo Paz de. **Conceptual Metaphors**, Wikileaks and information. 2012. 113

f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira**. Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 45, p. 6-7, 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1678-463420194519091.

LINZ, Juan. An authoritarian regime: Spain. In: ALLARDT, Erik; LINTTUNEN, Yrjö (eds.). **Cleavages, Ideologies and Party Systems**. Helsinki: The Academic Bookstore, 1964. p. 291–341.

MACHADO, Manoel Pestana. **Ex-Cambridge Analytica: "A campanha de Bolsonaro teve táticas como as que usámos com Trump"**. O Observador. Lisboa, 05 nov. 2019.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MAIA, Maria de Lourdes de Sousa; BALLALAI, Isabella e NEHAB, Marcio. Movimento antivacina e suas ameaças. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZkhjyQ0wBR8&feature=youtu.be>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAMMONE, Andrea. Europe's nationalist international. **Al-Jazeera**. Doha, 28 abr. 2017. Opinion. Disponível em: http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2017/04/europe-nationalist-international-170426133717957.html. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

MARIN, Denise Chrispim. Ernesto Araújo: 'Justiça social e clima são pretextos para a ditadura'. **Veja**. São Paulo, 11 de set. de 2019. Mundo. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/ernesto-araujo-justica-social-e-clima-sao-pretextos-para-a-ditadura/. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

MARINELI, Fábio. O terraplanismo e o apelo à experiência pessoal como critério epistemológico. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1173-1192, 2020.

MASSON, Jeffrey M. A **Correspondência Completa de Freud para Fliess** (1886-1904). Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MATARAZZO, Renata; GONÇALVES, Gabriela. Saiba como o termo 'ideologia de gênero' surgiu e é debatido. **G1**. São Paulo, 3 de set. de 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/saiba-como-o-termo-ideologia-de-genero-surgiu-e-e-debatido.ghtml. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

MEC vai fazer projeto de lei contra "ideologia de gênero". **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 de set. de 2019. Sociedade. Educação. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-vai-fazer-projeto-de-lei-contra-ideologia-de-genero-23924172. Acesso em:18/10/2019.

MEIRELES, Maurício. Na era da 'lacração', radicalização política deve causar empobrecimento no campo das artes. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 de dez. de 2018. Cenários 2019.Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cenarios/2018/12/1985258-na-era-da-lacracao-radicalizacao-politica-deve-causar-empobrecimento-no-campo-das-artes.shtml. Acesso em:18/10/2019.

Ministro da Educação diz que busca solução para Escola sem Partido ainda neste mês. **O Globo**, Rio de Janeiro, de 11 ago. de 2019. Sociedade. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-educacao-diz-que-busca-solucao-para-escola-sem-partido-ainda-neste-mes-23869875. Acesso em:18/10/2019.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 de out. de 2018. Poder. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml. Acesso em: 15/10/2019.

MELLO, P. WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 8 de out. de 2019. Poder Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml. Acesso em: 15/10/2019.

MESQUITA, Camila. O Movimento Black Lives Matter: influência na política dos Estados Unidos e sua internalização. **Conexões internacionais**. Brasília, v.3, n. 1, p. 65-85, 2022.

MESQUITA, Lígia. Denúncias de discurso de ódio online dispararam no 2º turno das eleições, diz ONG. **BBC News Brasil**. Londres, 9 de nov. de 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46146756. Acesso em: 15/10/2019.

MEZAN, Renato. **Freud**, pensador da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MONTEIRO. Igor Salomão. 130 anos da Lei Áurea. Dossiê 130 anos da abolição da escravatura, Edição 96, maio de 2018, **Unespciência.**

MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 19, p. 1-14, 2021.

MOSSE, George L. Toward a general theory of Fascism. In: _____. **The Fascist Revolution: Toward a General Theory of Fascism**. New York: Howard Fertig, 1999. p. 1–44.

MOSSE, George L. **La nazionalizzazione delle masse**: simbolisme politico e movimenti di massa in Germania (1815–1933). Bologna: Il Mulino, 1975.

MOSSE, George L. **Introduction**: The genesis of fascism. Journal of Contemporary History, v. 1, n. 1, p. 14–26, 1966.

NICOLAU, Jairo. **Prefácio**. In: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

NIELSEN, Jakob. Nielsen's Law of Internet Bandwidth. **Nielsen Norman Group**. Fremont: 2019. Disponível em: https://www.nngroup.com/articles/law-of-bandwidth/. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O Estado de S. Paulo. **Como a família Bolsonaro se aproximou de Steve Bannon**. São Paulo, 13 set. 2019. Internacional. Disponível em: https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,como-familia-bolsonaro-se-aproximou-de-

steve-bannon,70003008743. Acesso em: 15 out. 2019.

O'DONNELL, Guillermo. **Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism**: Studies in South America. California: Berkeley University Press, 1973.

OLIVEIRA, Lorena Silva. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Revista Ítaca**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 48-72, 2019. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/26395/18009. Acesso em: 07 nov. 2020.

OLSEN, Mari. **E-mails vazados da Cambrige mostram poucas ações no Brasil, mas confirmam democracia hackeada**. Jornalistas Livres. São Paulo, 5 de jan. 2020. Disponível em: https://jornalistaslivres.org/e-mails-vazados-da-cambrige-analytica-sobre-brasil-mostram-poucas-acoes-mas-historico-confirma-que-nossa-democracia-foi-hackeada/

OTA, Nilton Ken. (2017). Uma atualidade *in extremis*: Foucault entre Marx e o neoliberalismo. *DILEMAS:* ***Revista de Estudos de Conflito e Controle Social***, Edição Especial no 2, pp. 45-66, 2017.

PAGNI, Pedro Angelo. O enigma da biopolítica, o corpo e a inclusão: contribuições de Roberto Esposito. In: BRITES, Liara Saldanha (Org.); DIAS, Kamyla Stanieski (Org.). DARSIE, Camilo (Org.); MUTZ, Andresa Silva da Costa (Org.). ROCHA, Cristianne Maria Famer (Org.). **Estratégias biopolíticas do hoje e a produção de sujeitos**: interfaces entre tecnologias na educação e na saúde. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

PAGNI, Pedro Angelo. **Biopolítica, deficiência e educação**: outros olhares sobre a inclusão escolar. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

PARISI, Luciana. **Contagious Architecture**: Computation, Aesthetics and Space. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.

PASSARINHO, Nathalia. **Ex-sócio da Cambridge Analytica no Brasil diz que empresa não tinha banco de dados de brasileiros**. BBC Brasil. Londres, 20 mar. 2018.

PASTERNAK, Natalia. O crescimento dos antivacinas no Brasil. **Medicina S/A.** Disponível em: https://medicinasa.com.br/antivacinas-brasil/. Acesso em 10 ago. 2022.

PAXTON, Robert O. The Anatomy of Fascism. New York: Vintage, 2005.

PAYNE, Stanley G.. Fascism: Comparison and Definition. Madison: University of Wisconsin Press, 1980.

PARRA, Henrique. Abertura e controle na governamentalidade algorítmica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 1, p. 39-49, Mar. 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020.

PELLEJERO, Eduardo. Entre dispositivos e agenciamentos: o duplo deleuziano de Foucault. In: **Revista Margens Interdisciplinar**. Universidade Federal do Pará - Campus Abaetetuba – EditorAbaete. V. 6, n 7. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2807. Acesso em: 20 de out. de 2021.

PERINI-SANTOS, Ernesto. Desinformação, negacionismo e pandemia. **Filosofia Unisinos**, v. 23, n. 1, p. 1-15, 2022.

PETTER, Margarida. Linguagem, Língua e Lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística**. Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2010, p. 11-23.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. A língua como objeto da Linguística. In: FIORIN, José Luiz. (org.) et al. **Introdução à Lingüística**. Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2010, p. 76-93.

PIKETTY, Thomas. **Uma breve história da igualdade**. Tradução Maria de Fátima Oliva de Couto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PINHEIRO, Regina. Crimes de ódio na internet tiveram aumento de quase 70% no primeiro semestre. **Rádio Senado**. Internet. Brasília, 10 out. 2022.

PINHO, A.; MARTÍNEZ-VARGAS, I. Doria manda recolher material sobre identidade de gênero por suposta apologia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 3 set. 2019. Educação. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/doria-manda-recolher-material-que-cita-identidade-de-genero-e-fala-em-apologia.shtml. Acesso em: 18 de out. de 2019.

PIRES, Breiller. A radicalização sustenta o protagonismo de Bolsonaro na direita. **El País Brasil**. São Paulo, 26 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/25/politica/1569363708_151865.html. Acesso em:18 de out. de 2019.

PIRES, Breiller. **Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon**. São Paulo: El País Brasil, 20 de ago. de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html. Acesso em:18 de out. de 2020.

POULANTZAS, Nicos. **Fascisme et dictature**: La IIIe Internationale face au fascisme. Paris: François Maspero, 1970.

POZZI, S. **EUA multam Facebook em 5 bilhões de dólares por violar privacidade dos usuários**. El País. Nova York, 13 jul. 2019. Economia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/12/economia/1562962870_283549.html. Acesso em: 15/10/2019.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RATHSAN, Luciana. A política de desvalorização da ciência tem custo que ultrapassa o Teto de Gastos. Jornal da Unicamp, Campinas. **Cultura e Sociedade**, 26 abr. 2021. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/26/politica-dedesvalorizacao-da-ciencia-tem-custo-que-ultrapassa-o-teto-de-gastos. Acesso em: 29 jan.2022.

REICH, Wilhelm. Psicologia de Massas do Fascismo. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RENTON, Dave. **Fascism**: Theory and Practice. London: Pluto, 1999.

REVELL; WATERFIELD, 2018 - https://www.newscientist.com/article/2168713-huge-new-facebook-data-leak-exposed-intimate-details-of-3m-users/

RIBEIRO, Amanda. **Após cortes no MEC, envio de imagens de estudantes nus cresce 950% em grupos de WhatsApp em 24 horas**. 13 de maio de 2019, 16h37. Disponível em: https://www.aosfatos.org/noticias/apos-cortes-no-mec-envio-de-imagens-de-estudantes-nus-cresce-950-em-grupos-de-whatsapp-em-24-horas/

TRINDADE, Héctor. La cuestión del fascismo en América Latina**. Desarrollo Económico**, v. 23, n. 91, p. 429–447, 1983.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e Cordialidade**: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

ROSA, Susel Oliveira da. Os investimentos em capital humano. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.) **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ROSE, Nikolas.Cérebro, selfe sociedade: uma conversa com Nikolas Rose. ***Physis*** **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-324, 2010

ROSENBERG, M.; CONFESSORE, N.; CADWALLADR. How Trump Consultants Exploited the Facebook Data of Millions. **The New York Times**. Nova York, 17 de mar. de 2018. Disponível em: https://www.nytimes.com/2018/03/17/us/politics/cambridge-analytica-trump-campaign.html. Acesso em: 15 de jan. de 2019.

ROUVROY, A., BERNS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? Tradução de P. H. Andrade. **Revista Eco Pós**, Rio de Janeiro, UFRJ, Vol. 18, Nr. 2, pp. 36-56, 2015.

ROUVROY, Antoinette. Of Data and Men: Fundamental Rights and Freedoms in a **World of Big Data, Re-port prepared for the Directorate General of Human Rights and Rule of Law**, Council ofEurope, Strasbourg, 2016.

ROUVROY, Antoinette. Of Data and Men: Fundamental Rights and Freedoms in a **World of Big Data, Re-port prepared for the Directorate General of Human Rights and Rule of Law**, Council ofEurope, Strasbourg, 2016.

ROUVROY, Antoinette. Des données et des Hommes. Droits et libertés fondamentaux dans un monde de données massives. (T-PD-BUR(2015)09REV Ed.) **Conseil de l'Europe**. 2016b. Disponível em: http://www.crid.be/pdf/public/7689.pdf

ROUVROY, Antoinette. La gouvernementalité algorithmique: radicalisation et stratégie immunitaire du capitalisme et du néolibéralisme? **La Deleuziana**, (3), 30-36. (2016c) http://www.crid.be/pdf/public/8005.pdf

ROUVROY, Antoinette. Gouverner hors les normes: la gouvernementalité algorithmique. **Lacan Quotidien** nº 733, 6 julio 2017, publication en ligne: (www.lacanquotidien.fr).

ROUVROY, Antoinette. **Face à la gouvernementalité algorithmique, repenser le sujet de droit comme puissance**. 2012. Disponível em: https://works.bepress.com/antoinette_rouvroy/43. Acesso em: 15/10/2019

SAFATLE, Vladimir. **Bem vindo ao estado suicidário**. N-1 Edições, 2020b. Disponível em: https://n-1edicoes.org/004. Acesso em: 07 de janeiro de 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Para além da necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: https://www.n-1edicoes.org/textos/191. Acesso em 10 nov. de 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCL Group. Disponível em: https://sclgroup.online/. Acesso em: 10 nov. 2020.

SCHÜLER, Fernando. Existe ou não, afinal de contas, doutrinação ideológica em nossas escolas? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 de nov. de 2018. Colunas e blogs. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:erm5jlaimssJ:https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-schuler/2018/11/existe-ou-nao-afinal-de-contas-doutrinacao-ideologica-em-nossas-escolas.shtml+&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 15 de out. de 2019.

SENELLART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 1-14, outubro de 1995.

SILVA, Renan Antônio da. Gritos abafados no passado e no presente. Dossiê 130 anos da abolição da escravatura, Edição 96, maio de 2018, **Unespciência**.

SOUSA, Ana Lúcia Nunes de; COBOS, Tania Lucía. **Big Data y Métodos Digitales, nuevas formas deinvestigación en Comunicación y Periodismo en la era digital**. Dos casos de estudio. Métodos y prácticas en el estudio de la comunicación. (pdf) Eguizábal, Raúl (ed.) Jimenez-gomez, Isidro (ed.). (pp.31-48). Madrid, 2020).

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STERNHELL, Zeev. Fascist Ideology. In: LAQUEUR, Walter (ed.). **Fascism**: A Reader's Guide. Analyses, Interpretations, Bibliography. Berkeley: University of California Press, 1976. p. 315–376.

STEWART, Blake. The Rise of Far-Right Civilizationism. **Critical Sociology**. 23 jan. 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0896920519894051#articleCitationDownloadContainer. Acesso em: 10 nov. 2020.

STRIPHAS, Ted. Algorithmic culture. **European Journal of Cultural Studies**. 2015, Vol. 18 (4-5) 395–412. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1367549415577392. Acesso em 20 jul 2021.

SUSTEIN, Cass Robert. **Republic 2.0**. Princeton University Press, 2009.

TARDÁGUILA, C. **Fotos (velhas) de universitários nus inundam WhatsApp para 'provar' a 'balbúrdia' apontada por Weintraub**. Época. Rio de Janeiro, 13 mai. 2019. Disponível em: https://epoca.globo.com/fotos-velhas-de-universitarios-nus-inundam-whatsapp-para-provar-balburdia-apontada-por-weintraub-23661819. Acesso em: 15/10/2019.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. O surgimento do movimento #blacklivesmatter [vidas negras importam]. Tradução: Maira Mee Silva e Deivison Mendes Faustino. Revisão de Renata Gonçalves. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.108-123, jan./jun. 2018.

TELES, Edson. Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 59, n. 140, p. 429-448, ago. 2018.

TRAVERSO, Enzo. **As Novas Faces do Fascismo**. Tradução Mônica Fernandes, Rafael Mello e Raphael Lana Seabra. Belo Horizonte: Editora. Âyiné, 2021

TZEIMAN, Agustín. El concepto de fascismo y las dictaduras militares: Agustín Cueva y los debates de teoría política en los años setenta y ochenta. **Latinoamerica 68**, p. 209–230, 2019.

ULARU, Elena Geanina; PUICAN, Florina Camelia; APOSTU, Anca; VELICANU, Manoel. Perspectives on big data and big data analytics. **Database systems journal**, 2012. Disponível em: https://www.dbjournal.ro/archive/10/10_1.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

VALENTE, Jonas. Conteúdo violento no Facebook aumenta quase 10 vezes em um ano. Agência Brasil. Brasília, 26 mai. 2019. Geral. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/conteudo-violento-no-facebook-aumenta-quase-10-vezes-em-um-ano. Acesso em: 18 out. 2019.

VANI. João Paulo. Escravidão na pós-modernidade. Dossiê 130 anos da abolição da escravatura, Edição 96, maio de 2018, **Unespciência**.

VARELA, Francisco; MATURANA, Humberto. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Tradução: Jonas Pereira dos Santos. Campinas: Editorial.Psy II, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: **filosofia & política**. Guilherme Castelo Branco, Alfredo Veiga-Neto, (organizadores). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, (Coleção Estudos Foucaultianos).

VELASCO, Paula Baena. Brasil cai dez posições e ocupa o 116º lugar no ranking da paz mundial. Uol. Londres, 12 jun. de 2019. Disponível em: https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/06/12/brasil-cai-dez-posicoes-e-ocupa-o-116-lugar-no-ranking-da-paz-mundial.htm. Acesso em 12 jan. 2020.

VILICIC, Filipe. **Brittany Kaiser: "Campanha de Bolsonaro usou internet para desinformação"** Veja. São Paulo, 17 jan. 2020.

VON HAYEK, F. A. Extracts from an Interview with Friedrich Von Hayek. Jornal **El Mercurio**, Chile, 1981. Disponível em: https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an-interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercurio-chile-1981/. Acesso em 22 de maio de 2020.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. Escravidão [388] + Abolição [130] = Desumanização negra [518]. Dossiê 130 anos da abolição da escravatura, Edição 96, maio de 2018, **Unespciência**.

WALTER, Bruno Eduardo Procopiuk. **Hacking e práticas de liberdade: conspirando com hackers outros mundos**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/205499/001102681.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 07 maio 2020.

WENDLING, M. QAnon: o que é e de onde veio o grupo que participou da invasão ao

congresso dos EUA. **BBC News Brasil**. São Paulo. 07 jan. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional55577322?at_custom3=BBC+Brasil&at_medium=custom7&at_campaign=64&at_custom1=%5Bpost+type%5D&at_custom4=71890150-5760-11EB-ACF4-1FEA39982C1E&at_custom2=facebook_page&fbclid=IwAR12LqQSC5zYwJIlQaByXOyI9plw51k7-eiGiLbNK1atw4Eghe1VNtqF3FY. Acesso em: 05 fev. 2022.

WOODLEY, David. **Fascism and Political Theory**: Critical Perspectives on Fascist Ideology. Routledge Issues in Contemporary Political Theory Series, Vol. 2. London: Routledge, 2010.

YOUYOU, Wu; KOSINSKI, Michal; STILLWELL, David. Computer-based personality judgments are more accurate than those made by humans. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 112 (4), 1036-1040. Cambridge, 2015. Disponível em: https://www.pnas.org/content/112/4/1036. Acesso em: 18 out. 2019.

CAETANO, Guilherme. Plataforma que monitora robôs aponta presença maciça de contas falsas entre apoiadores de Bolsonaro. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28 de abr. de 2020. Política. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/plataforma-que-monitora-robos-aponta-presenca-macica-de-contas-falsas-entre-apoiadores-de-bolsonaro-24399334. Acesso em 20 jul. 2021.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. Escravidão [388] + Abolição [130] = Desumanização negra [518]. Dossiê 130 anos da abolição da escravatura, Edição 96, maio de 2018, **Unespciência**.

ZANINI, F. Cinemateca é ocupada por militares e políticos contra "marxismo cultural". **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 6 set. 2019. Ilustrada. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/cinemateca-e-ocupada-por-militares-e-politicos-contra-marxismo-cultural.shtml. Acesso em:18/10/2019.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. São Paulo, Intrínseca, 2021.